

Prefácio

A Carta Educativa visa dotar o município de um instrumento que permita adequar a rede de infra-estruturas de educação e ensino à procura previsível até ao ano de 2011. O estudo foi realizado pelo CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico – no âmbito de protocolo assinado entre este e a Câmara Municipal de Abrantes (C.M.A.).

O presente documento resulta da revisão e actualização da Carta de Equipamentos de Ensino do concelho de Abrantes elaborada em 2002. Deste modo, houve que introduzir actualizações e elementos complementares, nomeadamente na vertente não estritamente infra-estrutural, estando a presente versão alinhada com a Lei de Bases do Sistema Educativo actualmente vigente, com o DL 7/2003 de 15 de Janeiro e com as orientações, nomeadamente sobre objectivos e conteúdos, emanadas entretanto do Ministério da Educação (DREL e GIASE), de forma a convertê-la numa Carta Educativa.

Este documento está organizado em três partes que correspondem às três fases de desenvolvimento do estudo.

Assim, a Parte I, para além de aspectos introdutórios de enquadramento legislativo e orientador e de caracterização sintética do concelho de Abrantes, é dedicada à caracterização da rede educativa actual e sua evolução recente, culminando com elementos sintéticos de diagnóstico preliminar.

Em documento separado, que constitui um anexo a esta Carta, são apresentadas fichas de caracterização dos estabelecimentos que constituíam a rede escolar do concelho de Abrantes no ano lectivo de 2002/03. As referidas fichas foram elaboradas com base nos Inquéritos realizados às Escolas em 2002 e retratam a situação então vigente embora actualizado.

Na Parte II é apresentada uma síntese das análises e projecções demográficas, estas elaboradas com base num modelo de *cohort survival*, que constam de documento autónomo anexo a esta Carta e que sustentam as previsões da procura de ensino futura a médio prazo (2011).

A Parte III constitui a parte propositiva da Carta Educativa. Partindo dos princípios orientadores, objectivos e critérios de re-ordenamento enunciados, elaboram-se diagnósticos prospectivos e

apresentam-se as propostas de reorganização da rede educativa e o plano de actuações que operacionaliza aquelas propostas na vertente infra-estrutural, com estimativas dos custos de investimento, calendarização e identificação das entidades responsáveis. Termina-se com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

A equipa do projecto agradece a todos os colaboradores da CMA e do ME (nomeadamente da DREL e do DAPP) que forneceram informação e disponibilizaram os seus preciosos conhecimentos sobre o sistema educativo do concelho de Abrantes.

Índice

	Pág.
PREFÁCIO	I
ÍNDICE	III
INTRODUÇÃO	1
1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos	1
1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador	4
1.2.1. Enquadramento Geral	4
1.2.2. Enquadramento Futuro.....	5
1.2.3. Princípios Orientadores.....	6
1.3. Informação.....	8
1.3.1. Fontes de Informação.....	8
1.3.2. Estruturação da Informação.....	8
1.4. O concelho de Abrantes: caracterização sintética	10
1.4.1 Orientações Estratégicas para o desenvolvimento do concelho.....	19
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	23
I.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
I.2. A REDE DE ESCOLAS DO CONCELHO:	32
I.2.1. Agrupamentos Escolares	33
I.2.1.1 Agrupamentos Escolares no Concelho.....	35
I.3. CARTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	37
I.4. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	41
I.4.1. A Educação Pré-Escolar – Rede Pública	49
I.4.2. A Educação Pré-Escolar – Rede não Pública	50
I.5. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO	52
Fonte: DAPP e CMA.....	53
I.5.1. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Pública	54
I.5.2. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Não Pública.....	60
I.6. ENSINO BÁSICO 2.º E 3.º CICLOS	61
I.6.1. Ensino Básico 2.º Ciclo – Rede Pública	63
I.6.2. Ensino Básico 3.º Ciclo – Rede Pública	66
I.7 – ENSINO SECUNDÁRIO	69
I.8 – ENSINO PROFISSIONAL	75
I.9. ENSINO RECORRENTE E EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR	78
I.9.1. Ensino Recorrente	79

1.9.2. Educação Extra-Escolar.....	80
I.10. ENSINO ESPECIAL.....	81
I.11. TRANSPORTE ESCOLAR	82
I.12. PROJECTOS EDUCATIVOS NO CONCELHO DE ABRANTES	84
1.12.1. Mocho XXI – 4 anos para revolucionar a educação no 1º Ciclo em Abrantes.....	84
1.12.2 Pirâmide Mágica	86
1.12.3 Animação de Bibliotecas e Centros de Recursos.....	87
1.12.4 Programa de apoio à expressão físico-motora no pré-escolar	88
1.12.5 Programa de Enriquecimento Curricular	88
PARTE II – A PROCURA DE ENSINO	89
II.1 INTRODUÇÃO	89
II.2. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO CONCELHO E O SEU IMPACTO NA PROCURA DE ENSINO	89
II.3 - METODOLOGIA ADOPTADA PARA A PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO	95
II.4 - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS 2001, 2011.....	95
II.4.1 - Projeções em Crescimento Natural.....	95
II.4.2 - Projeções com Taxas Migratórias	96
II.5 - PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR.....	98
II.6 - PROJEÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NA REDE PÚBLICA	99
II.7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
PARTE III – PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA REDE.....	101
III.1. CONCEITO DE TERRITÓRIO EDUCATIVO.....	101
III.2. CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO EDUCATIVO	102
III.3. METODOLOGIA DE IDENTIFICAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	104
III.3.1. Ordenamento do Território.....	104
III.3.2. Limites Administrativos das Freguesias	105
III.3.3. Gestão Educativa.....	105
III.4. ESQUEMATIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	107
III.4.1 Propostas de Territórios Educativos	108
III.5.1. Território Educativo 1 – Norte/Oeste do Concelho	111
III.5.2. Território Educativo 2 –Oeste/ Sul do Concelho	118
III.5.3. Território Educativo 3 – Centro/ Sul/ Este do Concelho	122
III.6. BALANÇO GLOBAL DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS.....	129
III.7. PROPOSTA PARA O ENSINO SECUNDÁRIO.....	130
III.8 - SÍNTESE DAS PROPOSTAS DA CARTA	131
III.8.1 Medidas complementares.....	133
III.9 - PROGRAMA DE INTERVENÇÕES.....	135
III.10 – MONITORIZAÇÃO/ CONSIDERAÇÕES FINAIS	140

Introdução

1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos

Conforme expresso no Artº 10º do D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro, “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”

Segundo o mesmo diploma (Artº 11º) são objectivos da Carta Educativa:

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.”

Ainda de acordo com o expresso no mesmo diploma (Artº 19º), a Carta Educativa é parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), sendo a sua elaboração da competência da Câmara Municipal, com o apoio técnico do Ministério da Educação.

Deste modo, a Carta Educativa pode ser perspectivada como um instrumento sectorial de planeamento, tendo como objecto a educação, sendo uma peça indispensável do PDM. A Carta Educativa resulta de uma evolução do conceito de Carta Escolar e das Cartas de Equipamentos Colectivos (de Educação, de Saúde, de Desporto, etc.).

Na estruturação do território e do tecido urbano é hoje em dia evidente que os equipamentos colectivos assumem um papel fundamental na satisfação de necessidades básicas da população, prestando um contributo valioso nas funções centrais das áreas urbanas onde se inserem.

O conceito de Carta de Equipamentos está associado à necessidade de acrescentar ao planeamento urbanístico e, especificamente, ao planeamento de equipamentos colectivos um enfoque sectorial aprofundado.

As “Cartas” foram concebidas como instrumentos integrantes de um processo de planeamento mais vasto e, como tal, sujeitas a um aprofundamento sucessivo e a uma actualização permanente (monitorização). Nesta óptica, constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento e gestão do território, que organizam o conhecimento sobre cada um dos domínios específicos e propõem estratégias e estruturas base de equipamentos para o desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de crescimento populacional estabelecidos e com as necessidades e aspirações da população.

O processo de planeamento não é um acto singular, cabendo ao planeador adoptar uma atitude crítica no que respeita à análise das capacidades actuais ou futuras para cada tipo de equipamento, até porque as necessidades não são estáticas, evoluindo continuamente a forma de satisfazer a procura. “É recomendável, todo o cuidado mesmo na aplicação de padrões de dimensionamento e da qualidade na programação e construção dos equipamentos, adaptando a perspectiva incrementalista dos melhoramentos graduais e acertando soluções *ad hoc* perante situações específicas fora do modelo corrente. É contudo pertinente apontar como

inconvenientes as soluções provisórias, que têm trazido elevados prejuízos económicos, urbanísticos e culturais ao país.”¹

Com o intuito de otimizar as redes de equipamentos existentes, torna-se necessário considerar: a localização e dimensão das instalações, no que respeita à população servida e à distribuição das distâncias a percorrer, determinando se a sua capacidade é suficiente para a procura prevista ou se existem alternativas, adquirindo soluções válidas que melhor sirvam a população abrangida e em estreita articulação com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho, nomeadamente os que emanam do Plano Director Municipal.

O presente trabalho encontra-se estruturado para que seja perceptível a realidade actual do sistema educativo do concelho, identificando carências e situações de excesso de oferta. A construção de uma base de conhecimentos sólida e coerente permite partir para a elaboração de um diagnóstico rigoroso e objectivo do qual emanam as acções a adoptar tendo em vista corrigir as situações de disfunção, pontual ou generalizada, da Rede de Equipamentos de Ensino do Concelho.

¹ In: "Normas Urbanísticas – Volume 1" DGOTDU / UTL, pág. 87

1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador

Estabelecem-se neste capítulo as bases estratégicas e princípios que servem de vectores orientadores do ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino e do seu planeamento, começando-se por tecer algumas considerações sobre o quadro legislativo e orientador que serve de enquadramento geral.

1.2.1. Enquadramento Geral

Em qualquer processo de planeamento, há sempre que lidar com fontes diversas de incerteza e indeterminação que, no caso do planeamento das redes de equipamentos de ensino e educação no momento actual, são acrescidas face a expectáveis alterações significativas no quadro legislativo e orientador que enquadra o sistema educativo. Após a elaboração da Carta de Equipamentos de Ensino de Abrantes em 2002, o 15º Governo Constitucional elaborou uma proposta de uma nova Lei de Bases da Educação (LBE) que foi aprovada pela Assembleia da República em 2004, já na vigência do 16º Governo Constitucional, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República.

Ainda que a nova Lei de Bases da Educação não tenha chegado a ser promulgada, ela continha elementos que se julgam consensuais (como o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos) cuja implementação a médio prazo é altamente provável.

No contexto actual, a Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE) contempla um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, de 3 anos. Neste contexto, o elemento estruturante do ordenamento das redes escolares é o **Território Educativo**, que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória, contendo uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma

Escola Básica Integrada (EBI), podendo haver escolas apenas com o 1º ciclo (EB1), eventualmente com Jardim de Infância (EB01).

1.2.2. Enquadramento Futuro

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos reúne consensos muito alargados e é considerada uma medida urgente para elevar os níveis de qualificação da população portuguesa a padrões internacionais, sendo a sua implementação a médio prazo muito provável, até por estar contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional.

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos implica necessariamente um reforço da oferta de ensino e, portanto, da rede de escolas públicas do Ministério da Educação (adiante designada apenas por “rede pública”), tanto na vertente quantitativa como qualitativa. Nesta última vertente, haverá necessidade de reconfigurar a oferta de ensino secundário com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais / profissionalizantes, do que o actualmente existente na rede pública, uma vez que é expectável que os estratos de jovens que actualmente não prosseguem estudos após o 9.º ano (ou desistem durante o actual secundário) venham no futuro a enveredar maioritariamente por essas vertentes.

Não está ainda configurado pelo Ministério da Educação este modelo de oferta, embora seja de admitir que venha a contemplar parcerias público-privadas para o desenvolvimento de uma oferta de ensino para as opções vocacionais/profissionalizantes tirando partido de capacidades e “know-how” de escolas profissionais/centros de formação existentes que, com os cortes de financiamento de fundos comunitários, também se verão confrontados com um novo quadro de dificuldades acrescidas. Embora a configuração de oferta do futuro ensino secundário seja em boa parte uma incógnita e exija uma análise de âmbito geográfico alargado (até mesmo de âmbito supra-municipal), é certo que implicará um reforço da rede de escolas públicas do Ministério da Educação, pelo que se entende que o planeamento da rede escolar para 2011 deve visar essencialmente um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para 2011.

Ainda assim, mesmo nos aspectos quantitativos há incógnitas no que respeita aos níveis de retenção (e de abandono precoce) do futuro secundário e à repartição da oferta entre a rede de

escolas secundárias públicas e outros tipos de ofertas, públicas ou privadas (escolas profissionais, etc.).

No que se refere aos princípios estruturantes de ordenamento da rede escolar, o previsto alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos vem pôr em causa a configuração actual dos Territórios Educativos ou Agrupamentos Escolares, em que a escola nuclear é uma EB23 ou uma EBI, deixando de fora as actuais escolas secundárias (mesmo as que já acolhem o 3º ciclo). Com a plena implementação da escolaridade obrigatória a 12 anos, a escola nuclear do (futuro) Território Educativo será presumivelmente uma escola secundária.

1.2.3. Princípios Orientadores

Neste enquadramento, o planeamento da rede de equipamentos de ensino no horizonte temporal adoptado foi baseado nos seguintes princípios orientadores:

- a) As previsões da procura de ensino para 2011 contemplam desde já o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, apesar de não estar ainda em vigor.
- b) No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a rede escolar pública programada deverá dar cobertura integral à procura (para essa rede pública, projectada para 2011) de todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória dentro desses âmbitos geográficos.
- c) Na estimação de procura de ensino considera-se uma taxa de cobertura a 100% da procura gerada pela população residente no concelho de Abrantes (projectação para 2011), mas entra-se em linha de conta com a oferta dos estabelecimentos da rede não pública (IPSS, particulares e cooperativos) quantificada pelas suas capacidades actuais.

Em última análise, entende-se que o planeamento da rede escolar pública para o horizonte de estudo (2011) deve estar estrategicamente voltado para um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para o horizonte de estudo e a identificação de áreas de terreno para a implantação

desses equipamentos de ensino, criando para tal uma reserva estratégica de terrenos. Não deve, portanto, no âmbito das suas atribuições, prender-se excessivamente a CMA com aspectos qualitativos, seja na vertente de oferta qualitativa de ensino (sobretudo no que respeita ao futuro Ensino Secundário), ou das tipologias das escolas, importando que se adotem soluções flexíveis e com capacidade de adaptação dos espaços e equipamentos a evoluções diversas, quer do quadro legislativo e orientador, quer das dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas que importa monitorizar tendo em vista as necessárias alterações do plano estabelecido.

Os princípios gerais que nortearam este trabalho encontram-se, para além do referido Decreto-Lei n.º 7/2003², na Lei de Bases do Sistema Educativo ³ (LBSE) a qual define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar, num vasto conjunto de diplomas que surgiram na sequência⁴ da LBSE nomeadamente em relação à educação pré-escolar⁵, nos critérios de planeamento da Rede Escolar⁶ propostos pelo Ministério da Educação, bem como nos normativos sobre os novos programas de espaços⁷, na legislação sobre autonomia e gestão das escolas⁸, na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa⁹ e no Plano Director Municipal do Abrantes.

2 Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro – Regula a elaboração e a aprovação de Cartas Educativas.

3 Lei n.º 46/86.

4 Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88, Decreto-Lei n.º 286/89, Decreto-Lei n.º 108/88, Despacho n.º 33/ME/91.

5 Lei n.º 5/97 – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Decreto-Lei n.º 147/97 – Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar e Despacho Conjunto n.º 268/97 – Normas de instalações.

6 Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 2000.

7 Direcção Geral da Administração Escolar/Departamento de Gestão dos Recursos Educativos.

8 Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

9 Decretos-Lei n.º 69/90, 25/92, 211/92 e 281/93 e no documento "Recintos Escolares - Critérios para designação urbanística".

1.3. Informação

I.3.1. Fontes de Informação

A elaboração deste relatório assentou em informação de base proveniente de vários domínios (estrutura urbanística, cartografia, educação e ensino), o que obrigou a um longo trabalho de recolha, processamento e validação da informação.

A informação urbanística e cartográfica é proveniente dos estudos e levantamentos que foram feitos no âmbito do PDM, tendo sido as bases cartográficas disponibilizadas pela CMA.

Recolheram-se junto do Instituto Nacional de Estatística os dados demográficos provisórios do Censo de 2001, nomeadamente a estrutura etária da população desagregada em grupos anuais (ano a ano).

Os dados da educação e ensino foram obtidos através dos seguintes canais:

- Câmara Municipal do Abrantes: Pelouro da Educação;
- Ministério da Educação: DREL – Direcção Regional da Educação de Lisboa – e DAPP – Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva –;
- Estabelecimentos de ensino: Informação recolhida através de inquéritos direccionados para cada um dos níveis de ensino desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

I.3.2. Estruturação da Informação

Um dos aspectos mais relevantes do tratamento informático foi a possibilidade de confrontar a informação recolhida das diferentes fontes e analisar, por um lado, a coerência interna de determinada fonte de informação e, por outro, testar a conformidade dessa origem com as restantes. Deste modo, conseguiu obter-se uma síntese global, consistente e significativa dos dados disponíveis, numa visão, tão completa quanto possível, do sistema de ensino do concelho de Abrantes.

Para a catalogação dos estabelecimentos de ensino foi adoptada uma designação única baseada nos 3 últimos dígitos do código atribuído ao estabelecimento pelo ME¹⁰ (código DAPP), precedido de um "0" que indica que o estabelecimento existe e faz parte da rede de equipamentos de ensino (independentemente de ser público, privado ou uma IPSS), de um "1" que indica que a escola já estava programada na altura da elaboração da Carta Educativa, de um "2" que indica que a escola é o resultado de proposta emanada da presente Carta Educativa, de um "3" quando a escola se encontra desactivada e de um "4" quando diz respeito a estabelecimentos de ensino profissional ou superior. Nas situações em que as escolas não tenham código atribuído pelo ME, ser-lhes-á destinado um, em que o dígito de prefixo funciona como descrito anteriormente, e os restantes três dígitos serão sequenciais.

10 Este código do Ministério da Educação é constituído por 7 dígitos em que os primeiros 4 dígitos são comuns a todos os estabelecimentos de ensino do concelho, variando apenas os últimos 3.

1.4. O concelho de Abrantes: caracterização sintética

O Concelho de Abrantes está situado no Médio Tejo, na fronteira das províncias do Ribatejo, Alto Alentejo e Beira Baixa e integra o distrito de Santarém (ver Mapa 1). Tem uma área de cerca de 713.5 km², na qual residem 42.436 habitantes (Censos 2001). É composto por 19 freguesias: Aldeia do Mato, Alferrarede, Alvega, Bemposta, Carvalhal, Concavada, Fontes, Martinchel, Mouriscas, Pego, Rio de Moinhos, Rossio ao Sul do Tejo, São Facundo, São João Baptista, São Miguel de Rio Torto, São Vicente, Souto, Tramagal e Vale das Mós.

MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE ABRANTES



As maiores densidades populacionais encontram-se nas freguesias de São João, Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo, São Vicente e Tramagal (Quadro 1). É clara a concentração do

povoamento na área central do concelho, nas freguesias que fazem parte do perímetro urbano da cidade e próximas do Rio Tejo.

QUADRO 1 – DENSIDADE POPULACIONAL

	Censo 2001 (Hab)	Superfície (Km²)	Densidade Populacional 2001 (Hab/Km²)
CONCELHO	42235	700,36	60,3
Aldeia do Mato	560	31,395	17,8
Alferrarede	3831	10,482	365,5
Alvega	1729	55,364	31,2
Bemposta	2252	186,997	12,0
Martinchel	713	17,103	41,7
Mouriscas	1946	34,978	55,6
Pego	2570	36,078	71,2
Rio de Moinhos	1388	20,063	69,2
Rossio ao Sul do Tejo	2227	6,608	337,0
São Facundo	1133	80,228	14,1
São João	1850	2,268	815,7
São Miguel do Rio Torto	3422	52,248	65,5
São Vicente	10698	38,642	276,8
Souto	567	13,127	43,2
Tramagal	4043	24,06	168,0
Vale das Mós	747	24,354	30,7
Concavada	734	20,598	35,6
Fontes	819	28,346	28,9
Carvalhal	1006	17,421	57,7

Fonte: INE

O concelho de Abrantes pode ser dividido em 3 zonas distintas:

- Vale do Tejo: zona do leito de cheia do rio, relativamente plana, onde se concentram os principais aglomerados urbanos do concelho. É rica em termos pedológicos, com predominância do olival, e nos campos praticam-se culturas intensivas;
- Zona Norte: zona de relevo bastante acidentado, com pendentes dominantes superiores a 25% e linhas de água bastante encaixadas, localizando-se os aglomerados urbanos sobretudo na zona do Vale do Zêzere, junto à Albufeira do Castelo do Bode. É pobre em termos pedológicos, sendo o pinheiro bravo e o eucalipto as culturas dominantes;
- Zona Sul: zona de relevo moderadamente ondulado, com uma densa rede hidrográfica, com poucos aglomerados urbanos e quase só nos vales mais largos. As culturas dominantes são as do sobreiro, da oliveira e do eucalipto.

Do ponto de vista geo-estratégico, o concelho de Abrantes tem uma posição repleta de potencialidades e desempenha um importante papel polarizador na sub-região em que está inserido.

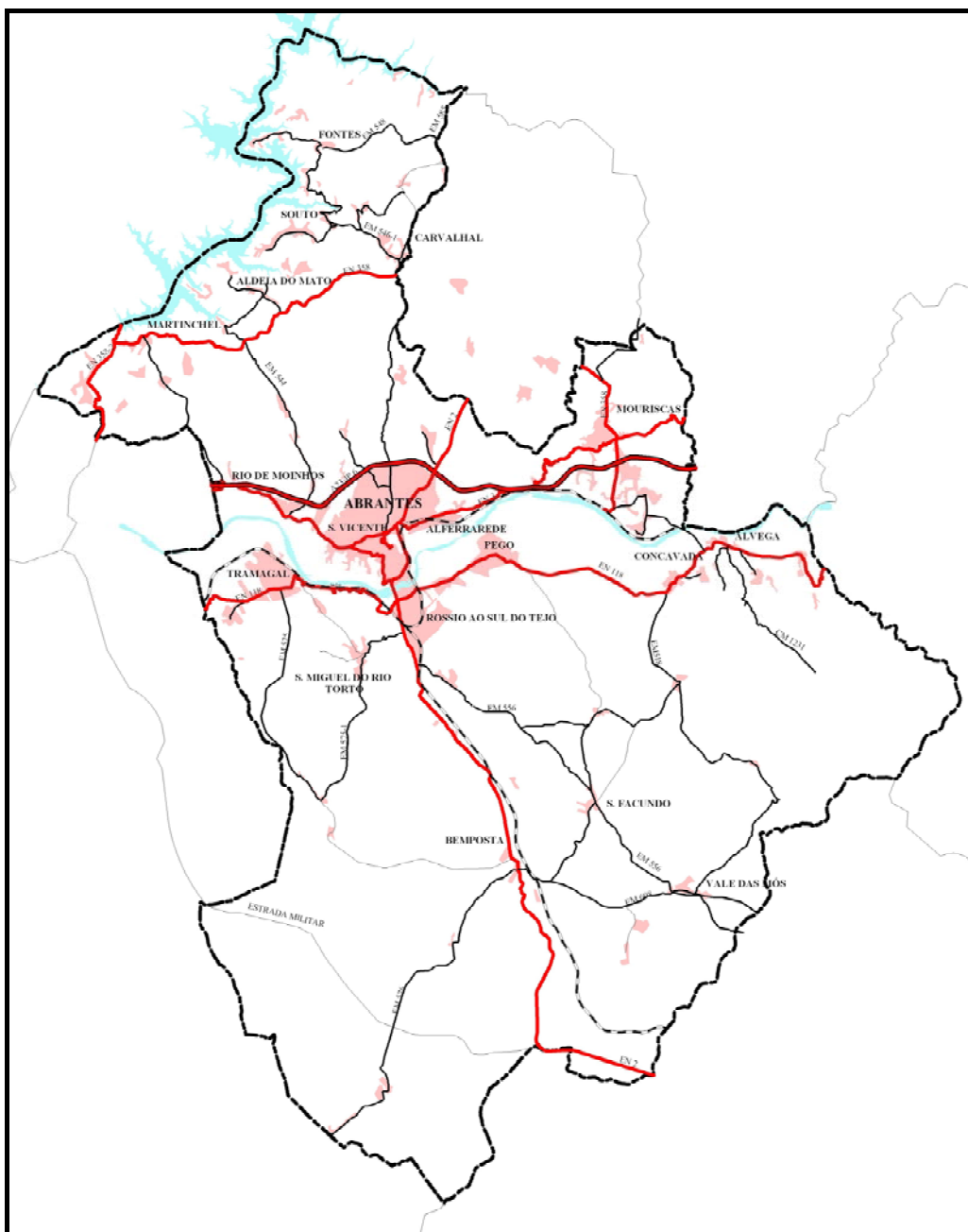
Importa realçar a integração do concelho no triângulo estratégico Abrantes – Tomar - Torres Novas, com forte vocação e tradição industrial, e a importância que o mesmo pode vir a exercer como zona de descompressão relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, bem como servir de zona de recreio e lazer face ao forte potencial turístico que apresenta.

Deve-se referir a proximidade da albufeira de Castelo de Bode como uma componente geo-estratégica importante pelo conjunto de potencialidades que a mesma encerra, nomeadamente na vertente do desenvolvimento turístico visto tratar-se de um local de eleição para o recreio e lazer, fruição da natureza e para a prática de desportos náuticos. Nesta vertente turística é ainda de realçar o Aquapolis, projecto de requalificação das margens do Tejo, em Abrantes. A construção de um açude no Tejo (em execução) irá formar um grande espelho de água que proporcionará uma óptima zona de recreio e lazer. Ainda na vertente do potencial turístico, o concelho apresenta um vasto património de grande qualidade, com destaque para o Centro Histórico de Abrantes, com os seus monumentos, praças e ruas.

Em termos do sistema de vias de comunicação, e no que respeita ao sistema rodoviário, o concelho de Abrantes encontra-se apetrechado de estradas que fazem ligação quer às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e ao litoral, como à Europa, Beira Baixa e interior do Alentejo Norte (ver Mapa 2). Em termos de macro-acessibilidades, merecem destaque:

- a A23 (IP6) que atravessa o concelho e assegura a ligação à rede de autoestradas;
- a N118 que, segundo o eixo Leste-Oeste a sul do rio Tejo, faz a ligação ao Gavião (a Leste) e à Chamusca (a Oeste);
- a N2 que, segundo o eixo Norte-Sul, assegura as ligações ao Sardoal (a Norte) e à Ponte de Sôr (a Sudeste) e a penetração no Alentejo.

MAPA 2 – REDE VIÁRIA DE ABRANTES



Ainda segundo o eixo Leste-Oeste, mas agora a norte do rio Tejo, merecerão referência a N3 (assegurando as ligações a Constância e Mação) e, mais a norte, a N358 (ligando nomeadamente Martinchel ao Sardoal). Complementarmente, uma razoável rede de estradas municipais assegura outras ligações intra-concelhias.

No que respeita ao sistema ferroviário, o concelho é servido pela Linha da Beira Baixa (electrificada entre o Entroncamento e Castelo Branco) e pela Linha do Leste, ficando assim no percurso ferroviário entre Lisboa e Madrid. Estas linhas não apresentam um dinamismo de utilização que faça prever um desenvolvimento significativo neste sector. No entanto, a situação poder-se-á inverter com o eventual desenvolvimento industrial e caso a CP aposte no transporte ao serviço da indústria.

Do ponto de vista das telecomunicações, a situação parece ser a normal do interior do País, sem grandes desvantagens comparativas. No entanto, o desenvolvimento económico e social, havido e a haver, são significativos para o investimento em tecnologia de ponta e no domínio dos sistemas avançados de telecomunicações.

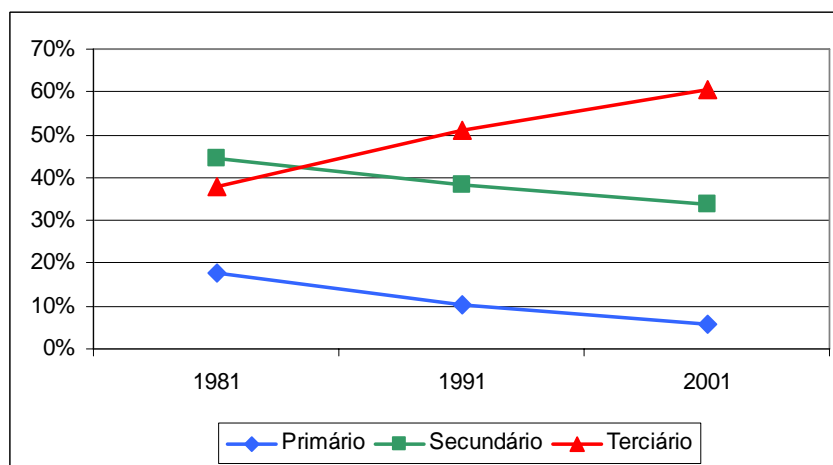
A base económica do concelho tem vindo a diversificar-se. O Sector Terciário é prevalecente, oferecendo a cidade de Abrantes um vasto leque de serviços caracterizados pela sua qualidade e diversidade e servindo uma população de cerca de 70.000 pessoas do concelho de Abrantes e limítrofes. Ao nível industrial e empresarial, com o desaparecimento das tradicionais indústrias metalúrgicas que no passado engrandeceram a economia local, Abrantes entrou numa nova fase de crescimento e o aparecimento de novas empresas permitiu a diversificação da base económica. As indústrias alimentares, da madeira e da cortiça, do fabrico de peças metálicas, de componentes para automóveis, de máquinas, de equipamentos, de material de transporte, da produção de energia eléctrica, assumem um papel muito importante no contexto local. O azeite continua a ser um dos principais agentes económicos da região, detendo Abrantes cerca de 50% da quota nacional do mercado.

A sede do concelho, pela concentração de população, emprego e serviços que oferece, desempenha um importante papel polarizador na sub-região em que está inserida, servindo uma população que vai para além das fronteiras concelhias, estendendo a sua influência designadamente aos concelhos de Sardoal, Constância, Vila de Rei, Gavião, Mação e Ponte de Sôr. Deste modo, os fluxos de tráfego, nomeadamente associados a movimentos pendulares, de/para a cidade de Abrantes são claramente prevalecentes nas deslocações intra-concelhias.

Analizando a evolução da percentagem da população residente empregada por sectores de actividade económica (ver Figura 1), é possível constatar que no sector primário ocorreu um

decréscimo, passando de 18% em 1981 para 5,6% em 2001. Tendência idêntica teve o sector Secundário, já que registou uma queda percentual dos 45% em 1981 para os 33,7% em 2001. No sentido contrário, o sector Terciário registou um acentuado crescimento, passando de 38% em 1981 para 60,6% em 2001.

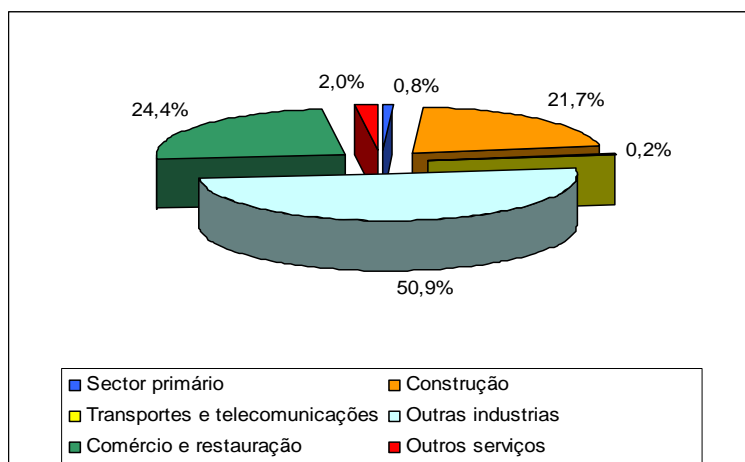
FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (1981-2001)



Fonte: Censos 1981, 1991 e 2001, INE

Na Figura 2 verifica-se que, em termos de volume de vendas das sociedades com sede no concelho de Abrantes, o sector designado por “Outras indústrias” é aquele que apresenta um maior peso (cerca de 50,9% do volume de vendas totais), sendo seguido pelos sectores do “Comércio e restauração”, com 24,4%, e da “Construção”, com 21,7%.

FIGURA 2 – VOLUME DE VENDAS DAS SOCIEDADES COM SEDE NO CONCELHO DE ABRANTES (2001)



Fonte: Anuário Estatístico da Região Centro 2003, INE

Convém salientar ainda que netas estatísticas do INE os volumes de vendas alcançados em 2001 pelo sector “Primário” e pelo sector dos “Transportes e telecomunicações” são praticamente inexpressivos, com 0,8% e 0,2% respectivamente.

QUADRO 2 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

	TOTAL	Primário	%	Secundário	%	Terciário					
						Total	%	Serviços de natureza social	%	Serviços relacionados com activ. Económica	%
C: Abrantes	16936	956	6%	5712	34%	10268	61%	5297	52%	4971	48%
F: Aldeia do Mato	134	19	14%	58	43%	57	43%	23	40%	34	60%
F: Alferrarede	1677	44	3%	551	33%	1082	65%	517	48%	565	52%
F: Alvega	590	39	7%	294	50%	257	44%	129	50%	128	50%
F: Bemposta	816	181	22%	327	40%	308	38%	125	41%	183	59%
F: Carvalhal	335	24	7%	173	52%	138	41%	64	46%	74	54%
F: Concavada	287	21	7%	132	46%	134	47%	44	33%	90	67%
F: Fontes	217	14	6%	127	59%	76	35%	28	37%	48	63%
F: Martinchel	190	5	3%	94	49%	91	48%	23	25%	68	75%
F: Mouriscas	596	37	6%	240	40%	319	54%	185	58%	134	42%
F: Pego	1083	50	5%	400	37%	633	58%	269	42%	364	58%
F: Rio de Moinhos	505	17	3%	211	42%	277	55%	139	50%	138	50%
F: Rossio ao Sul do Tejo	942	21	2%	293	31%	628	67%	278	44%	350	56%
F: São Facundo	391	54	14%	153	39%	184	47%	103	56%	81	44%
F: São João	784	16	2%	162	21%	606	77%	364	60%	242	40%
F: São Miguel do Rio Torto	1226	145	12%	490	40%	591	48%	267	45%	324	55%
F: São Vicente	5121	99	2%	1271	25%	3751	73%	2149	57%	1602	43%
F: Souto	157	6	4%	99	63%	52	33%	23	44%	29	56%
F: Tramagal	1587	63	4%	552	35%	972	61%	505	52%	467	48%
F: Vale de Mós	298	101	34%	85	29%	112	38%	62	55%	50	45%

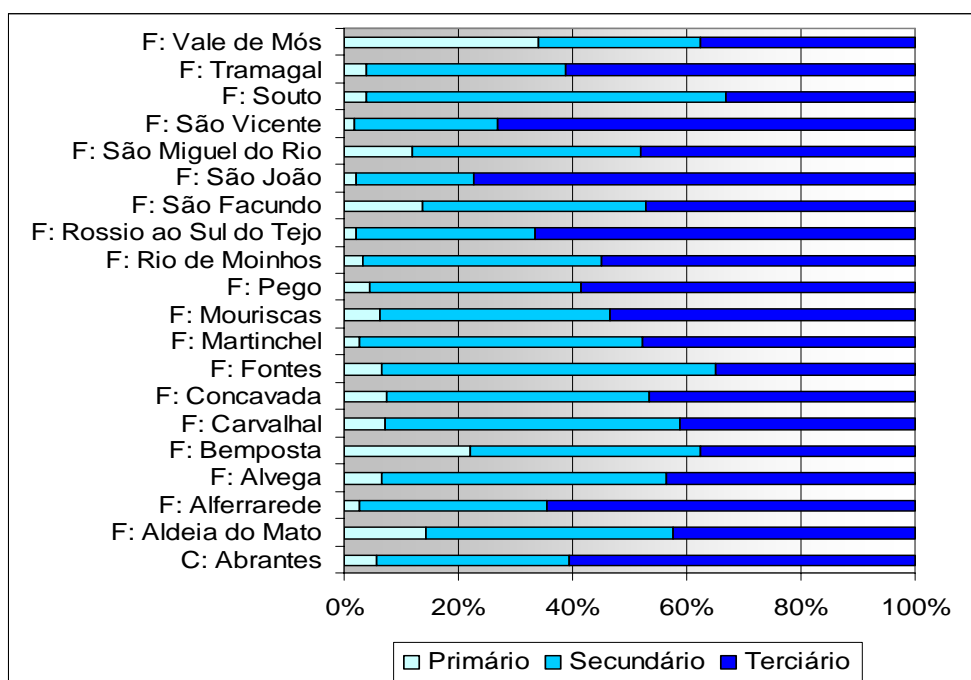
(2001)

Fonte: Censos 2001, INE

Segundo os resultados do Censos de 2001, constata-se que a população activa residente no concelho estava empregada predominantemente no sector Terciário (61%), seguida pelos sectores Secundário (34%) e Primário (6%). O sector Primário tem uma presença pouco significativa na maioria das freguesias do Concelho de Abrantes, existindo porém cinco

freguesias (Aldeia do Mato, Bemposta, São Facundo, São Miguel do Rio Torto e Vale de Mós) onde este sector apresenta valores superiores a 10%. Das referidas freguesias convém destacar o caso de Vale de Mós, onde a percentagem de população residente empregada no sector primário (34%), ultrapassou o valor registado para o sector secundário (29%) e aproximou-se bastante do sector terciário (38%), como é visível no Quadro 2.

FIGURA 3 – PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA, SEGUNDO O SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA (2001)



Fonte:
Censos 2001, INE

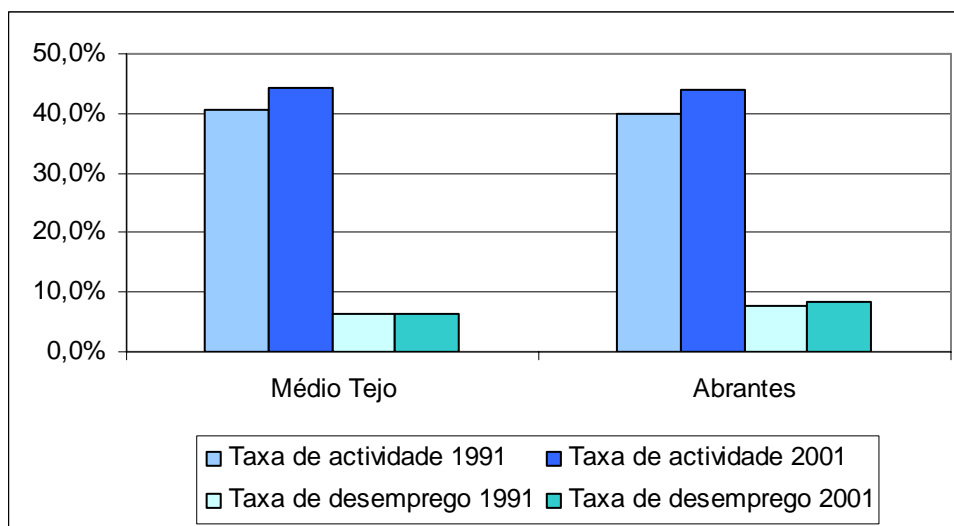
É apresentada na Figura 4 a evolução das taxas de actividade e desemprego registadas no concelho de Abrantes e na NUT III em que este se insere (Médio Tejo). A taxa de actividade¹¹ do concelho em 2001 (43,8%) encontra-se sensivelmente próxima à registada na NUT III – Médio Tejo (44,2%), tendo crescido cerca de 3,9% na última década, à semelhança do que se registou para o Médio Tejo (crescimento de 3,8%). Relativamente à taxa de desemprego¹², esta

¹¹ Taxa de actividade = taxa que expressa a relação entre a população activa e a população total (número de activos por 100 habitantes)

¹² Taxa de desemprego = taxa que expressa a relação entre a população desempregada e a população total activa (número de desempregados por 100 activos)

cresceu na globalidade do concelho cerca de 0,9% entre 1991 e 2001, encontrando-se em 2001 (8,5%) um pouco acima da média registada no Médio Tejo (6,4%).

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE ACTIVIDADE E DESEMPREGO NO CONCELHO DE ABRANTES E NA NUT III – MÉDIO TEJO (1991-2001)



Fonte: Censos 1991 e 2001, INE

É com base neste conjunto de realidades físicas e sociais, de constrangimentos e de oportunidades que se inscreve o sistema de educação e ensino e se desenvolvem as várias instituições e práticas que lhe dão corpo.

Refira-se, a propósito, que as apostas estratégicas para a sub-região, além da “consolidação de um ‘sistema territorial’ que garanta uma maior coerência interna e externa”, são:

- Consolidação de um sistema de conhecimento e de inovação (informação, ensino, formação, investigação) capaz de conciliar a aprendizagem formal com as competências e as capacidades que as organizações locais internamente vão estimulando e acumulando, de forma a promover dinâmicas de criação de conhecimentos adequadas ao tecido produtivo existente mas também ao surgimento ou atracção de novas iniciativas empresariais. Este último, toma um valor importante nos nossos dias, uma vez que a capacidade de inovação e de melhoria permanente do nível de conhecimentos, constitui um dos principais factores de desenvolvimento de qualquer região ou país;
- Requalificação do tecido produtivo, no sentido de uma maior coerência interna (reforço da articulação inter-sectorial) e de uma maior aposta nos factores avançados de competitividade (reestruturação organizacional, introdução de novos processos e

produtos, maior recurso a serviços especializados de apoio à actividade económica, etc.), única via que permitirá um incremento sustentado de produtividade e, portanto, de competitividade e internacionalização.

Mediante esta explanação, estamos claramente dentro do território dos desafios que se colocam à educação e ensino. Além do mais, a relação do sistema de educação e ensino com o território e a vida que nele se implanta tem uma dupla orientação: por um lado, a situação coloca ao sistema de educação e ensino constrangimentos, oportunidades e desafios; por outro lado, a educação e o ensino ganham sentido na medida em que se orientam para a vida num determinado contexto presente e futuro e sobre ele exercem influência.

1.4.1 Orientações Estratégicas para o desenvolvimento do concelho

Reproduzem-se abaixo elementos de diagnóstico estratégico (análise SWOT) constantes do Plano Estratégico da Cidade de Abrantes onde são nomeadamente identificados pontos fortes e fracos do concelho:

Vulnerabilidades

- Baixas qualificações;
- Baixa auto-estima / conformismo;
- Fraca cultura de parceria;
- Perda demográfica no "hinterland";
- Atmosferas urbanas e culturais pouco diferenciadoras;
- Base produtiva pouco inovadora.

Capacidades de defesa

- Formações e cursos orientados para a base produtiva da ESTA;
- Aumento da população activa;
- Leque de instituições e serviços sociais;
- Dinâmicas emergentes de parceria e cooperação.

Vantagens competitivas

- Centralidade regional relevante;
- Liderança regional nos domínios tecnológicos e apoio à inovação;
- Tradição e know-how industrial;
- Oferta de solo industrial;
- Capitação urbana de áreas verdes;
- Oferta Desportiva;
- Património e cultura a capitalizar na cidade.

Necessidades de reorientação

- Práticas de experimentação e inovação no domínio cultural;
- Organização da oferta turística;
- Lançamento proactivo do Tecnopolo, imaterialmente;
- Gestão do centro urbano;
- Rio Tejo como activo específico;
- Articulação e mobilidade urbana;
- Inovação na economia social;
- Comunicação Interna

Apresentam-se de seguida algumas orientações estratégicas que se colocam ao concelho de Abrantes e às quais não serão alheias as opções que vierem a ser tomadas nos domínios da educação e ensino:

- Fomentar a cooperação interurbana num sistema urbano multipolar articulado;
- Valorizar o rio Tejo como eixo natural, económico e cultural;
- Participar na resolução dos problemas de saneamento básico (ex.: pela educação ambiental);
- Participar nas estruturas de apoio às empresas e empresários;
- Promover o desenvolvimento da actividade turística (ex.: valorizar o património local);
- Participar na modernização do funcionamento da administração;

- Participar no diálogo inter-institucional como prática corrente e no estabelecimento de parcerias qualificadas;
- Participar na salvaguarda e valorização da riqueza e diversidade do património paisagístico, ambiental, histórico, construído e cultural;
- Contribuir para a valorização do potencial de recursos humanos numa cultura de inovação, abertura à mudança;
- Elevar os níveis de escolaridade, quer nos escalões etários em regime de vida escolar, quer naqueles que já se encontram na vida activa;
- Contribuir para a elevação das competências organizativas da população;
- Adequar o sistema de formação profissionalizante à evolução do aparelho produtivo e social;
- Diversificar as valências oferecidas, ao nível tecnológico e técnico-profissional, nos estabelecimentos de ensino secundário;
- Garantir a formação profissional à saída do sistema de educação através da criação de escolas e cursos profissionais e reforço do ensino superior politécnico, em articulação com as Instituições e Sector Empresarial;
- Definir uma estratégia de inovação regional e construir um sistema complexo de inovação e desenvolvimento centrado na sub-região do Vale do Tejo, que integre os principais actores da região, em particular o Politécnico, a Universidade, os Centros Tecnológicos, as Empresas, as Câmaras e o sistema global de conhecimento;
- Basear o conhecimento socio-económico ao nível dos concelhos e estabelecer as relações de interligação aos níveis superiores para a sub-região do Vale do Tejo, ao nível do sistema de ensino, formação e qualificação dos recursos humanos;
- Adequar o sistema de ensino às necessidades empresariais e institucionais através de uma ligação mais estreita entre a rede de ensino e a sociedade civil e, oferecendo múltiplas qualificações de acordo com a procura actual e a potencial evolução do mercado de trabalho;
- Implementar um sistema de formação ao nível de pós-graduação para apoiar os empresários e quadros superiores das empresas e autarquias, em particular ao nível da motivação para a inovação;
- Apostar na inovação e difusão tecnológica;
- Alargar a oferta de serviços intensivos de conhecimento;
- Reforçar o sistema de I&D (valências tecnológicas);

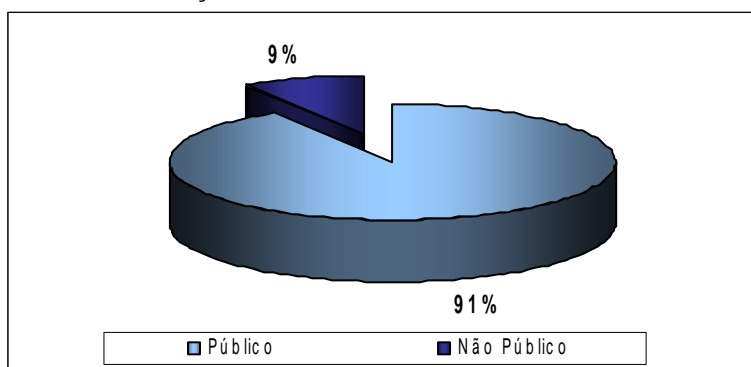
-
- Participar no esforço de integração nacional e de internacionalização;
 - Assumir a modernização, a inovação, o respeito pelo ambiente, a utilização de novas tecnologias, etc. como princípios de gestão corrente;
 - Apoiar a mobilidade e flexibilidade dos recursos humanos;
 - Apoiar a actualização e aperfeiçoamento dos quadros superiores e médios;
 - Apoiar a melhoria da oferta de estruturas de apoio à fixação de quadros;
 - Participar no marketing e divulgação da região;
 - Participar no esforço de digitalização da cidade, do concelho e da sub-região.

Parte I – Caracterização e Evolução do Sistema Educativo

I.1. Considerações Gerais

A Figura I.1 apresenta a distribuição dos alunos pelo ensino público e não público, no ano lectivo 2006/07, onde é possível verificar que quase a totalidade da população escolar se encontra coberta pela rede pública (91%).

FIGURA I.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS PELO ENSINO PÚBLICO E NÃO PÚBLICO



Fonte: CMA

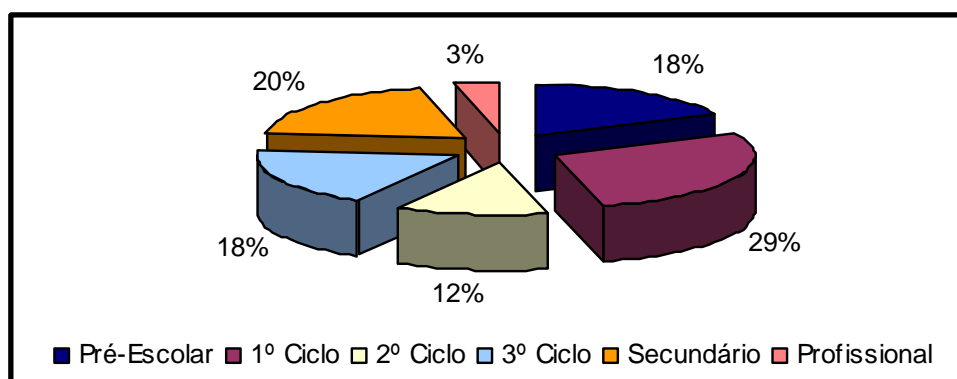
O Quadro I.2 representa a repartição dos alunos do ensino público e não público pelos vários níveis de ensino, no ano lectivo de 2006/07. Destaca-se, que em todos os níveis de ensino a rede pública, é em grande parte, responsável pelas elevadas taxas de cobertura verificadas no concelho. Porém, é de salientar que a rede não pública (Escolas Privadas e IPSS) a nível da educação pré-escolar e 1.º ciclo é responsável, respectivamente, por 41% e 4% da taxa de cobertura. De realçar que o número de crianças que frequenta o ensino privado no Pré-escolar é relativamente próximo do número de crianças que frequenta os estabelecimentos públicos, ainda que dos trinta e quatro Jardins de Infância existentes no concelho de Abrantes apenas oito pertençam à rede privada.

QUADRO I.2 – REPARTIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS E REDES DE ENSINO (ANO LECTIVO DE 2006/07)

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Nº de Alunos	%
Rede Pública	598	59%
Rede Privada	85	8%
Rede Privada - IPSS	336	33%
Total	1019	100%
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	1532	96%
Público - Recorrente	0	0%
Rede Privada	70	4%
Total	1602	100%
ENSINO BÁSICO - 2º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	702	100%
Público - Recorrente	0	0%
Total	702	100%
ENSINO BÁSICO - 3º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	1009	98%
Público - Recorrente	23	2%
Total	1032	100%
ENSINO SECUNDÁRIO	Nº de Alunos	%
Público	958	84%
Público - Recorrente	177	16%
Total	1135	100%
ENSINO PROFISSIONAL/ CEF	Nº de Alunos	%
Público	198	100%
TOTAL DO ENSINO DO CONCELHO DE ABRANTES	Nº de Alunos	%
Público	4997	88%
Público - Recorrente	200	4%
Não Público	491	9%
Total	5688	100%

Fonte: C.M.A. e Ministério da Educação.

FIGURA I.2 – REPARTIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS DE ENSINO NA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA (2006/07)



Fonte: C.M.A. (Inquéritos Realizados às Escolas)

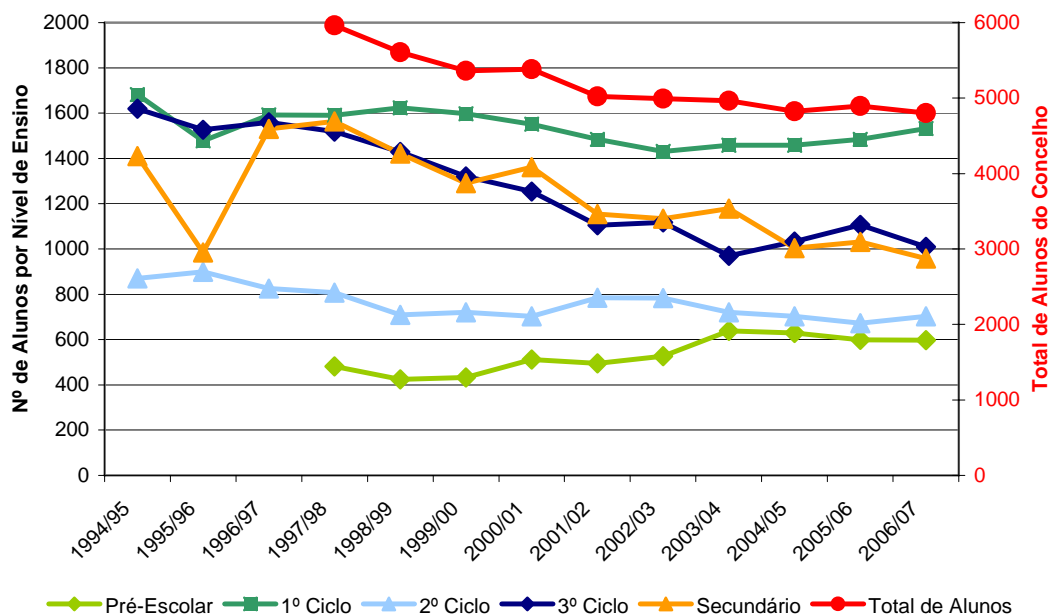
Nota: Foram tidos em conta os valores do Ensino Regular e Ensino Recorrente.

A Figura I.2 apresenta a distribuição percentual dos alunos pelos vários níveis e ciclos de ensino que se apresenta relativamente equilibrada (se atendermos ao número de anos de escolaridade abrangidos por cada um), ainda que com peso menos expressivo no 3º ciclo e, sobretudo, no Pré-escolar. De sublinhar o conjunto do Secundário e do Ensino Profissional, com um peso significativo (23%) no total da população escolar do concelho.

O Quadro I.3 e a Figura I.3 ilustram a evolução do número de alunos da rede pública entre os anos lectivos de 1994/95 e 2006/07, podendo concluir-se que:

- O Concelho tem vindo a sofrer alguma perda no número de alunos matriculados nos vários níveis de ensino (cerca de menos 20% desde 1997/98) com excepção do pré-escolar para o qual se verifica um incremento de cerca de 24%, do número de crianças matriculadas nos últimos anos lectivos.
- O decréscimo da população escolar desde 94/95 é mais acentuado no 3º Ciclo do Ensino Básico (-38%) e Secundário (-31%), talvez consequência natural da redução da população residente no concelho.
- Nos 1º e 2º Ciclos não se verifica um decréscimo tão significativo do número de alunos matriculados nos últimos dez anos.

QUADRO I.3 E FIGURA I.3 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE ABRANTES



Fonte: CMA

O Quadro I.4 e a Figura I.4 representam as taxas de escolarização em 2003/04 na educação pré-escolar, no ensino básico e secundário, por idade ano a ano, calculadas dividindo, para cada idade, os alunos escolarizados em cada um dos ciclos de estudos, pela população residente projectada.

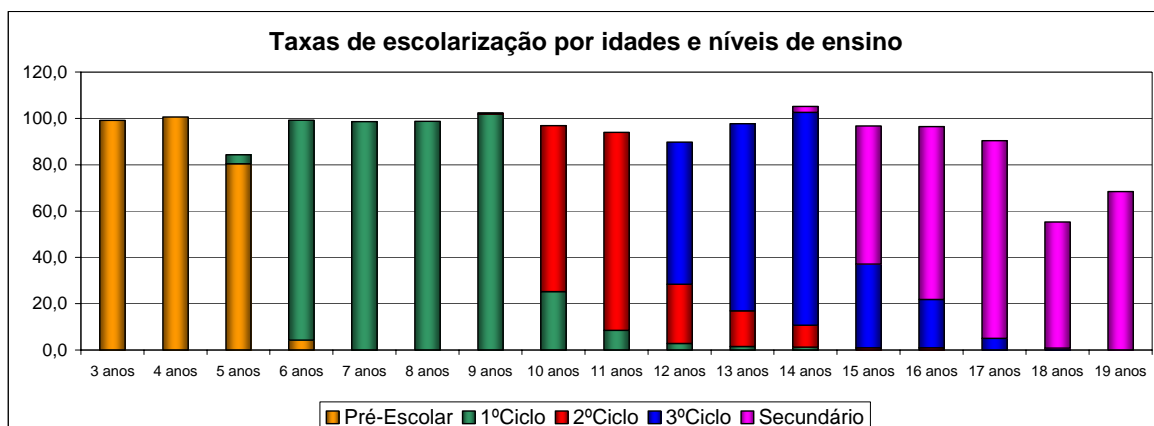
As taxas de escolarização estimadas para o concelho foram obtidas com base numa projecção da população em idade escolar efectuada no âmbito da Carta Educativa. Esta projecção não

está isenta de erro e haverá também algum desfasamento entre as idades das crianças registadas para os anos escolares e civis.

**QUADRO I.4 E FIGURA I.4 – TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADES E NÍVEIS DE ENSINO NO CONCELHO DE ABRANTES (REDE PÚBLICA+REDE PRIVADA)
ANO LECTIVO 2003/04**

CENÁRIO INTERMÉDIO

	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 ou + anos	TOTAL
População	346	349	363	374	351	312	334	357	367	419	384	360	402	398	394	454	481	6445
Pré-Escolar	343	351	292	16														1002
Taxa de escolarização (%)	99,1	100,6	80,4	4,3														
1ºCiclo			14	355	346	308	340	90	31	12	6							1502
Taxa de escolarização (%)			3,9	94,9	98,6	98,7	101,8	25,2	8,4	2,9	1,6							
2ºCiclo							2	256	314	107	59	34	4	4				780
Taxa de escolarização (%)							0,6	71,7	85,6	25,5	15,4	9,4	1,0	1,0				
3ºCiclo										257	310	331	145	83	20	4		1150
Taxa de escolarização (%)										61,3	80,7	91,9	36,1	20,9	5,1	0,9		
Secundário												9	240	297	336	247	329	1458
Taxa de escolarização (%)												2,5	59,7	74,6	85,3	54,4	68,4	
TOTAL de Alunos	343	351	306	371	346	308	342	346	345	376	375	374	389	384	356	251	329	5549
TOTAL Taxa de escolarização	99,1	100,6	84,3	99,2	98,6	98,7	102,4	96,9	94,0	89,7	97,7	103,9	96,8	96,5	90,4	55,3	68,4	
	94,7			99,7				95,4		96,7			94,5					
				97,7														



Fonte: Número de Alunos referente ao Ano Lectivo 2003/04 – DAPP

As taxas de escolarização nas idades do Pré-escolar (3-5 anos) revelam-se elevadas, mas convirá ter presente que estas taxas foram apuradas não só para a rede pública mas também considerando as crianças inscritas na rede privada (particular e das IPSS).

Ainda que com eventuais distorções, os valores estimados para a taxa de escolarização média para as idades próprias de frequência do ensino básico aproximam-se dos 100%. O facto de se ter obtido uma taxa de escolarização próxima dos 100% indicia que neste concelho os alunos cumprem a escolaridade obrigatória dentro do mesmo e que a rede pública em complementaridade com a rede privada satisfaz a procura da população residente.

No que respeita ao grupo etário dos 15-17 anos, a taxa média de escolarização atinge o valor de 94,5% que, comparativamente com outros concelhos, se pode afirmar ser um valor muito elevado. Neste concelho a elevada taxa de escolarização verificada para as idades próprias do Ensino Secundário reflecte que muitos são os jovens que prosseguem os estudos para além da escolaridade mínima obrigatória e/ou que haverá jovens residentes de outros concelhos que frequentam escolas de Abrantes, nomeadamente as ofertas de ensino profissional existentes no concelho. De realçar ainda o número elevado de alunos a frequentar o ensino secundário regular fora da idade própria, fruto possivelmente das elevadas taxas de retenção verificadas neste nível de ensino.

Faz-se de seguida uma análise comparativa do desempenho do sistema educativo do concelho de Abrantes com o de outros concelhos e regiões, com base em alguns indicadores relativos ao ano de 2001, apresentados no Quadro I.5.

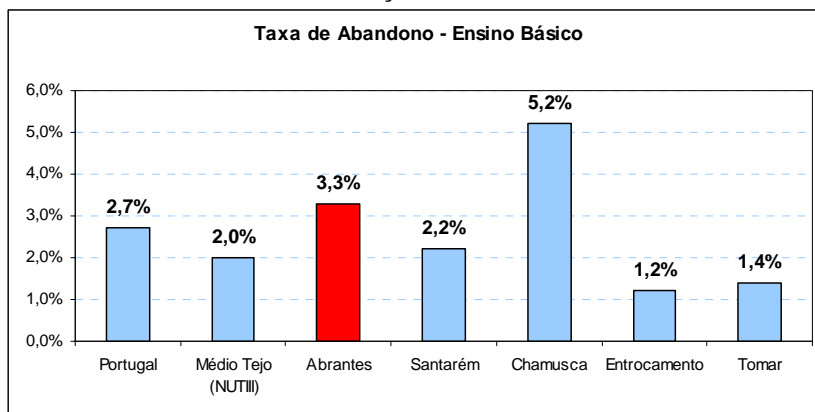
QUADRO I. 5 - INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR (2001)

	Ensino Básico			Ensino Secundário	
	Taxa de Abandono	Taxa de Retenção	Taxa de Saída Antecipada	Taxa de Saída Precoce	Aproveitamento no Ensino Secundário
Portugal	2,7%	12,7%	24,0%	44,0%	63,0%
Médio Tejo (NUTIII)	2,0%	10,1%	19,2%	40,4%	65,0%
Abrantes	3,3%	10,8%	23,0%	45,3%	67,3%
Santarém	2,2%	12,1%	20,0%	40,9%	64,5%
Chamusca	5,2%	19,6%	35,9%	59,8%	54,2%
Entrocamento	1,2%	10,2%	10,7%	28,2%	74,7%
Tomar	1,4%	10,6%	15,9%	34,6%	63,0%

Fonte: Ministério da Educação

No que se refere ao abandono no Ensino Básico (obrigatório), o concelho de Abrantes apresenta uma Taxa de Abandono (3,3%) acima da média nacional (2,7%) e da média dos concelhos da NUT III Médio Tejo, sendo ainda de referir que é dos concelhos da região com maior Taxa de Abandono sendo apenas superado pelo concelho de Chamusca (Figura I.5).

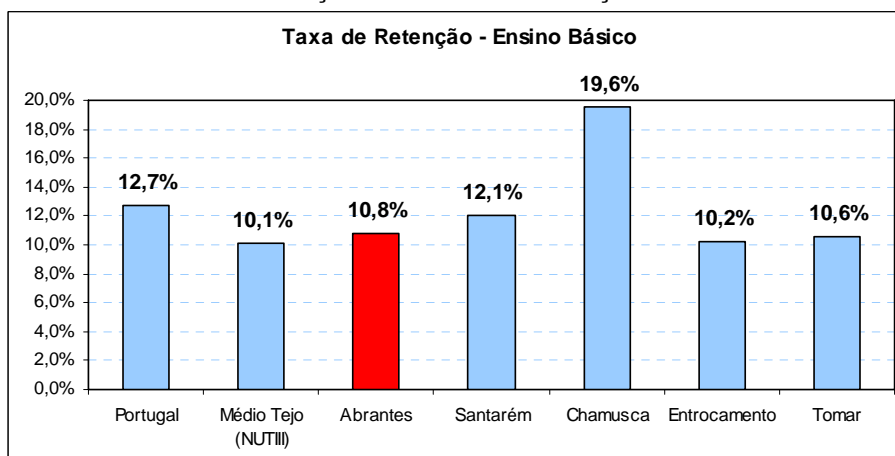
FIGURA I. 5 - COMPARAÇÃO DE TAXAS DE ABANDONO



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Retenção no Ensino Básico do concelho de Abrantes (ver Figura I.6), não é das mais elevadas dos concelhos limítrofes embora seja ligeiramente superior à média dos concelhos da NUT III Médio Tejo.

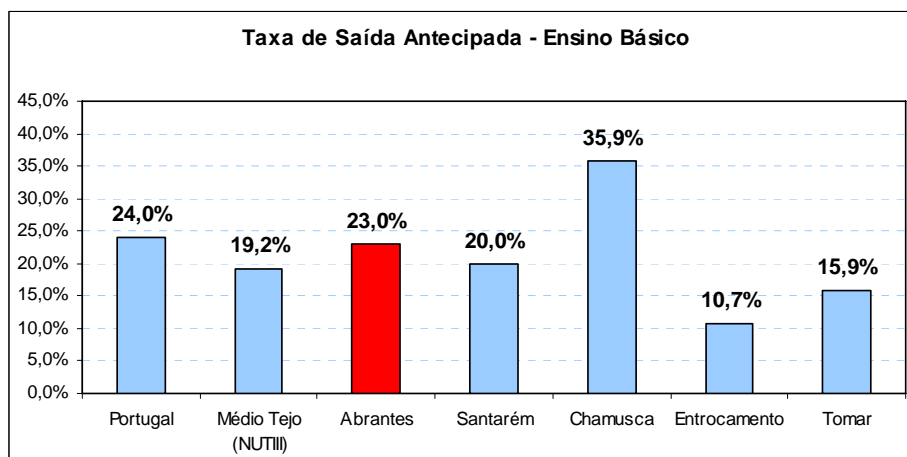
FIGURA I. 6 - COMPARAÇÃO DE TAXAS DE RETENÇÃO NO ENSINO BÁSICO



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Saída Antecipada (definida como a percentagem da população residente na faixa etária 18-24 anos que não concluiu o 9º ano, nem está a frequentar qualquer nível de ensino) é de 23% (o que significa que 23% da população jovem nesta faixa etária não concluiu o ensino obrigatório), valor que se encontra acima da média dos concelhos da região Médio Tejo e que é das mais elevadas entre os concelhos limítrofes, só superada por Chamusca (Figura I.7).

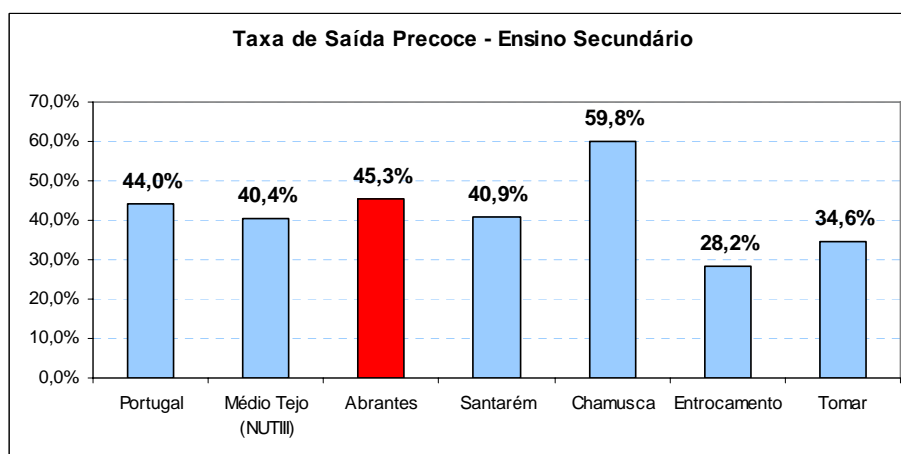
FIGURA I. 7 - COMPARAÇÃO DE TAXAS DE SAÍDA ANTECIPADA



Fonte: Ministério da Educação

A Taxa de Saída Precoce (Figura I.8) - definida como a percentagem de residentes na faixa etária 18-24 anos que não concluíram nem estão a frequentar o Ensino Secundário - no concelho de Abrantes (45,3%) é superior à média nacional e à média da NUTIII e a segunda mais alta entre os concelhos limítrofes. De sublinhar que esta taxa apresenta um valor muito elevado, traduzindo-se num claro indicador de que muitos jovens não prosseguem os estudos após conclusão do ensino obrigatório (9º ano), constituindo um desafio adicional à implantação da escolaridade obrigatória de 12 anos.

FIGURA I. 8 - COMPARAÇÃO DE TAXAS DE SAÍDA PRECOCE

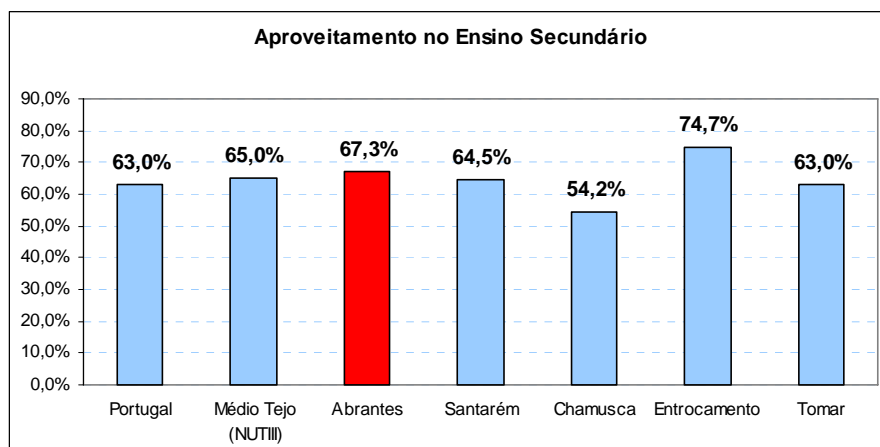


Fonte: Ministério da Educação

Na Figura I.9 apresenta-se a Taxa de Transição no Ensino Secundário (ou o Aproveitamento no Ensino Secundário), verificando-se que Abrantes se encontra acima da média do continente e da

NUTIII, apresentando o segundo valor mais elevado entre os concelhos limítrofes apenas superada pelo concelho do Entroncamento.

FIGURA I. 9 – TAXA DE TRANSIÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO



Fonte: Ministério da Educação

I.2. A Rede de Escolas do Concelho:

No concelho de Abrantes no ano lectivo de 2006/07 existem 75 estabelecimentos de ensino dos quais 65 pertencem à rede pública e 10 à rede não pública, podendo observar-se no Quadro I.6 que a quase totalidade dos equipamentos da rede não pública se concentra na educação pré-escolar.

QUADRO I.6 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR TIPOLOGIA (2006/07)

Tipologia	Pública	Não Pública	TOTAL
JI	25	8	33
EB1/JI	2	0	2
EB1	32	2	34
EB2,3	2	0	2
EB2,3/S	1	0	1
ES/3	2	0	2
Escola Profissional	1	0	1
Total	65	10	75

Fonte: CMA

No Quadro I.7 apresenta-se uma perspectiva diferente da rede, evidenciando o número de localizações diferentes em que cada um dos ciclos é oferecido. Os números diferem dos apresentados no Quadro I.6 porque alguns estabelecimentos oferecem mais do que um ciclo de estudos. Verifica-se que o número de estabelecimentos da rede decresce à medida que o grau de ensino se torna mais avançado, e consequentemente, a idade das crianças, sendo razoável que a distância casa-escola aumente.

A educação pré-escolar é oferecida em 35 locais e o primeiro ciclo em 36, o que pode evidenciar algum equilíbrio entre a oferta de educação pré-escolar e do 1.º ciclo. De referir que os 2º e 3º Ciclos estão presentes em 8 localizações distribuídas por quatro freguesias e que a oferta de ensino secundário e profissional apenas se encontra disponível nas freguesias de São Vicente, Mouriscas e Tramagal, originando uma movimentação significativa de estudantes. De salientar também a inexistência de qualquer oferta de ensino na freguesia de Aldeia do Mato. O Quadro I.7 permite então verificar o grande desequilíbrio existente entre a oferta das diversas freguesias que resulta principalmente de dois aspectos:

- ♦ Uma repartição geográfica muito desequilibrada, concentrando-se a maioria da população nas freguesias de maior acessibilidade.
- ♦ Um desequilíbrio da rede que não tem acompanhado a dinâmica demográfica das diferentes freguesias.

QUADRO I.7 – Nº DE LOCALIZAÇÕES POR NÍVEL DE ENSINO E FREGUESIA DA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA (2006/07)

		ALDEIA DO MATO	ALFERRAREDE	ALVEGA	BEMPOSTA	CARVALHAL	CONCAVADA	FONTES	MARTINCHÊL	MOURISCAS	PEGO	RIO DE MOINHOS	ROSSIO AO SUL DO TEJO	SÃO FACUNDO	SÃO JOÃO	SÃO MIGUEL DO RIO TORTO	SÃO VICENTE	SOUTO	TRAMAGAL	VALE DAS MÓS	
Pré-Escolar	Pública	0	3	2	2	1	1	1	1	1	1	3	1	0	1	4	3	0	2	0	27
	Não Pública	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2	0	2	1	8
1º Ciclo	Pública	0	3	2	3	1	1	1	1	1	1	3	1	1	2	4	4	1	3	1	34
	Não Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
2º Ciclo	Pública	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	3
	Não Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3º Ciclo	Pública	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	1	0	5
	Não Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Secundário	Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	3
CERCI	Não Público	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Ensino Recorrente	Básico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
	Secundário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Ensino Profissional	Público	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	3
	Não Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total por Freguesia		0	8	6	5	2	2	2	2	3	2	6	3	1	6	8	17	1	12	2	88

Fonte: CMA

I.2.1. Agrupamentos Escolares

No âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens.

O Agrupamento de Escolas (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) *"é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*

- a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) Valorizar e enquadrar experiências em curso."*

A constituição de agrupamentos escolares *"considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa."*

O referido Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em *a)*, vem ainda privilegiar agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excepcionais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de ponderar a conveniência de fundir os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas (vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.).

I.2.1.1 Agrupamentos Escolares no Concelho

No concelho de Abrantes estão definidos cinco Agrupamentos Escolares, dos quais três são verticais e cobrem todos os níveis de ensino obrigatórios (1.º, 2.º e 3.º Ciclos) e dois são horizontais, cobrindo apenas o pré-escolar e 1º ciclo do Ensino Básico. Está prevista já no próximo ano lectivo a verticalização destes dois agrupamentos horizontais através da conversão da ES/3 Dr. Manuel Fernandes em EB23/S e que passará a ser a sede do Agrupamento de Escolas Abrantes Oeste e com a fusão do Agrupamento de Escolas de Abrantes Norte com o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, cuja sede é a EB23 D Miguel de Almeida.

Esta solução permite agrupar as escolas de forma a facilitar aos alunos a frequência em todos os anos de escolaridade obrigatória.

Tal como se pode avaliar pelo Quadro I.8 e Quadro I.9, os Agrupamentos Escolares do concelho de Abrantes englobam um número elevado de escolas, atingindo o maior número de estabelecimentos o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, actualmente com 21 e que passará a funcionar com 34 estabelecimentos de ensino após a verticalização do Agrupamento de Escolas Abrantes Norte.

QUADRO I.8 – Nº DE ESTABELECIMENTOS AGREGADOS AOS AGRUPAMENTOS ESCOLARES POR TIPO DE ESCOLA

	AGRUPAMENTOS ESCOLARES				
	Escolas D. Miguel de Almeida	Escolas de Tramagal	Escolar das Freguesias de Alvega e Concavada	Escolas Abrantes Oeste	Escolas Abrantes Norte
JI	8	4	3	5	6
EB1/JI	0	0	0	1	0
EB1	12	5	3	6	7
EB2,3	1	0	1	0	0
EB2,3/S	0	1	0	0	0

Fonte: CMA

QUADRO I.9 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ABRANTES

Agrupamento Escolar	Tipo de Agrupamento	Freguesia	Escolas
Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida	Vertical	Bemposta	JI de Brunheirinho
			JI de Bemposta
			EB 1 de Bemposta
			EB 1 de Água Travessa
			EB 1 de Brunheirinho
		Rossio ao Sul do Tejo	JI do Rossio
			EB 1 nº 5 de Abrantes
		Pego	JI do Pego
			EB 1 de Pego
		Vale das Mós	EB 1 de Vale das Mós
			JI de Arreciadas
		S. Miguel do Rio Torto	JI de Carvalhal - Arrifana
			EB 1 de Arreciadas
			EB 1 nº 6 de Abrantes - Arrifana
			EB 2,3 D. Miguel de Almeida de Abrantes
Agrupamento de Escolas de Tramagal	Vertical	S. João	JI S. João Batista
			EB 1 Dr. Raúl Figueiredo
			EB 1 nº1 de Abrantes
			EB 2,3 D. Miguel de Almeida de Abrantes
			EB 1 de S. Facundo
		S. Facundo	EB 1 de S. Facundo
			EB 1 de Mouriscas
		Mouriscas	JI de Mouriscas
			EB 1 de Mouriscas
			JI de Tramagal
			JI de Crucifixo
			EB 1 de Crucifixo
			EB 1 nº1 de Tramagal
			EB 1 nº2 de Tramagal
			EB 2,3/S Octávio Duarte Ferreira
Agrupamento Escolar das Freguesias de Alvega e Concavada	Vertical	Tramagal	JI de S. Miguel Rio Torto
			JI de Bicas
			EB 1 de S. Miguel Rio Torto
			EB 1 de Bicas
			EB 1 de Bicas
		S. Miguel do Rio Torto	EB 1 de S. Miguel Rio Torto
			EB 1 de Bicas
		S. Miguel do Rio Torto	EB 1 de S. Miguel Rio Torto
			EB 1 de Bicas
			EB 1 de Bicas
			EB 1 de Bicas
			EB 1 de Bicas
			EB 1 de Bicas
Agrupamento horizontal de Escolas Abrantes Oeste	Horizontal	Alvega	JI de Casa Branca
			JI de Alvega
			EB 1 de Casa Branca
			EB 1 nº1 de Alvega
			EB 2,3 Dr. Fernando Loureiro Alvega
		Concavada	JI de Concavada
			EB 1 de Concavada
		Concavada	EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
Agrupamento horizontal de Escolas Abrantes Norte	Horizontal	Alvega	EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
		Concavada	EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
		Concavada	EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada
			EB 1 de Concavada

Fonte: CMA

1.3. Cartas de Localização dos estabelecimentos de ensino

Apresentam-se de seguida três cartas com a localização dos estabelecimentos de educação e ensino no Concelho: Carta I.1 – Localização dos Equipamentos de Educação e Ensino – Zona Norte; Carta I.2 – Localização dos Equipamentos de Educação e Ensino – Zona Leste; Carta I.3 – Localização dos Equipamentos de Educação e Ensino – Zona Oeste/Sul. Para facilitar a leitura e permitir avaliar a oferta de ensino face à localização da população, as Cartas consideram apenas dois tipos de ocupação do solo – espaço predominantemente habitacional e espaço não habitacional. A simbologia adoptada permite uma fácil leitura dos níveis de ensino oferecidos por cada estabelecimento.

CARTA I.1 – Concelho
Localização das Escolas
(Mapa a colocar à posteriori)

CARTA I.2 – Zona Norte

Localização das Escolas

(Mapa a colocar à posteriori)

CARTA I.3 – Zona Sul

Localização das Escolas

(Mapa a colocar à posteriori)

I.4. A Educação Pré-Escolar

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias. Esta destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos, idade de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta.

Existem no concelho de Abrantes 35 locais onde é oferecida a educação pré-escolar, dos quais 27 são públicos e 8 não públicos. A lista e respectiva freguesia dos estabelecimentos encontram-se no Quadro I.10.

O *Anexo I.A* apresenta a lista dos estabelecimentos com oferta de pré-escolar, respectiva freguesia e endereço.

Destes 35 jardins de infância apenas 2 encontram-se integrados noutros estabelecimentos escolares e 8 partilham o mesmo espaço físico que escolas básicas de 1.º ciclo embora possuam sistemas de gestão autónomos, existindo apenas uma integração física no espaço escolar, não se tratando portanto de uma integração institucional. Os restantes jardins de infância têm um funcionamento autónomo num espaço físico próprio.

Segundo o Despacho Conjunto n.º 268/97, é requisito pedagógico e técnico para a instalação e funcionamento da educação pré-escolar, a sua integração ou associação com os vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente os do 1.º ciclo, numa perspectiva de racionalização e articulação de gestão e utilização dos recursos físicos e humanos.

O facto de, na sua maioria os jardins-de-infância terem um funcionamento autónomo, leva a considerar que há uma debilidade considerável no sistema escolar. Perante esta situação, e numa fase posterior, aconselhar-se-á uma intervenção no sentido do reforço da ligação dos jardins-de-infância aos restantes segmentos do sistema local de educação escolar.

Os demais jardins-de-infância (Privados) têm um funcionamento autónomo num espaço físico próprio, com excepção do JI João de Deus do Tramagal.

QUADRO I.10 – OFERTA DE JARDINS-DE-INFÂNCIA NO CONCELHO

Código	Estabelecimento	Modalidade	Localidade	Freguesia	Integrado em alguma escola
14010570	Jl do Centro Paroquial de Vale das Mós	IPSS	Vale das Mós	Vale das Mós	Creche e ATL
14010761	Jl Nossa Sra. da Oliveira de Tramagal	IPSS	Tramagal	Tramagal	Creche
14010829	Jl do Centro Social Interparoquial de Abrantes	IPSS	Abrantes	S. Vicente	Creche
14010680	Jl da Stª Casa da Misericórdia de Abrantes	IPSS	Barreiras do Tejo	S. João	Creche
14010705	Jl do Centro Social de Alferrarede	IPSS	Alferrarede	Alferrarede	Creche e ATL
14010104	Jl do Centro Social Paroquial de Rossio ao Sul do Tejo	IPSS	Rossio ao Sul do Tejo	Rossio ao Sul do Tejo	Autónomo
14010710	Jl João de Deus de Tramagal	Particular	Tramagal	Tramagal	Creche e EB1
14010617	Jl "O Dentinho"	Particular	Chainça	S. Vicente	Creche e ATL
14010472	Jl de Casa Branca	Público	Casa Branca	Alvega	EB1 de Casa Branca
14010203	Jl de Mouriscas	Público	Mouriscas	Mouriscas	Anexo ao EB1 Mouriscas
14010166	Jl S. João Batista	Público	Abrantes	S. João	Autónomo
14010389	Jl de Tramagal	Público	Tramagal	Tramagal	Autónomo
14010949	Jl de Crucifixo	Público	Crucifixo	Tramagal	Autónomo
14010586	Jl de S. Miguel Rio Torto	Público	S. Miguel do Rio Torto	S. Miguel do Rio Torto	Autónomo
14010600	Jl de Arreciadas	Público	Arreciadas	S. Miguel do Rio Torto	Autónomo
14010998	Jl de Carvalhal - Arrifana	Público	Arrifana	S. Miguel do Rio Torto	Autónomo
14010460	Jl de Rio de Moinhos	Público	Rio de Moinhos	Rio de Moinhos	Autónomo
14011111	Jl do Pego	Público	Pego	Pego	Autónomo c/ Recreio Comum à EB1 nº2
14010831	Jl de Fontes	Público	Fontes	Fontes	Autónomo
14010488	Jl de Concavada	Público	Concavada	Concavada	Autónomo
14010339	Jl de Carvalhal	Público	Carvalhal	Carvalhal	Autónomo
14010283	Jl de Alvega	Público	Alvega	Alvega	Autónomo
14010524	Jl de Casais de Revelhos	Público	Casais Revelhos	Alferrarede	Autónomo
14010776	Jl nº1 de Alferrarede	Público	Alferrarede	Alferrarede	Autónomo
14010820	Jl nº2 de Alferrarede	Público	Alferrarede Velha	Alferrarede	Autónomo mas funciona nas mesmas instalações da EB1
14010038	Jl de Bemposta	Público	Bemposta	Bemposta	Autónomo c/ Recreio Comum à EB1 Bemposta
14010799	Jl de Bicas	Público	Bicas	S. Miguel do Rio Torto	Autónomo mas funciona nas mesmas instalações da EB1 Bicas
14010140	Jl de Amoreira	Público	Amoreira	Rio de Moinhos	EB1 Amoreira
14010333	Jl de Brunheirinho	Público	Brunheirinho	Bemposta	Funciona na EB1 de Brunheirinho
14010908	Jl de Chainça	Público	Chainça	S. Vicente	EB1 Chainça
14010812	Jl de Martinchel	Público	Martinchel	Martinchel	EB1/Jl Martinchel
14010794	Jl de Ribeira da Pucariça	Público	Ribeira da Pucariça	Rio de Moinhos	EB1 Ribeira de Pucariça
14010388	Jl do Rossio	Público	Rossio ao Sul do Tejo	Rossio ao Sul do Tejo	EB1 nº5 do Rossio ao Sul do Tejo
1401406	Jl António Torrado	Público		S. Vicente	EB1/Jl António Torrado
14010409	Jl Abrançalha de Baixo	Público	Abrançalha de Baixo	S. Vicente	Funciona na EB1 Abrançalha de Baixo

Fonte: CMA

O concelho de Abrantes, ao nível da educação pré-escolar pública, particular e IPSS, apresenta uma taxa de cobertura na ordem dos 98% em 2005/06 (Quadro I.11). Analisando a rede escolar como um todo, pode-se concluir que o município se encontra bem apetrechado em jardins-de-infância.

Refinando a análise para o nível das freguesias, verificam-se grandes discrepâncias nos seus valores, não possuindo três freguesias qualquer equipamento deste nível hierárquico. No entanto, convém salientar que das freguesias sem oferta de pré-escolar, duas têm valores de população com idades entre os 3 e os 5 anos de idade inferiores a 10 crianças. Situação contrária acontece nas freguesias de Alferrarede, São João, Tramagal e Vale das Mós, cuja taxa de escolarização ultrapassa os 100%.

O Decreto-Lei nº 147/97 que estabelece o ordenamento jurídico do desenvolvimento e expansão da rede pré-escolar pública e privada, estabelece como objectivo *"elevar, até ao final do século, a oferta global de educação pré-escolar em cerca de 20% de modo a abranger 90% das crianças de 5 anos, 75% das de 4 anos e 60% das de 3 anos"*. Os valores obtidos para o concelho de Abrantes (ver Quadro I.11) mostram que estes objectivos (fixados para o final do século passado) foram claramente ultrapassados em 2005/06 quando se toma em conta não só a oferta pública como a privada. Porém, se se considerar apenas a oferta pública, os resultados ficam aquém das expectativas, uma vez que esta apenas atinge 76% das crianças com 5 anos, 54% com 4 anos e 38%¹³ com 3 anos.

¹³ A distribuição parcial das idades das crianças (sobretudo com 4 e 5 anos) poderá transmitir uma ideia turva da realidade, isto porque, para efeitos de divisão dos alunos pelas classes, indivíduos que façam 5 anos após o dia 15 de Setembro são contabilizados como tendo 4 anos e os que façam 6 anos até 31 de Dezembro já serão integrados no 1.º ciclo do Ensino Básico. A distribuição de alunos varia muito consoante as datas de aniversário dos indivíduos.

Quadro I.11 - Percentagem de crianças escolarizadas por idade e freguesia no concelho de Abrantes em 2005/06 (Pré-Escolar)

	População 2005*	IPSS	Particular	Público	Crianças Escolarizadas	%
Concelho de Abrantes						
3 anos	338	118	27	128	273	81
4 anos	346	118	27	186	331	96
5 anos	345	119	26	263	408	118
Total	1029	355	80	577	1012	98
Aldeia do Mato						
3 anos	3	0	0	0	0	0
4 anos	2	0	0	0	0	0
5 anos	2	0	0	0	0	0
Total	7	0	0	0	0	0
Alferrarede						
3 anos	40	25	0	13	38	95
4 anos	34	36	0	16	52	153
5 anos	35	30	0	15	45	129
Total	109	91	0	44	135	124
Alvega						
3 anos	14	0	0	7	7	50
4 anos	11	0	0	7	7	64
5 anos	11	0	0	21	21	191
Total	36	0	0	35	35	97
Bemposta						
3 anos	17	0	0	6	6	35
4 anos	14	0	0	6	6	43
5 anos	14	0	0	15	15	107
Total	45	0	0	27	27	60
Carvalhal						
3 anos	6	0	0	1	1	17
4 anos	6	0	0	6	6	100
5 anos	6	0	0	3	3	50
Total	18	0	0	10	10	56
Concavada						
3 anos	7	0	0	7	7	100
4 anos	7	0	0	2	2	29
5 anos	8	0	0	1	1	13
Total	22	0	0	10	10	45

	População 2005*	IPSS	Particular	Público	Crianças Escolarizadas	%
Fontes						
3 anos	6	0	0	1	1	17
4 anos	5	0	0	1	1	20
5 anos	5	0	0	3	3	60
Total	16	0	0	5	5	31
Martinchel						
3 anos	3	0	0	2	2	67
4 anos	4	0	0	9	9	225
5 anos	4	0	0	8	8	200
Total	11	0	0	19	19	173
Mouriscas						
3 anos	15	0	0	5	5	33
4 anos	17	0	0	11	11	65
5 anos	15	0	0	11	11	73
Total	47	0	0	27	27	57
Pego						
3 anos	14	0	0	8	8	57
4 anos	14	0	0	10	10	71
5 anos	13	0	0	21	21	162
Total	41	0	0	39	39	95
Rio de Moinhos						
3 anos	13	0	0	9	9	69
4 anos	11	0	0	9	9	82
5 anos	11	0	0	16	16	145
Total	35	0	0	34	34	97
Rossio Sul do Tejo						
3 anos	22	7	0	7	14	64
4 anos	23	6	0	10	16	70
5 anos	22	10	0	23	33	150
Total	67	23	0	40	63	94
S. Facundo						
3 anos	7	0	0	0	0	0
4 anos	6	0	0	0	0	0
5 anos	6	0	0	0	0	0
Total	19	0	0	0	0	0
S. João						
3 anos	16	29	8	19	56	350
4 anos	18	29	8	18	55	306
5 anos	19	32	6	24	62	326
Total	53	90	22	61	173	326

	População 2005*	IPSS	Particular	Público	Crianças Escolarizadas	%
S. Miguel do Rio Torto						
3 anos	19	0	0	16	16	84
4 anos	17	0	0	15	15	88
5 anos	16	0	0	18	18	113
Total	52	0	0	49	49	94
S. Vicente						
3 anos	104	37	0	22	59	57
4 anos	129	30	0	53	83	64
5 anos	130	32	0	74	106	82
Total	363	99	0	149	248	68
Souto						
3 anos	4	0	0	0	0	0
4 anos	2	0	0	0	0	0
5 anos	2	0	0	0	0	0
Total	8	0	0	0	0	0
Tramagal						
3 anos	22	7	19	5	31	141
4 anos	20	7	19	13	39	195
5 anos	21	9	20	10	39	186
Total	63	23	58	28	109	173
Vale das Mós						
3 anos	6	13	0	0	13	217
4 anos	6	10	0	0	10	167
5 anos	5	6	0	0	6	120
Total	17	29	0	0	29	171
* Considerando cenário intermédio						

Fonte: DAPP

Das 1029 crianças com idade própria para frequentar este nível de ensino, 1012 estão a frequentar os jardins-de-infância públicos ou privados. Porém, se se tomar apenas como referência as crianças escolarizadas do ensino público, obtém-se uma taxa de cobertura na ordem dos 56%, o que se afigura uma situação deficitária. Tal situação, possivelmente, facilitou a implementação de estabelecimentos de educação pré-escolar privados, pelo que se torna prioritário o investimento em infra-estruturas da educação pré-escolar públicas.

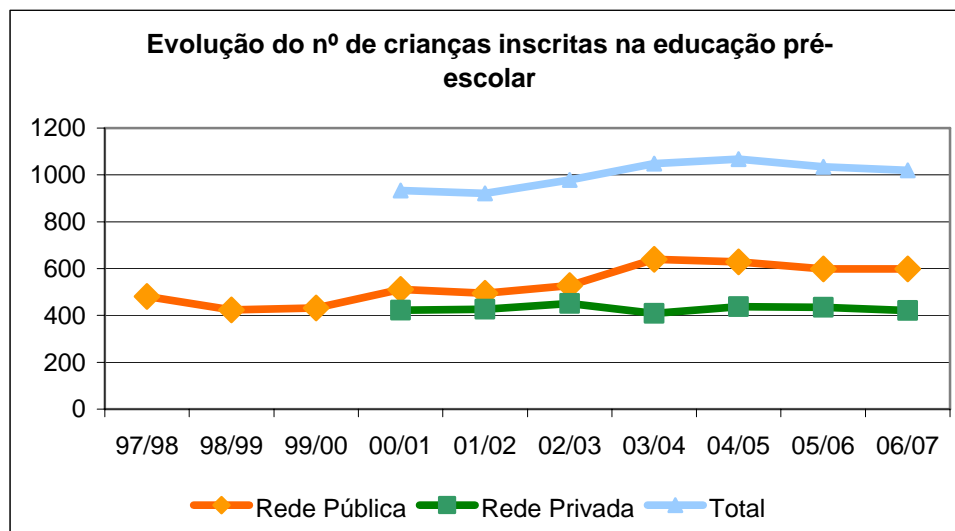
A evolução do número de crianças a frequentar a educação pré-escolar, na rede pública e não pública, a partir do ano de 1996/97 até 2006/07 pode ser observada no Quadro I.12 e Figura I.10.

Da análise da evolução dos últimos anos conclui-se, relativamente à rede privada, que se verifica uma estabilidade de valores, o mesmo não sucedendo para a rede pública que tem apresentado um crescimento progressivo do número de alunos aí inscritos até 2003/04 seguido de um ligeiro decréscimo.

Comparando o número de crianças que frequentam ambas as redes, pública (598) e não pública (421), é visível que existe uma maior procura na primeira (Quadro I.12 e Figura I.10).

QUADRO I.12 E FIGURA I.10 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ENTRE 1996/97 E 2006/07

Ano Lectivo	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
Rede Pública	481	424	432	511	495	527	639	629	599	598
Rede Privada				423	426	451	409	438	435	421
Total				934	921	978	1048	1067	1034	1019



Fonte: DAPP/CMA

O Quadro I.23 apresenta o número de crianças de cada jardim-de-infância público e não público, bem como o número de educadores e não docentes, número de salas de aula.

QUADRO I.23 – NÚMERO DE CRIANÇAS E EDUCADORES NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Crianças Matriculadas em 2006/07												
Código	Estabelecimento	Modalidade	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total	Educadores	Não docentes	Sala de aula	Nº Crianças/ Sala	Nº Crianças/E ducador
14010570	Jl C P de Vale das Mós	IPSS	13	10	6	0	29	2	6	2	15	15
14010761	Jl N S Oliveira de Tramagal	IPSS	7	7	9	0	23	1	2	1	23	23
14010829	Jl C S I de Abrantes	IPSS	37	30	32	0	99	4	12	4	25	25
14010680	Jl Stª C M de Abrantes	IPSS	29	29	32	0	90	5	10	4	23	18
14010705	Jl C S de Alferrarede	IPSS	25	36	30	0	91	4	12	4	23	23
14010104	Jl C S P de R ao Sul do Tejo	IPSS	7	6	10	0	23	1	5	1	23	23
14010710	Jl João de Deus de Tramagal	Particular	19	19	20	0	58	3	4	3	19	19
14010617	Jl "O Dentinho"	Particular	8	8	6	0	22	2	3	1	22	11
14010472	Jl de Casa Branca	Público	6	3	1	0	10	1	1	1	10	10
14010203	Jl de Mouriscas	Público	13	7	14	0	34	2	2	2	17	17
14010166	Jl S. João Batista	Público	20	28	22	0	70	3	4	3	23	23
14010389	Jl de Tramagal	Público	5	3	14	1	23	2	2	1	23	12
14010949	Jl de Crucifixo	Público	4	4	5	0	13	2	1	1	13	7
14010586	Jl de S. Miguel Rio Torto	Público	2	7	4	0	13	1	2	1	13	13
14010600	Jl de Arreciadas	Público	7	3	6	0	16	1	1	1	16	16
14010998	Jl de Carvalho - Arrifana	Público	2	4	3	0	9	1	1	1	9	9
14010460	Jl de Rio de Moinhos	Público	11	7	7	0	25	1	1	1	25	25
14011111	Jl do Pego	Público	8	10	21	1	40	2	7	2	20	20
14010831	Jl de Fontes	Público	11	1	1	0	13	1	1	1	13	13
14010488	Jl de Concavada	Público	3	5	3	0	11	1	1	1	11	11
14010339	Jl de Carvalho	Público	3	3	5	0	11	1	1	1	11	11
14010283	Jl de Alvega	Público	2	6	5	0	13	1	1	1	13	13
14010524	Jl de Casais de Revelhos	Público	0	4	5	0	9	1	1	1	9	9
14010776	Jl nº1 de Alferrarede	Público	3	8	8	0	19	1	1	1	19	19
14010820	Jl nº2 de Alferrarede	Público	4	6	6	0	16	1	1	1	16	16
14010038	Jl de Bemposta	Público	2	7	8	0	17	1	1	1	17	17
14010799	Jl de Bicas	Público	0	3	4	0	7	1	1	1	7	7
14010140	Jl de Amoreira	Público	2	3	3	0	8	1	1	1	8	8
14010333	Jl de Brunheirinho	Público	1	0	3	0	4	1	1	1	4	4
14010908	Jl de Chainça	Público	0	17	28	0	45	2	3	2	23	23
14010812	Jl de Martinchel	Público	3	2	11	0	16	1	1	1	16	16
14010794	Jl de Ribeira da Pucariça	Público	2	0	0	1	3	1	1	1	3	3
14010388	Jl do Rossio	Público	13	11	12	3	39	3	4	2	20	13
14010406	Jl António Torrado	Público	19	32	37	7	95	5	5	4	24	19
14010409	Jl Abrançalha de Baixo	Público	3	5	5	1	14	1	1	1	14	14

Fonte: CMA

Comparativamente com as unidades da rede não pública, constata-se que a maioria das unidades da rede pública são de pequena/média dimensão, com excepção dos Jl António Torrado e Jl S. João Batista.

Importa também referir que o número de educadores disponíveis para cada um dos jardins-de-infância existentes, quer públicos quer não públicos, satisfazem o número de crianças por sala que deverá ser no máximo de 25.

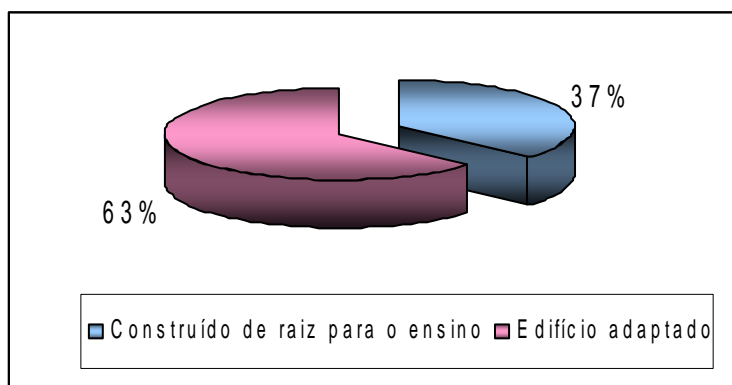
I.4.1. A Educação Pré-Escolar – Rede Pública

Existem 27 jardins de infância públicos no concelho de Abrantes dos quais 2 encontram-se integrados noutros estabelecimentos escolares e 8 funcionam nas instalações das respectivas EB1 dispondo das facilidades existentes nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo que serão caracterizada no ponto “1.5” deste relatório. Os restantes jardins de infância têm um funcionamento autónomo num espaço físico próprio.

Seria desejável que os jardins-de-infância do concelho que possuem um código atribuído pelo Ministério da Educação diferente daquele apresentado pelas escolas do 1.º ciclo onde estão inseridos, passassem a funcionar no futuro de forma integrada nas mesmas (Despacho Conjunto n.º 268/97).

Dos edifícios onde se encontram os jardins-de-infância apenas 37% foram construídos de raiz para o ensino, tal como ilustra o Figura I.11.

FIGURA I.11 – TIPO DE CONSTRUÇÃO

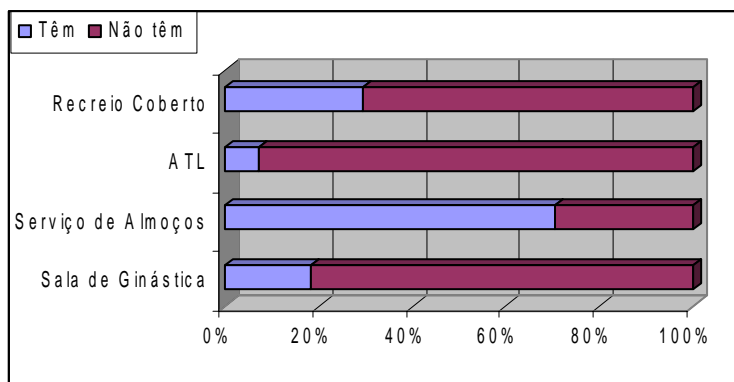


Fonte: CMA

No que diz respeito à conservação do interior/exterior dos estabelecimentos e das infra-estruturas podemos verificar que de um modo geral os jardins de infância públicos se encontram em condições razoáveis. As infra-estruturas dos jardins de infância públicos estão caracterizadas com maior detalhe no Anexo I.B. De realçar que ainda existem sete jardins de infância que não possuem serviço de almoços e apenas cinco têm sala de ginástica ou sala polivalente (Figura I.12).

Todos os jardins-de-infância públicos dispõem de recreio descoberto e a maioria não possui recreio coberto. Seria aconselhável que houvesse uma aposta clara na criação de recreios cobertos de modo a que nos dias de condições atmosféricas mais adversas as crianças pudessem ter um local de lazer abrigado.

Figura I.12 – CARACTERIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: CMA

I.4.2. A Educação Pré-Escolar – Rede não Pública

Os estabelecimentos pertencentes à rede não pública têm uma importância significativa na educação pré-escolar no concelho de Abrantes, uma vez que 41% das crianças matriculadas nesse nível de ensino frequentam escolas particulares.

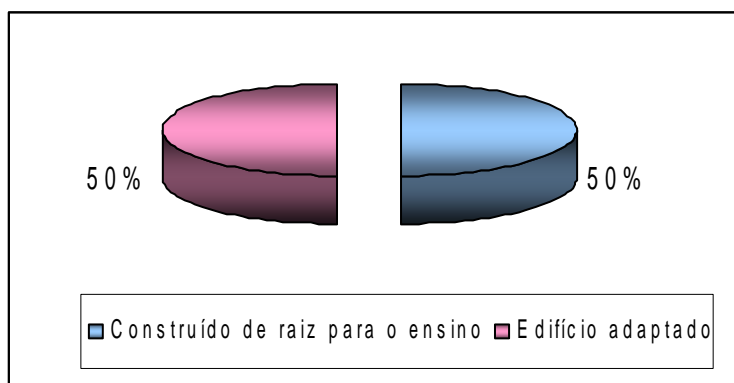
Existem oito jardins-de-infância não públicos distribuídos por seis freguesias do concelho de Abrantes, dos quais seis pertencem à rede privada de outros ministérios e 2 à rede privada do Ministério da Educação.

Os jardins-de-infância que acolhem maior número de crianças são o Centro Social Interparoquial de Abrantes (99) seguido do JI do Centro Social de Alferrarede (91) e do JI da Sta. Casa da Misericórdia de Abrantes (90).

O inquérito feito a todos os estabelecimentos da rede privada em 2002 permitiu caracterizar não só a tipologia de construção como as infra-estruturas destes estabelecimentos de ensino, em relação aos quais existia pouca informação (ver *Anexo I.B*).

No que diz respeito ao tipo de construção, 50% dos estabelecimentos existentes foram construídos de raiz para o ensino, enquanto que os restantes são edifícios ou fracções de edifícios de habitação adaptados para o ensino (Figura I.13).

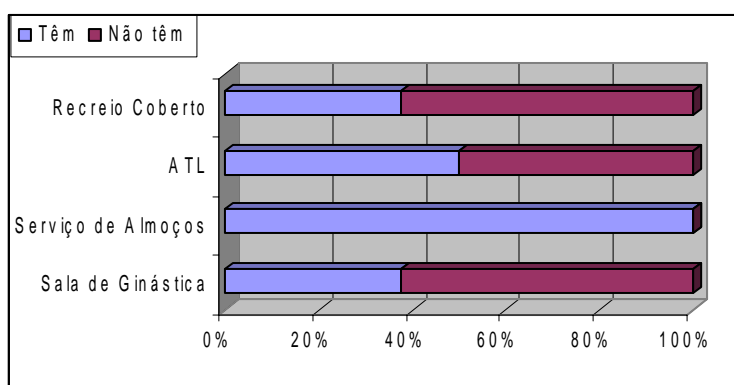
Figura I.13 – TIPOLOGIA DE CONSTRUÇÃO



Fonte: CMA

Todos os jardins-de-infância não públicos dispõem de serviço de almoços e recreio descoberto e cerca de 38% possuem recreio coberto e sala de ginástica (Figura I.14). Para além disto, 50% oferecem também um importante serviço à comunidade na ocupação dos tempos livres. É de referenciar que apenas o Centro Social de Alferrarede dispõem de todas estas mais valias.

Figura I.14 – CARACTERIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: CMA

I.5. Ensino Básico 1.º Ciclo

A rede do 1.º ciclo do ensino básico é constituída por 36 estabelecimentos, dos quais 34 pertencentes à rede pública e 2 à rede não pública. O *Anexo I.C* apresenta a lista de todos os estabelecimentos com oferta de 1º ciclo e respectivos endereços.

As apreciações que se apresentam de seguida são aplicáveis a EB1's, funcionando em complemento com o Anexo de Caracterização, e pretendem servir de auxílio a quem possa consultar o documento Carta Educativa do Abrantes:

- Os equipamentos escolares existentes foram construídos de raiz para o ensino;
- encontram-se de um modo geral, em razoável estado de conservação bem como em termos de infra-estruturas;
- a maioria das escolas apresentam um razoável equipamento didáctico, o qual se torna imprescindível para o desenvolvimento de actividades;
- dois destes equipamentos podem ser considerados de média dimensão (8 salas), dispondo de campo de jogos, refeitório e serviço de almoços;
- O Município de Abrantes tem vindo a fomentar a utilização educativa da Internet pelos professores, com o programa "Internet nas Escolas". Através do ensino baseado nas tecnologias da informação e comunicação, todas as escolas primárias do Concelho estão equipadas com computadores e com ligação à Internet, sendo esta uma nova ferramenta de trabalho para os professores e um instrumento de aprendizagem e de educação para os alunos;
- O Mocho XXI, foi lançado pela Câmara de Abrantes como projecto piloto na Escola de S. Facundo, no ano lectivo de 2004/2005. Um projecto inovador no uso da informática na sala de aula que se propõe alterar a forma tradicional de ensino ao nível do conhecimento e da aprendizagem. Um investimento inicial de cerca de dez mil euros em material informático, entre seis portáteis e software educativo, permitindo que os treze alunos que frequentaram a escola desenvolvessem as mais variadas actividades, desde o processamento de texto, acesso a conteúdo multimédia em CD-Roms interactivos, até ao acesso Internet partilhado. No presente ano lectivo o projecto foi alargado a mais escolas. Este e outros projectos educativos desenvolvidos no concelho de Abrantes encontram-se descritos com maior detalhe na secção I.12.

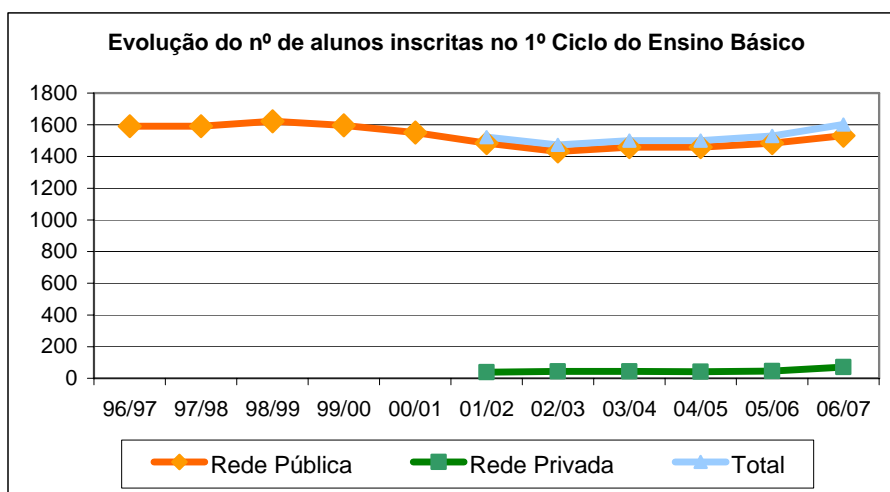
- A Câmara de Abrantes e os Agrupamentos de Escolas do Concelho celebraram um protocolo com vista à candidatura ao Programa de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico Público. Esta parceria visa a operacionalização dos meios logísticos, técnicos, financeiros e de recursos humanos com vista à introdução da disciplina de inglês, educação física e música em todas as escolas do concelho.

A abordagem de aspectos mais específicos da caracterização da rede de equipamentos de 1.º ciclo será feita de seguida.

Pela análise do Quadro I.14 e da Figura I.15 é possível observar que tem havido um ligeiro decréscimo no número de alunos inscritos nos estabelecimentos públicos com oferta de 1.º ciclo desde o ano lectivo de 1996/97 até 2006/07. O aumento verificado no último ano, no número de alunos matriculados na rede privada deve-se sobretudo à abertura de um novo estabelecimento privado.

Quadro I.14 e Figura I.15 – Evolução do Número de Alunos do 1.º Ciclo no concelho de Abrantes

Ano Lectivo	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
Rede Pública	1592	1591	1623	1597	1551	1484	1431	1458	1459	1484	1532
Rede Privada						38	43	43	41	45	70
Total						1522	1474	1501	1500	1529	1602

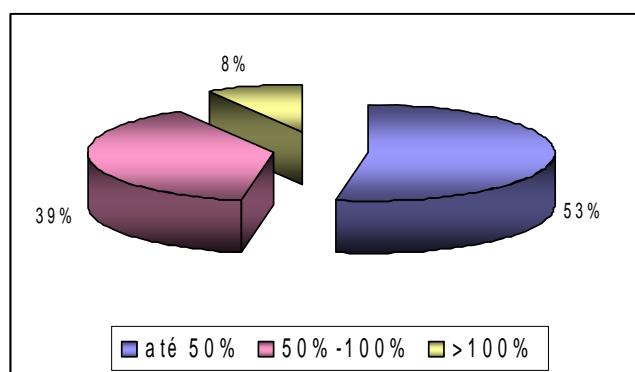


Fonte: DAPP e CMA

I.5.1. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Pública

Para além da evolução global do número de alunos indicada na secção anterior, sabe-se que duas escolas do Concelho possuem turmas a funcionar em regime de desdobramento¹⁴. Na sua maioria (94%) as turmas funcionam em regime normal, (o que nos leva a concluir que não há falta de salas) e pode observar-se na Figura I.16 que a taxa de ocupação da rede é muito desequilibrada, pois das escolas de 1º Ciclo existentes 53% funcionam com taxas de ocupação inferiores a 50%. É de realçar ainda, a existência de 8% de escolas que funcionam com taxas de ocupação superiores a 100%, merecendo por isso uma atenção especial. De referir que as taxas de ocupação das salas, foram calculadas escola a escola considerando uma capacidade máxima de 24 alunos por turma e em regime normal.

FIGURA I.16 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DO 1.º CICLO DA REDE PÚBLICA EM 2006/07



Fonte: CMA

Do tratamento desta informação resultou ainda o Quadro I.15 onde se pode constatar que a EB1 n.º 2, n.º 3 e a EB1 n.º 4 de Abrantes se encontram, em termos de população escolar, a funcionar acima do limite dimensional para o qual foram programadas. É de referir que, os valores obtidos no Quadro I.15 não entram em linha de conta com as turmas reduzidas a 20 alunos, como consequência da existência de alunos com necessidades educativas especiais¹⁵. Actualmente algumas escolas da zona urbana do concelho encontram-se com taxas de

¹⁴ O Regime de Desdobramento traduz-se na ocupação de uma mesma sala de aula por mais de uma turma em horários distintos, ou seja, existe uma turma a utilizar a infra-estrutura da parte da manhã e outra da parte da tarde.

¹⁵ Ponto 5.3 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho, que refere que as turmas com alunos de educação especial serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos de educação especial.

ocupação mais elevadas do que as referidas anteriormente face à existência destes alunos nas respectivas turmas.

Quadro I.15 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Escolas	Freguesia	nº de salas de aula	Nº de prof. a leccionar	Nº de turmas	nº de alunos em 06/07	Nº alunos por turma	Nº alunos por professor	Capacidade (nº alunos)	Taxa de ocupação (salas)	Taxa de ocupação (turmas)
14010443	EB 1 de Bemposta	Bemposta	3	2	2	31	16	16	72	43%	65%
14010457	EB 1 de Água Travessa		2	2	2	21	11	11	48	44%	44%
14010664	EB 1 de Brunheirinho		1	1	1	10	10	10	24	42%	42%
14010720	EB 1 nº 5 de Abrantes	Rossio ao Sul do Tejo	5	5	5	103	21	21	120	86%	86%
14010667	EB 1 de Pego	Pego	4	4	4	76	19	19	96	79%	79%
14010947	EB 1 de Vale das Mós	Vale das Mós	2	2	2	25	13	13	48	52%	52%
14010365	EB 1 de Arreciadas	S. Miguel do Rio Torto	2	2	2	30	15	15	48	63%	63%
14010055	EB 1 nº 6 de Abrantes		2	1	1	15	15	15	48	31%	63%
14010735	EB 1 Dr. Raúl Figueiredo	S. João	2	1	1	18	18	18	48	38%	75%
14010879	EB 1 nº1 de Abrantes		5	5	5	105	21	21	120	88%	88%
14010077	EB 1 de S. Facundo	S. Facundo	2	2	2	17	9	9	48	35%	35%
14010062	EB 1 de Mouriscas	Mouriscas	4	3	3	50	17	17	96	52%	69%
14010318	EB 1 de Crucifixo	Tramagal	3	2	2	25	13	13	72	35%	52%
14010972	EB 1 nº1 de Tramagal		6	3	3	51	17	17	144	35%	71%
14010619	EB 1 nº2 de Tramagal		4	2	2	39	20	20	96	41%	81%
14010579	EB 1 de S. Miguel Rio Torto	S. Miguel do Rio Torto	2	2	2	32	16	16	48	67%	67%
14010298	EB 1 de Bicas		1	1	1	7	7	7	24	29%	29%
14010545	EB 1 de Casa Branca	Alvega	2	1	1	16	16	16	48	33%	67%
14010312	EB 1 nº1 de Alvega		2	2	2	31	16	16	48	65%	65%
14010569	EB 1 de Concavada	Concavada	3	2	2	35	18	18	72	49%	73%
14010777	EB 1 de Abrançalha de Baixo	S. Vicente	1	1	1	17	17	17	24	71%	71%
14010451	EB 1 nº2 de Abrantes		6	8	8	164	21	21	144	114%	85%
14012222	EB 1/JI António Torrado		8	8	8	172	22	22	192	90%	90%
14010540	EB 1 de Amoreira	Rio de Moinhos	1	1	1	13	13	13	24	54%	54%
14010581	EB 1 de Rio de Moinhos		2	2	2	28	14	14	48	58%	58%
14010400	EB 1 de Ribeira da Pucariça		1	1	1	8	8	8	24	33%	33%
14010939	EB 1/JI de Martinchel	Martinchel	2	1	1	17	17	17	48	35%	71%
14010716	EB 1 nº4 de Abrantes - Chainça	S. Vicente	6	8	8	152	19	19	144	106%	79%
14010354	EB 1 nº3 de Abrantes	Alferrarede	4	8	8	157	20	20	96	164%	82%
14010087	EB 1 de Alferrarede Velha		2	2	2	21	11	11	48	44%	44%
14010809	EB 1 Casais de Revelhos		1	1	1	5	5	5	24	21%	21%
14010264	EB 1 de Carvalhal	Carvalhal	3	2	2	26	13	13	72	36%	54%
14010308	EB 1 de Fontes	Fontes	2	1	1	7	7	7	48	15%	29%
14010964	EB 1 de Souto	Souto	1	1	1	8	8	8	24	33%	33%

Fonte: CMA

Segundo directrizes do Ministério da Educação, os alunos com necessidades educativas especiais devem ser inseridas nas turmas juntamente com os restantes alunos. Deste modo, pode acontecer que num determinado ano lectivo, a capacidade das escolas reduza comparativamente à dimensão para a qual foram programadas.

No Quadro I.15 apresentam-se ainda alguns indicadores que ajudam a caracterizar a realidade encontrada no concelho de Abrantes. A dimensão das escolas do 1.º ciclo apresenta grandes disparidades, encontrando-se 7 e 13 escolas com apenas uma e duas salas de aula, respectivamente. No concelho 74% das escolas possuem um número de salas de aula igual ou inferior a duas salas. O número de alunos por escola varia entre 5 e 172, merecendo especial destaque quatro estabelecimentos de ensino por apresentarem um número de alunos muito superior ao da maioria dos estabelecimentos existentes no concelho: EB1 nº2, nº3 e nº4 de Abrantes e EB1/JI António Torrado. Mesmo nestes estabelecimentos, nunca é atingindo um rácio superior a 22 alunos por turma, valor ligeiramente superior ao valor mínimo de dimensionamento considerado pelos “Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”¹⁶.

No âmbito da reorganização da rede, todas as escolas do 1.º ciclo com apenas uma sala de aula, ou menos de 11 alunos, ou ainda a funcionarem em horário de desdobramento, serão alvos de atenção especial no sentido de avaliar a sua necessidade e de as integrar em redes de maior dimensão, melhorando as suas condições de funcionamento pedagógico.

As diferenças entre o rácio de ocupação de salas e o de ocupação de turmas só serão visíveis nos casos em que, por um lado existam mais do que uma turma a funcionar em cada sala de aula e, por outro lado, haja nas escolas alunos com necessidades educativas especiais.

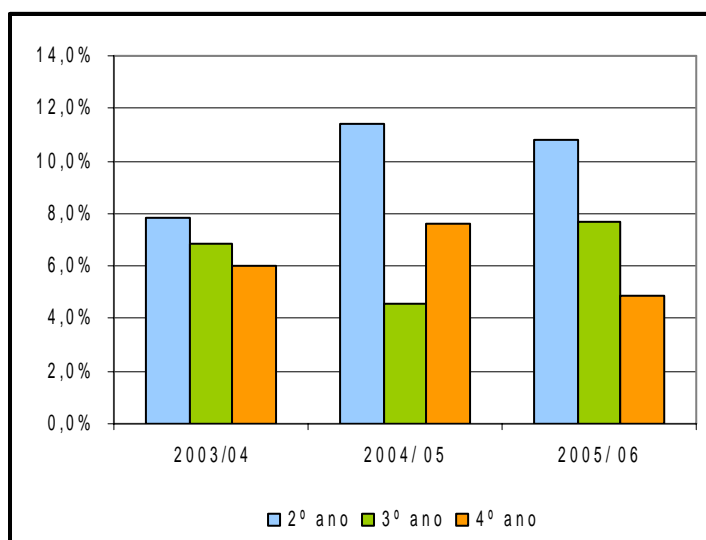
No caso do município do Abrantes, estes rácios diferem consideravelmente, por um lado devido à existência de alunos com necessidades educativas especiais em alguns estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo e, por outro lado, por haver escolas em que uma mesma sala é ocupada por mais do que uma turma, como é o caso das EB1 n.º 2, EB1 n.º 4, EB1 n.º 3 que têm respectivamente, 6, 6 e 4 salas de aula e estão a funcionar com 8 turmas (em regime de desdobramento).

¹⁶ Pressupondo que um professor de 1.º Ciclo apenas lecciona em uma escola, considera-se que o número mínimo de alunos que poderá ter a seu cargo é o valor mínimo de dimensionamento para escolas de 1.º ciclo, ou seja, 20 alunos.

A Figura I.17 mostra, para os últimos três anos lectivos, a evolução das taxas de repetência do 1.º Ciclo, na rede pública. Analisando os dados, torna-se evidente o desequilíbrio verificado quanto ao número de alunos que ficam retidos em cada ano, sendo claro, que nos últimos anos a maior retenção ocorre no 2.º ano.

Comparando, no Quadro I.16, os valores obtidos para o concelho de Abrantes com os concelhos de Vila Franca de Xira, Boticas, Montalegre, Entroncamento e Fundão (embora para anos lectivos diferenciados) constata-se que a taxa média de repetência aqui encontrada (7,5%) é muito inferior aos valores médios de repetência encontrados naqueles municípios, 12%, 11,6%, 12,8% sendo apenas superada pelo concelho do Entroncamento que apresenta uma taxa de repetência média de 5,5%.

FIGURA 1.17 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO NAS ESC. PÚB. DE 2003/04 A 2005/06



Fonte: CMA

Apesar da taxa média de repetência de 7,5% ficar muito aquém da média nacional, em termos de taxa de retenção para o ensino obrigatório (aproximadamente 12%), considerou-se que para efeitos de planeamento da rede se utilizariam as seguintes taxas de repetência no 1.º ciclo: 1.º ano – 0%, 2.º ano – 10%, 3.º ano – 6% e finalmente 4.º ano – 6%, correspondentes ao valor médio do concelho.

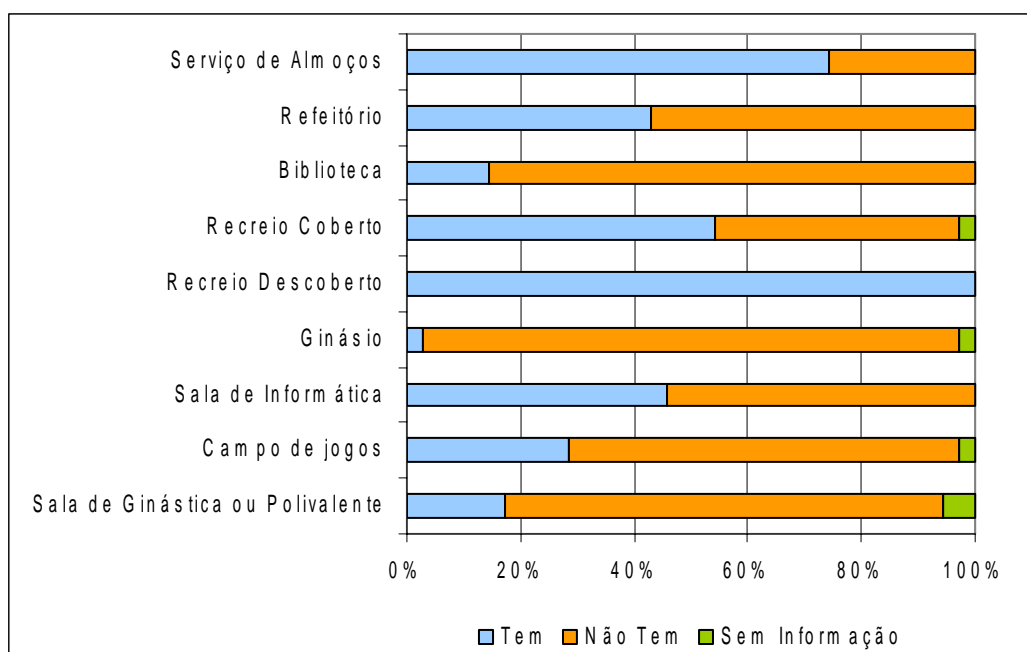
**QUADRO I.16 – TAXA DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 1.º CICLO DESDE 2003/04 ATÉ 2005/06.
COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA, BOTICAS, MONTALEGRE,
ENTRONCAMENTO E FUNDÃO**

Concelho de Abrantes					Concelho de V.F. De Xira	Concelho de Boticas	Concelho de Montalegre	Concelho do Entroncamento	Concelho de Fundão
1º ciclo	2003/04	2004/05	2005/06	Média	(97/98)	Média 00/01 a 02/03	Média 00/01 a 02/03	Média 97/98 a 05/06	Média 00/01 a 02/03
2º ano	7,9%	11,5%	10,8%	10,0%	14,0%	18,2%	17,1%	7,1%	17,6%
3º ano	6,9%	4,5%	7,7%	6,4%	8,0%	6,5%	8,8%	4,9%	9,9%
4º ano	6,0%	7,6%	4,9%	6,2%	14,0%	10,0%	12,6%	4,5%	10,9%
Média	7,5%				12,0%	11,6%	12,8%	5,5%	12,8%

Fonte: CMA

Finalmente, analisam-se as infra-estruturas disponíveis nas escolas que integram a rede pública do 1.º ciclo do Ensino Básico. Todos estes estabelecimentos foram construídos de raiz para o ensino e encontram-se, em geral, em razoável estado de conservação quer a nível do edifício (interior e exterior) quer a nível de instalação eléctrica, água, esgotos.

FIGURA I.18 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DA REDE PÚBLICA (2006/07)



Fonte: CMA

Com base na Figura I.18, construído a partir da informação presente no *Anexo I.D*, que caracteriza as infra-estruturas das escolas é possível concluir o seguinte:

- Existe uma escassez ou mesmo inexistência de estruturas de apoio, tais como sala de música, sala de audiovisuais e biblioteca ou centro de recursos. Relativamente à sala de informática, cerca de metade dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo verificam a sua existência, porém as restantes escolas estão apetrechadas com computadores nas salas de aula.
- As situações mais críticas nos estabelecimentos de ensino existentes no Concelho, prendem-se com os equipamentos desportivos, pois poucos são os estabelecimentos que apresentam condições para a prática desportiva com alguma qualidade.
- Apenas nove escolas não possuem serviço de almoços, a maior parte delas em zonas rurais com reduzido número de alunos. A EB1 nº3 de Alferrarede não possui serviço de almoços mas a maioria dos seus alunos almoça no JI Centro Social de Alferrarede, onde já frequentam o ATL.
- Das 34 escolas do Concelho, cerca de metade dos estabelecimentos não possuem refeitório. No entanto existem em todas as escolas salas vagas que foram adaptadas a refeitório.
- Todos os alunos usufruem de um recreio descoberto na sua escola do 1º ciclo e mais de metade pode também utilizar o recreio coberto.

No âmbito da reorganização da rede, há que analisar com cuidado todas as situações críticas encontradas nos estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, procurando melhorar a oferta, tirando partido do funcionamento em rede que permitirá partilhar algumas infra-estruturas.

I.5.2. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Não Pública

A rede não pública é constituída por dois estabelecimentos de ensino, o Colégio Nossa Senhora de Fátima na freguesia de São Vicente e o Jardim Escola João de Deus na freguesia do Tramagal. Este último, que oferece também a educação pré-escolar, apenas iniciou actividade no presente ano lectivo de 2006/07 com 24 alunos e não dispomos de informação ao nível da caracterização das suas infraestruturas.

O Colégio Nossa Senhora de Fátima, construído de raiz para o ensino (edifício autónomo), encontra-se em bom estado de conservação quer a nível do edifício (interior e exterior) quer a nível de instalação eléctrica, água, esgotos. Possui campo de Jogos, ginásio, sala polivalente, recreio coberto e descoberto, sala de informática, biblioteca, refeitório e cantina. O número de alunos que o frequentam tem alguma expressão (46), tendo em conta o reduzido número de alunos existente noutras escolas do 1º Ciclo. Não podemos deixar de evidenciar o facto deste estabelecimento apresentar um elevado número de crianças que frequenta o ATL. A sua caracterização detalhada encontra-se no *Anexo I.C e Anexo I.D.*

I.6. Ensino Básico 2.º e 3.º ciclos

Numa perspectiva de sequencialidade no ensino básico, surge o 2.º Ciclo (com 2 anos) e a fechar o actual período de ensino obrigatório o 3.º Ciclo (com 3 anos). Estes dois últimos níveis de ensino podem ser ministrados em estabelecimentos com a tipologia EBI, EB23 e ES/3. No concelho de Abrantes existem, todas da rede pública, duas EB23 (Dr. Fernando Loureiro e D. Miguel de Almeida), uma EB23/S (Octávio Duarte Ferreira) e duas ES/3 (Dr. Manuel Fernandes e Dr. Solano de Abreu), onde para além do ensino secundário é também ministrado o 3º Ciclo do Ensino Básico.

O *Anexo I.E* apresenta a lista de todos os estabelecimentos com oferta de 2º e 3º ciclos e respectivos endereços.

QUADRO I.17 – ESTABELECIMENTOS COM OFERTA DE 2º E 3º CICLOS NO CONCELHO DE ABRANTES. Nº DE ALUNOS, TURMAS, PROF., SALAS E TAXA DE OCUPAÇÃO EM 2006/07

Código	Estabelecimento	Freguesia	Nº alunos 2006/07				Nº Turmas 06/07				Nº Prof. 06/07				Total de salas	Nº de salas de aula	Nº alunos / Sala	Capacidade em Turmas	Taxa de Ocupação (Turmas)
			2º	3º	Sec./CEF	Total	2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total					
14010171	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Fernando Loureiro Alvega	Alvega	54	64		118	3	4	0	7	15	14	0	29	7	3	17	11	45%
14010539	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Manuel Fernandes	S. Vicente		424	428	852	0	19	17	36	0	78	27	105	69	50	12	42	85%
14010565	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo D. Miguel de Almeida	S. João	575	138		713	25	7	0	32	62	18	0	80	40	34	18	36	83%
14010588	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Solano de Abreu	S. Vicente		268	508	776	0	12	22	34	0	43	72	115	40	24	19	42	77%
14010606	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo com Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira	Tramagal	73	158	83	314	4	7	3	14	14	24	13	51	25	15	13	26	50%

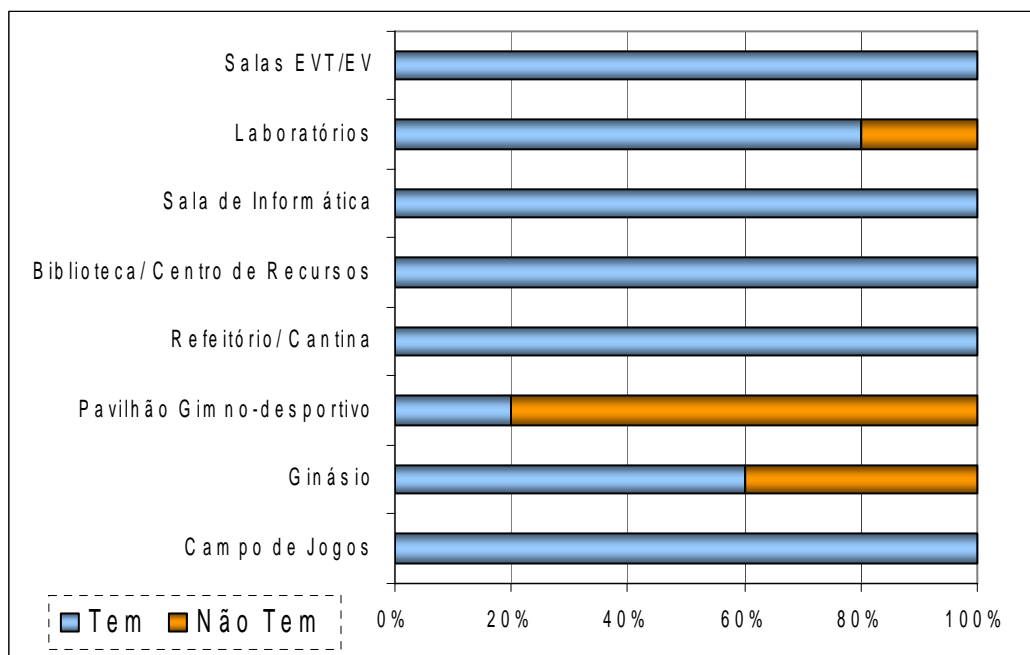
CEF: Cursos de Educação e Formação

Fonte: DAPP

O Quadro I.17 permite ter uma visão global dos estabelecimentos com oferta do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico no concelho, bem como o número de alunos matriculados por ciclo e por escola no presente ano lectivo de 2006/07. Estão ainda presentes os números de turmas e professores existentes no presente ano lectivo bem como o número de salas de que estabelecimento dispõe. Calcularam-se ainda as respectivas taxas de ocupação globais, recorrendo-se às capacidades iniciais das escolas para as quais elas foram dimensionadas e o número total de alunos matriculados, verificando-se que a maioria dos estabelecimentos se encontram subocupados, existindo até uma elevada folga na EB23 Dr. Fernando Loureiro Alvega e na EB23/S Octávio Duarte Ferreira.

Relativamente à sua dimensão, todas as escolas encontram-se a funcionar abaixo da capacidade máxima de turmas em funcionamento.

FIGURA I.19 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OFERTA DE 2º, 3º E SEC. EM 2006/07



Fonte: CMA

Embora todas as escolas tenham sido construídas de raiz para o ensino, de uma forma geral, o seu nível de equipamento é deficitário e o seu estado de conservação apresenta-se no geral um pouco degradado.

Todas as escolas exigem intervenções:

- ◆ No domínio do apetrechamento dos laboratórios (a escola 0171 não possui nenhum laboratório);
- ◆ No domínio das infra-estruturas para a prática de ginástica e desporto – todas as escolas possuem campo de jogos (Figura I.19). As escolas EB23 Dr. Fernando Loureiro e a EB23/S Otávio Duarte Ferreira não possuem ginásio nem sala para a prática de ginástica, contudo esta última escola serve-se do gimno-desportivo Municipal, situado ao lado da escola.
- ◆ Todas as escolas possuem refeitório, porém dado o elevado número de alunos que as utilizam, torna-se de resposta insuficiente.

- ♦ Todos os estabelecimentos possuem centro de recursos e sala de informática.
- ♦ A ES/3 Dr. Manuel Fernandes encontra-se bastante degradada mas está actualmente a sofrer obras de requalificação.

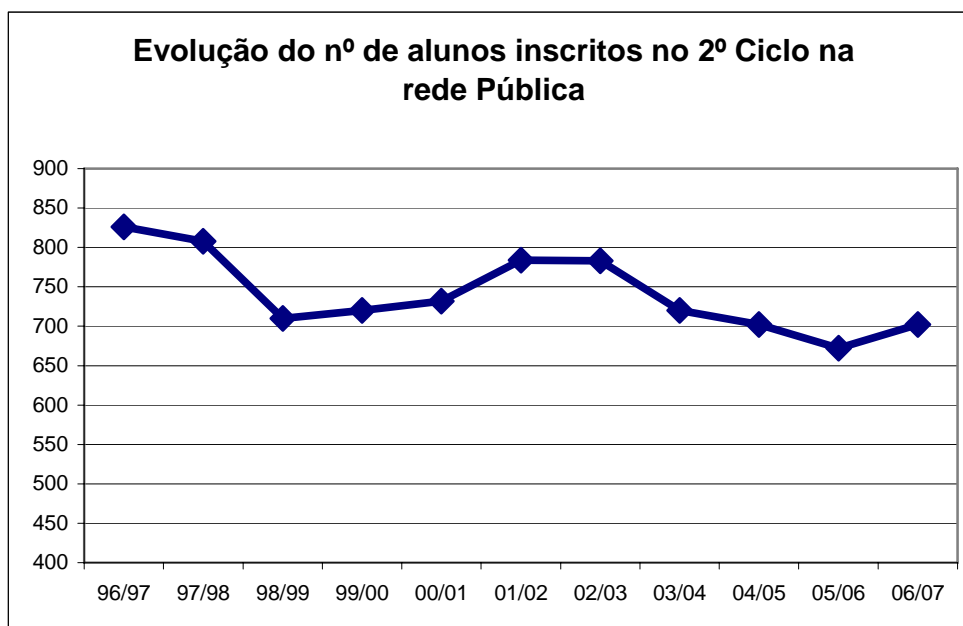
As infra-estruturas dos estabelecimentos de ensino com oferta de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico estão caracterizadas com maior detalhe no *Anexo I.F.*

1.6.1. Ensino Básico 2.º Ciclo – Rede Pública

No concelho de Abrantes, o 2.º ciclo do Ensino Básico é ministrado em três escolas da rede pública, as quais se localizam nas freguesias de Alvega, São João e Tramagal.

Quadro I.18 e FIGURA I.20 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º CICLO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1996/97 E 2006/07

2º Ciclo	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
	826	808	710	720	732	784	783	720	702	672	702



Fonte: DAPP/ CMA

O Quadro I.18 e a Figura I.20, representam a evolução do número de alunos matriculados no 2.º ciclo no concelho de Abrantes. Nos últimos anos, tem-se registado uma descida da população escolar, com excepção apenas da ligeira recuperação verificada no ano lectivo 2001/02.

O Quadro I.19 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 2.º Ciclo do Ensino Básico deste Concelho, podendo constatar-se que, no ano lectivo de 2006/07, a frequência dos

alunos neste nível de ensino é de 702 alunos, distribuídos por 32 turmas, obtendo-se um rácio médio de 22 alunos por turma. É de referir que, este rácio se encontra abaixo do limite máximo dos valores recomendados pelo Ministério da Educação¹⁷ (28) e que os valores obtidos não entram em linha de conta com a existência de alunos com necessidades educativas especiais.

QUADRO I.19 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA, ALUNOS/TURMA E PROFESSORES DAS ESCOLAS COM OFERTA DE 2º, 3º CICLOS E SECUNDÁRIO

Código	Estabelecimento	Nº alunos 2006/07				Nº Turmas 06/07				Nº Prof. 06/07				Nº de alunos/ Turma 2º Ciclo	Taxa de Ocupação 2º Ciclo (Turmas)
		2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total		
14010171	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Fernando Loureiro Alvega	54	64		118	3	4	0	7	15	14	0	29	18	75%
14010565	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo D. Miguel de Almeida	575	138		713	25	7	0	32	62	18	0	80	23	96%
14010606	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo com Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira	73	158	50	281	4	7	3	14	14	24	13	51	18	76%

Fonte: CMA/ DAPP

Neste nível de ensino não faz sentido calcular o rácio alunos por professor, uma vez que uma turma tem mais do que um professor e estes muitas vezes ministram mais do que uma disciplina. Relativamente às taxas de ocupação em turmas, considerando um número médio de 25 alunos por turma e tendo em conta que uma turma poderá atingir um número máximo de 28 alunos (Desp. Conj. 548-A/2001, de 20 Jun.), estas não apresentam valores preocupantes, atingindo o valor mais elevado de 96% na EB23 D. Miguel de Almeida.

Dois factores de relevância que importa analisar neste documento, e que continuam a marcar a trajectória de alguns jovens nesta fase escolar, é o abandono (saída da escola antes dos 16 anos de idade sem o 9.º ano de escolaridade obrigatória completo) e o insucesso. Partindo desta base, calculou-se a taxa de abandono (que se verificou não ter qualquer expressão no concelho) e a taxa de retenção para o 2.º ciclo.

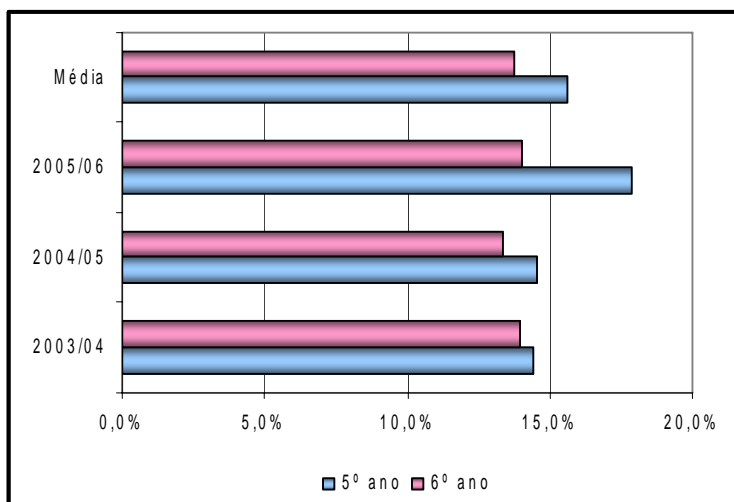
Da análise do Quadro I.20 e Figura I.21, constata-se que a taxa média de retenção e abandono encontrada, nos três anos, é de 14,7%. Quando comparada com as taxas apresentadas noutros concelhos: Boticas, Montalegre, Entroncamento e Fundão, verifica-se que é ligeiramente

¹⁷ Ponto 5.2 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho: "As turmas nos ensinos básico e secundário são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar esse limite no 1.º ciclo do ensino básico e 28 alunos nos restantes níveis e ciclos de ensino." Adoptou-se, portanto 25 alunos por turma.

elevada, sendo apenas ultrapassada pelo concelho de Boticas. Decidiu-se assim adoptar para efeitos de planeamento da rede do 2.º ciclo os valores de taxa de repetência de 16% e 14% para os 5º e 6º anos, respectivamente.

QUADRO I.20 E FIGURA I.21 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DESDE 2003 A 2005. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DE BOTICAS, MONTALEGRE, ENTRONCAMENTO E FUNDÃO

2º Ciclo	Concelho de Abrantes				Concelho de Boticas	Concelho de Montalegre	Concelho do Entroncamento	Concelho de Fundão
	Tx Retenção + Tx Abandono				Tx Retenção + Tx de Abandono			
	2003/04	2004/05	2005/06	Média	Média 00/01 a 02/03	Média 00/01 a 02/03	Média 97/98 a 05/06	Média 00/01 a 02/03
5º ano	14,4%	14,6%	17,9%	15,6%	14,9%	10,5%	9,1%	10,8%
6º ano	13,9%	13,3%	14,0%	13,8%	18,4%	15,5%	8,1%	11,1%
Média	14,2%	13,9%	16,0%	14,7%	16,7%	13,0%	8,6%	11,0%



Fonte: CMA

Entre as três variáveis a ter em consideração no percurso escolar – transição, retenção e abandono – o abandono escolar deixou, ao longo da última década, de ter um papel relevante. Porém, o binómio transição - retenção passou a marcar decisivamente a frequência escolar das várias fases do Ensino Básico.

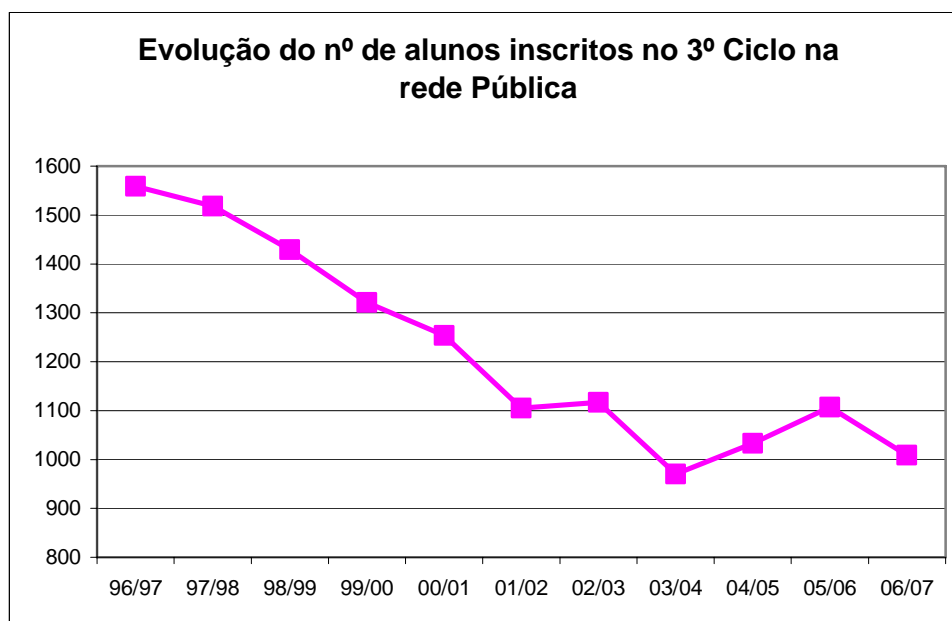
1.6.2. Ensino Básico 3.º Ciclo – Rede Pública

O 3.º ciclo do Ensino Básico é ministrado em cinco escolas da rede pública, duas EB23 (Dr. Fernando Loureiro e D. Miguel de Almeida), uma EB23/S (Octávio Duarte Ferreira) e duas ES/3 (Dr. Manuel Fernandes e Dr. Solano de Abreu), onde para além do ensino secundário é também ministrado o 3º Ciclo do Ensino Básico.

Apresenta-se no Quadro I.21 e Figura I.22 a evolução do número de alunos do 3.º ciclo do Ensino Básico, desde 1996/97 até 2006/07, verificando-se um decréscimo de cerca de 35% do número de alunos matriculados.

QUADRO I.21 E FIGURA I.22 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 3.º CICLO NOS ANOS LECTIVOS DE 1996/97 A 2006/07

3º ciclo	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
	1559	1518	1429	1321	1254	1105	1117	970	1033	1107	1009



Fonte: DAPP/ CMA

O Quadro I.22 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 3.º Ciclo do Ensino Básico deste Concelho, podendo constatar-se que, no ano lectivo de 2006/07, a frequência dos alunos neste nível de ensino é de 1009 alunos, distribuídos por 49 turmas, o que nos dá um rácio médio de 21 alunos por turma. É de referir que, este rácio não entra em linha de conta com as turmas reduzidas a 20 alunos, como consequência da existência de alunos com necessidades

educativas especiais¹⁸. As taxas de ocupação, considerando como dimensão máxima 25 alunos por turma, demonstram mais uma vez que as escolas estão a funcionar abaixo da sua capacidade, atingindo a EB23/S Octávio Duarte Ferreira o valor mais elevado (90%).

QUADRO I.22 – NÚMERO DE ALUNOS, TURMAS, PROF., ALUNOS/TURMA E TAXA DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS COM 3.º CICLO (ANO LECTIVO DE 2006/07)

Código	Estabelecimento	Nº alunos 2006/07				Nº Turmas 06/07				Nº Prof. 06/07				Nº alunos / Turma 3º Ciclo	Taxa de Ocupação 3º Ciclo (Turmas)
		2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total		
14010171	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo Dr. Fernando Loureiro Alvega	54	64		118	3	4	0	7	15	14	0	29	16	64%
14010539	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Manuel Fernandes		424	400	824	0	19	17	36	0	78	27	105	22	89%
14010565	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo D. Miguel de Almeida	575	138		713	25	7	0	32	62	18	0	80	20	79%
14010588	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Solano de Abreu		268	508	776	0	12	22	34	0	43	72	115	22	89%
14010606	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo com Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira	73	158	50	281	4	7	3	14	14	24	13	51	23	90%

Fonte: CMA

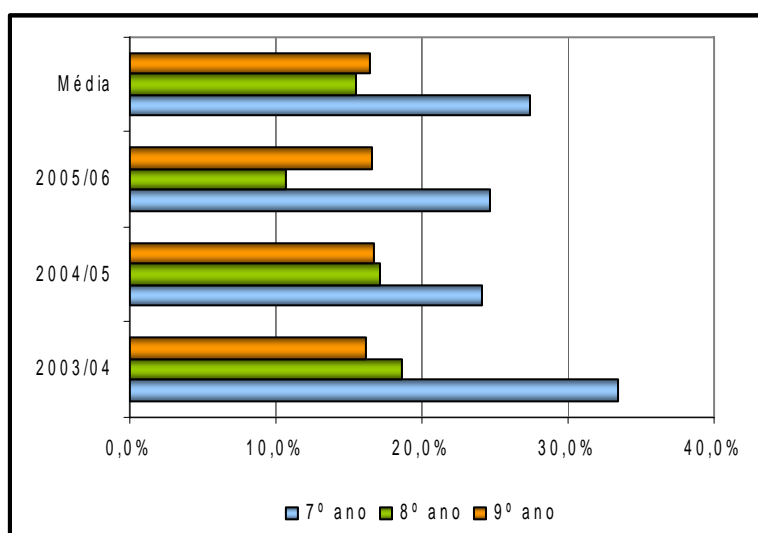
Mais uma vez o cálculo do rácio aluno/professor, neste nível de ensino, não tem qualquer expressão uma vez que, cada turma tem mais do que um professor e estes muitas vezes ministram mais do que uma disciplina.

Em relação à taxa de retenção e abandono, após análise dos últimos três anos, e da qual resulta o Quadro I.23 e a Figura I.23, conclui-se que a taxa média de retenção e abandono verificada para o 3.º ciclo do Ensino Básico é bastante elevada (cerca de 30%) quando comparada com os concelhos de Vila Franca de Xira, Entroncamento e Fundão. Adoptou-se para efeitos de planeamento da rede do 3.º ciclo os valores de taxa de retenção de 27%, 16% e 17% para o 7º, 8º e 9º anos, respectivamente.

¹⁸ Ponto 5.3 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho, que refere que as turmas com alunos de educação especial serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos de educação especial.

QUADRO I.23 E FIGURA I.23 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO, DESDE 2003 A 2005. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO VFXIRA, BOTICAS, MONTALEGRE, ENTRONCAMENTO E FUNDÃO

3º Ciclo	Concelho de Abrantes				Concelho de V.F. De Xira	Concelho de Boticas	Concelho de Montalegre	Concelho do Entroncamento	Concelho de Fundão
	Tx Retenção + Tx abandono				Tx Retenção + Tx abandono				
	2003/04	2004/05	2005/06	Média	(97/98)	Média 00/01 a 02/03	Média 00/01 a 02/03	Média 97/98 a 05/06	Média 00/01 a 02/03
7º ano	33,4%	24,1%	24,7%	27,4%	16,0%	35,0%	34,6%	11,7%	17,7%
8º ano	18,6%	17,1%	10,7%	15,5%	13,0%	30,8%	29,5%	8,1%	19,2%
9º ano	16,2%	16,7%	16,5%	16,5%	10,0%	29,5%	27,6%	8,2%	18,8%
Média	34,1%	29,0%	26,0%	29,7%	13,0%	31,8%	30,6%	9,3%	18,6%



Fonte: DAPP / CMA

1.7 – Ensino Secundário

O Ensino Secundário deve ser organizado de forma a oferecer a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais.

Este nível de ensino “consolida a diversificação e especialização dos percursos educativos e formativos, oferecendo alternativas de educação e formação, cujo teor dominante pode ser de formação geral, vocacional, artística ou profissional”.¹⁹ É constituído por um Ciclo de estudos com características próprias, integrando percursos orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior e outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho. Relativamente a estes últimos, o ensino Secundário prepara técnicos intermédios, habilitados com uma qualificação profissional de nível 3, que poderão exercer a sua actividade profissional de forma autónoma e com responsabilidades de enquadramento e coordenação.

Em 2004 procedeu-se à Revisão Curricular do Ensino Secundário, que foi aplicada aos alunos que iniciaram o 10º Ano em 2004-2005, o 11º Ano em 2005-2006 e iniciarão o 12º Ano em 2006-2007. Para os restantes alunos manteve-se o Currículo Antigo. Atendendo à situação de que actualmente coexistem os dois currículos (o antigo e o novo), nas próximas linhas segue-se uma breve descrição dos mesmos.

No Antigo Currículo os cursos desenvolviam-se em duas vertentes:

- Cursos predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE) ou Cursos Gerais, os quais proporcionam uma formação de base no respectivo domínio de conhecimento e visam, prioritariamente, o acesso ao ensino superior. Estes cursos têm a duração de 3 anos lectivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.
- Os Cursos Tecnológicos predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) ou Cursos Tecnológicos, dada a sua natureza técnica e tecnológica, proporcionam a aprendizagem de competências profissionalmente qualificantes e visam,

¹⁹ Sistema educativo português Descrição sumária referente ao ano lectivo de 2004/2005. Ministério da Educação. GIASE.

prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, permitindo também o prosseguimento de estudos no ensino superior.

Actualmente, o Ensino Secundário oferece, em substituição destes dois tipos de cursos:

- *Cursos Científico-Humanísticos*, como preparação para o prosseguimento de estudos de nível superior, organizados por 5 áreas de estudo: - Ciências e Tecnologias, Ciências Socio-económicas, Ciências Sociais e Humanas, Línguas e Literaturas e Artes Visuais.
- *Cursos Tecnológicos*, com o objectivo de qualificar para a inserção no mercado do trabalho, permitindo o prosseguimento de estudos em níveis superiores. Conferem certificação profissional de nível 3 e certificação académica do ensino Secundário. Existem dez cursos tecnológicos: - Construção Civil e Edificações, Electrotecnia e Electrónica, Informática, Design de Equipamentos, Multimédia, Administração, Marketing, Ordenamento do Território e Ambiente, Acção Social e Desporto.

Para além destas ofertas ainda existem as opções: *Cursos Artísticos Especializados*, com o objectivo de proporcionar formação de elevada qualidade nas áreas da música, dança e artes visuais; e os *Cursos Profissionais*, com o objectivo de qualificar os alunos para o ingresso no mercado de trabalho, sobre o qual se fará referência mais à frente neste documento.

As exigências pedagógicas em termos de instalações, material didáctico e recursos humanos, aconselham a criação destas escolas em centros que, pela sua acessibilidade e áreas de irradiação, permitam uma abrangência maior da população a escolarizar e a fixação de um corpo docente especializado.

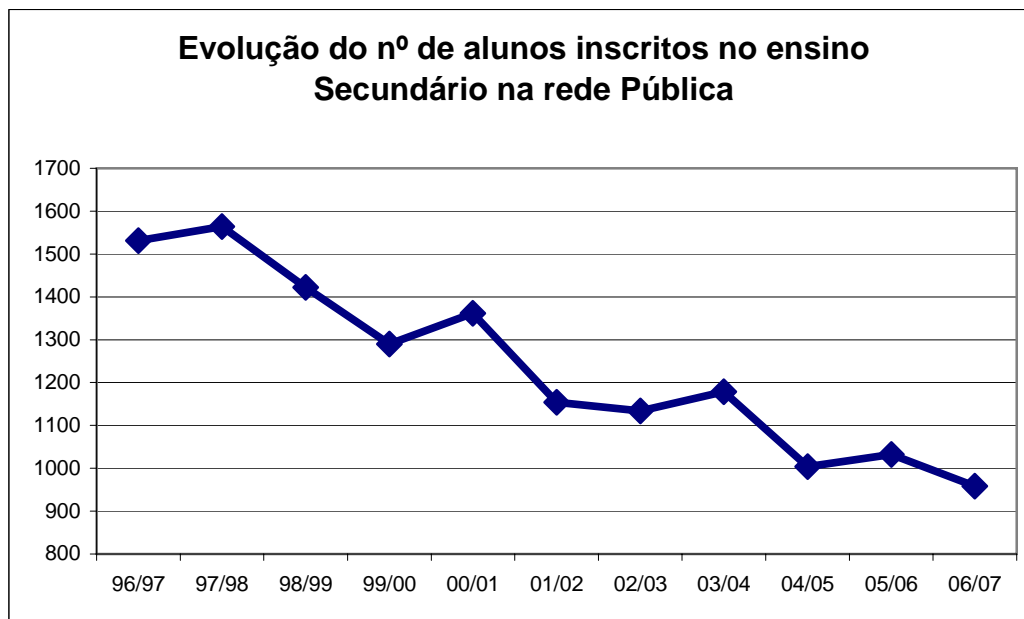
No concelho de Abrantes o ensino secundário é ministrado em três escolas da rede pública, a Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Manuel Fernandes, a Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico Dr. Solano de Abreu e a Escola Básica dos 2º e 3º ciclos com Ensino Secundário Otávio Duarte Ferreira, situadas as duas escolas ES/3 na freguesia de São Vicente e a EB23/S na freguesia do Tramagal. O Anexo I.E apresenta a lista dos estabelecimentos, ciclos de ensino ministrados, freguesia e endereço.

Todas elas estão instaladas em edifícios construídos de raiz para o ensino e considerados em estado de conservação deficiente, à excepção da ES/3 Dr. Manuel Fernandes que se encontra bastante degradada mas que está actualmente a sofrer obras de requalificação. A caracterização dos recursos educativos dos estabelecimentos com oferta de ensino secundário pode ser lida no ponto anterior deste relatório.

Nos últimos anos tem-se verificado um acentuado decréscimo do número de alunos matriculados no ensino secundário no concelho (-37%), tal como ilustra o Quadro I.24 e a Figura I.24.

QUADRO I.24 E FIGURA I.24 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1996/97 E 2006/07

Secundário	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05	05/06	06/07
	1531	1564	1422	1290	1362	1154	1134	1179	1004	1032	958



Fonte: DAPP/ CMA

No Quadro I.25, apresenta-se a taxa de ocupação da Escola do Ensino Secundário, com base na população escolar do ano lectivo de 2006/07 e não considerando a possível existência de alunos com necessidades educativas especiais.

QUADRO I.25 – TAXA DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS COM OFERTA DE SECUNDÁRIO NO ANO LECTIVO DE 2006/07

Código	Estabelecimento	Nº alunos 2006/07				Nº Turmas 06/07				Nº Prof. 06/07				Nº alunos / Turma Sec.	Taxa de Ocupação Sec. (Turmas)
		2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total	2º	3º	Sec.	Total		
14010539	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Manuel Fernandes		424	400	824	0	19	17	36	0	78	27	105	24	94%
14010588	Escola Secundária com 3º Ciclo Dr. Solano de Abreu		268	508	776	0	12	22	34	0	43	72	115	23	92%
14010606	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo com Ensino Secundário Octávio Duarte Ferreira	73	158	50	281	4	7	3	14	14	24	13	51	17	67%

Fonte: CMA

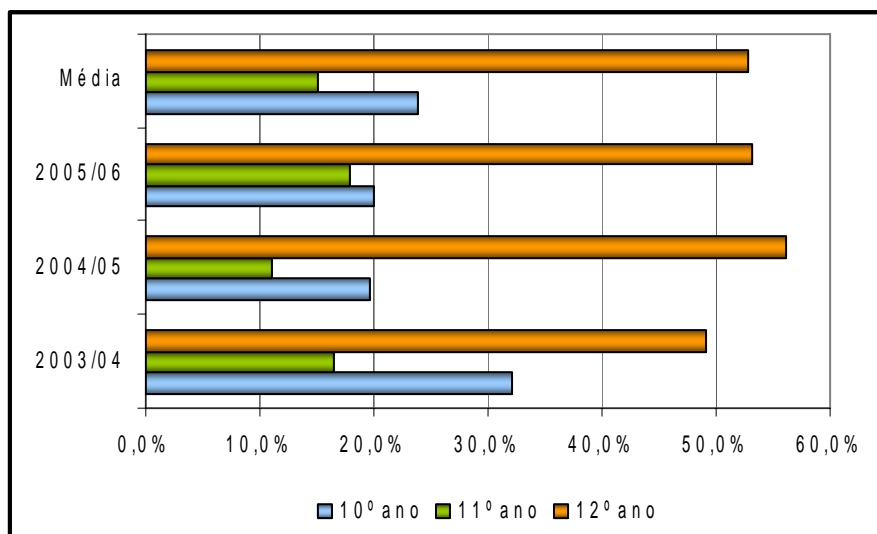
As três escolas com oferta de secundário encontram-se a funcionar abaixo da sua capacidade nominal. Tendo em conta que existem no total 958 alunos do secundário distribuídos por 42 turmas, é possível chegar a um rácio de 23 alunos por turma. Logo, daqui se depreende que sendo as turmas constituídas por um número aconselhável²⁰ de 25 alunos ou pelo número máximo de 28 alunos, estas estão subaproveitadas, tal como ilustra o Quadro I.37, através das taxas de ocupação das escolas.

Em relação à taxa de repetência, após análise dos anos lectivos de 2003 até 2005, Quadro I.26 e Figura I.25, decidiu adoptar-se para efeitos de planeamento da rede do ensino secundário, os valores de 24%, 15% e 53% respectivamente para o 10.º, 11.º e 12.º ano.

QUADRO I.26 E FIGURA I.25 – TAXAS DE RETENÇÃO E ABANDONO DO SECUNDÁRIO, DESDE 2003 A 2005. COMPARAÇÃO COM OS CONCELHOS DE VFXIRA, BOTICAS, MONTALEGRE, ENTRONCAMENTO E FUNDÃO

Secundário	Concelho de Abrantes				Concelho de V.F. De Xira	Concelho de Boticas	Concelho de Montalegre	Concelho do Entroncamento	Concelho de Fundão
	Tx Retenção + Tx abandono				Tx Retenção + Tx abandono				
	2003/04	2004/05	2005/06	Média	(97/98)	Média 00/01 a 02/03	Média 00/01 a 02/03	Média 97/98 a 05/06	Média 00/01 a 02/03
10º ano	32,1%	19,7%	19,9%	23,9%	30,0%	13,5%	37,0%	16,2%	18,0%
11º ano	16,5%	11,1%	18,0%	15,2%	10,0%	13,3%	15,0%	7,3%	10,3%
12º ano	49,2%	56,1%	53,1%	52,8%	33,0%	26,7%	59,0%	33,5%	26,3%
Média	48,9%	43,4%	45,5%	45,9%	24,3%	17,8%	37,0%	19,0%	18,2%

²⁰ Despacho Conjunto n.º 548-A/2001, de 20 Jun – as turmas são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar o limite máximo de 28. Adoptou-se, portanto, o valor 25 alunos por turma.



Fonte: DAPP / CMA

Tendo em conta a proximidade entre Concelho e o concelho do Entroncamento, importa mencionar a diferença percentual encontrada a nível da taxa de retenção (superior em 27 pontos percentuais).

Uma das razões possíveis para a elevada taxa de retenção encontrada para o 10.º ano é que os alunos tendem a inscrever-se no 10.º ano para prosseguirem os seus estudos porém dada a dificuldade que sentem acabam por desistir (o que implica uma taxa de retenção muito elevada), uns seguindo para o mercado de trabalho e outros a via de ensino profissional.

Em relação ao 12.º ano, voltamos a depararmo-nos com elevadas taxas de retenção, pois em média mais de metade dos alunos reprovam nos exames nacionais e têm de voltar a inscrever-se neste ano de escolaridade, ou nem têm hipótese de ir a exame, ficando logo retidos por não terem tido aprovação em 3 ou mais cadeiras. Em 2003, apenas cerca de 22% da população portuguesa concluiu o ensino secundário²¹.

O Ensino Secundário no concelho de Abrantes, está vocacionado para *Cursos Científico-Humanísticos* com 812 alunos inscritos no ano lectivo de 2006/07. Os Cursos Tecnológicos representam apenas 11% dos alunos matriculados neste nível de ensino. Neste município os cursos ministrados no presente ano lectivo apenas contam com 98 alunos, distribuídos pelos

²¹ Dados fornecidos pelo CAE de Santarém, em Abril de 2003.

Cursos de Informática, Electrotecnia e Electrónica e Multimédia. Em algumas escolas do concelho são ainda oferecidos Cursos de Educação e Formação que serão tratados no capítulo seguinte.

Ao analisar o Quadro I.27, podemos facilmente detectar, que percentualmente a procura para os Cursos predominantemente orientados para o prosseguimento dos estudos aumentou relativamente aos cursos tecnológicos.

Quadro I.27 – Nº de Alunos do Ensino Secundário Matriculados nos Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos em 2005/06 e 2006/07

Agrupamento / Cursos		2005/06				2006/07			
		Nº de alunos			Total de alunos	Nº de Alunos			Total de alunos
		10º	11º	12º		10º	11º	12º	
Cursos Gerais (Antigo currículo)	Científico Natural			226	226				
	Artes visuais			21	21				
	Económico Social			22	22				
	Humanidades			30	30				
Cursos Científico-Humanísticos (novo currículo)	Ciências e Tecnologias	182	137		319	171	114	163	448
	Ciências Sociais e Humanas	68	70		138	87	73	57	217
	Ciências Socio-económicas	20	35		55	20	22	37	79
	Artes visuais	22	25		47	25	20	23	68
	Total dos Cursos Gerais	292	267	299	858	303	229	280	812
Tecnológicos (Antigo currículo)	Electrotecnia e Electrónica			17	17				
	Informática			21	21				
	Administração			11	11				
	Mecânica			4	4				
	Comunicação/animação			30	30				
Tecnológicos (novo currículo)	Tecnológico de informática	10	4		14	25	19	8	52
	Tecnológico de Electrotecnia e Electrónica	29	19		48	0	7	8	15
	Tecnológico de Multimédia	0	0		0	25	0	6	31
	Total dos Cursos Tecnológicos	39	23	83	145	50	26	22	98
Turmas Residuais			29		29			48	48
Total do Secundário do Concelho de Abrantes		331	319	382	1032	353	255	350	958

Fonte: CMA

1.8 – Ensino Profissional

O Ensino Profissional é uma das soluções que se afiguram aos alunos como possível escolha após o término do ensino obrigatório. O facto deste ensino proporcionar uma aprendizagem visando uma melhor inserção na vida profissional, é hoje em dia, uma das opções com expressão em termos de prosseguimento de estudos. Entre outros cursos do ensino profissional, os que mais se destacam são os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação (CEF).

Os Cursos Profissionais têm a duração de 3 anos e proporcionam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de uma profissão, o que possibilita o ingresso no mercado de trabalho, a par de uma habilitação académica que permite a candidatura ao ensino superior. Estes cursos destinam-se, principalmente, a jovens que, tendo concluído o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, pretendam obter uma qualificação profissional que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho.

Os CEF constituem uma alternativa ao ensino regular para a frequência da escolaridade de 6, 9 ou 12 anos, oferecendo simultaneamente, a qualificação escolar e profissional. Foram criados com o objectivo de promover o sucesso escolar e prevenir diferentes tipos de abandono escolar. Para atingir este duplo objectivo seguem orientações metodológicas específicas, integrando 4 componentes de formação: - Sócio cultural, Científica, Tecnológica e Prática. O público alvo são jovens com 15 ou mais anos em risco de abandono escolar, ou que abandonaram antes da conclusão do 12º ano de escolaridade, ou tendo-o concluído sem qualificação profissional, pretendam adquiri-la para ingresso no mundo do trabalho. Podem funcionar em escolas públicas, particulares e cooperativas, escolas profissionais e nos centros de gestão directa ou participada do IEFP.

As escolas do concelho de Abrantes que no presente ano lectivo (2006/2007) fornecem cursos do CEF (ver Quadro I.28) são:

- Escola Secundaria Dr. Manuel Fernandes: Operador de Informática (tipo 2) – 2 turmas: 28 alunos. *Nota:* Esta escola tem ainda o curso de Operador de Estação de Tratamentos de Água e

o curso de Operador de Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos, para os quais não houve inscrições suficientes.

- Escola E.B.2,3 Octávio Duarte Ferreira: Serralharia Mecânica (tipo 2) – 1 turma: 15 alunos; Apoio Familiar e à Comunidade (tipo 4) – 1 turma: 18 alunos. *Nota*: Esta escola tem ainda o curso de Mecânica Auto (tipo 4) e Apoio Familiar e à Comunidade (tipo 3), para os quais não houve inscrições suficientes.

Quadro I.28 – Nº de Alunos Matriculados nos CEF em 2006/07

	Curso	Nº alunos inscritos
E.S. Dr. Manuel Fernandes	CEF2 - Operador de informáticaa	28
	CEF2 - Operador de estação de tratamentos de água	-
	CEF2 - Operador de estação de tratamentos de resíduos sólidos	-
E.B. 2,3 Octávio Duarte Ferreira	CEF2 - Serralharia Mecânica	15
	CEF3 - Apoio familiar e à comunidade	-
	CEF4 - Mecanica auto	-
	CEF4 - Apoio familiar e à comunidade	18
E.P.D.R.A.	CEF2 - Operador Agrícola	15
Total dos Cursos de Educação e Formação		76

Fonte: CMA

O concelho de Abrantes encontra-se também apetrechado com um estabelecimento de ensino profissional, pertencente à rede pública: E.P.D.R.A – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes.

A E.P.D.R.A é uma escola de formação cujo objectivo é promover a formação profissional dos recursos humanos do sector agrícola e está inserido na povoação das Mouriscas que se caracteriza pelo seu povoamento disperso. As aulas teóricas funcionam nas antigas instalações do Colégio Infante de Sagres que revelam algum desgaste e necessitam de intervenção. No entanto, esta escola profissional possui uma enorme herdade agrícola, a Herdade da Murteira, com instalações muito boas e excelentes condições.

A escola profissional conta presentemente com 122 alunos distribuídos por cinco cursos, como consta no Quadro I.29: Técnico de Gestão Equina, Técnico de Produção Agrária, Técnico de

Turismo Ambiental e Rural, Técnico de Recursos Florestais e Ambientais e Animador Sócio-cultural. A maioria destes alunos é oriundos de outros concelhos.

Quadro I. 29 – N.º de alunos e respectivos cursos existentes na escola profissional em 2006/07

Curso	Ano	N.º alunos	Total alunos
Técnico de Gestão Equina	1º	14	47
	2º	19	
	3º	14	
Técnico de Produção Agrária	1º	13	19
	2º	-	
	3º	6	
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	1º	-	27
	2º	14	
	3º	13	
Técnico de Recursos Florestais e Ambientais	1º	6	6
	2º	-	
	3º	-	
Animador Sócio Cultural	1º	23	23
	2º	-	
	3º	-	
TOTAL	-	-	122

Fonte: CMA

Estes Cursos dão equivalência escolar (12.º ano de escolaridade) e o grupo alvo são os jovens que terminam a escolaridade obrigatória. Estão inseridos no Sistema de Aprendizagem, que tem o objectivo de garantir a integração dos jovens no mercado de trabalho através da formação profissional sem esquecer a formação escolar. Neste sentido, a formação ministrada inclui formação socio-cultural e tecnológica, mas também formação em posto de trabalho. Os Cursos ministrados são também destinados a quem quiser iniciar a actividade num determinado sector ou para quem já sendo profissional do sector queira progredir na carreira.

I.9. Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar

O Ensino Recorrente define-se como um subsistema que se destina a um público específico e pretende garantir a todos os cidadãos o acesso à Educação, direito previsto e consignado na Constituição da República Portuguesa.

O sistema educativo oferece dois tipos de respostas institucionais de formação para adultos: o Ensino Recorrente (ER) e a Educação Extra-Escolar (EEE) conforme previsto no artigo 20º e 23.º, respectivamente, na Lei Bases do Sistema Educativo.

O Ensino Recorrente e a Educação Extra-Escolar podem funcionar em Instalações Escolares, Associações Locais, Juntas de Freguesia e, apesar das suas acções serem coordenadas pelo Ministério da Educação, articulam-se em parcerias com outros organismos da Administração Central que tutelam outras áreas (Instituto de Emprego e Formação Profissional, Saúde, Segurança Social, Solidariedade, Justiça e Indústria), Autarquias Locais e empresas. Todas as acções de Educação de Adultos referentes ao Ministério da Educação, são implementadas e acompanhadas localmente pelos respectivos agrupamentos.

O Ensino Recorrente considerado “uma modalidade especial de educação especial”, destina-se aos indivíduos que ultrapassem a idade normal de frequência dos ensinos básicos e secundário sem o(s) haverem frequentado, ou que o fizeram sem sucesso (ao nível do ensino básico a partir dos 15 anos e ao nível do secundário a partir dos 18 anos). Os cursos de ensino recorrente ao nível do ensino básico, organizam-se em três ciclos que visam:

- A eliminação/redução do analfabetismo (1.º Ciclo);
- Proporcionar a obtenção da escolaridade obrigatória e a preparação para o prosseguimento de estudos para além do ensino básico (3.º Ciclo);
- Desenvolvimento de competências profissionais, para além de proporcionar formação sócio - cultural para uma melhor inserção social (2.º e 3.º ciclos).

O Ensino Secundário Recorrente caracteriza-se pela flexibilidade e adaptabilidade aos ritmos de aprendizagem, à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências dos alunos, traduzindo-se num sistema de unidades capitalizáveis (UC). Assim, a duração dos cursos depende do

itinerário individual dos alunos. Enquadram-se nesta modalidade de ensino o Curso Geral e os Cursos Técnicos, assim como o Curso Geral e os Cursos Tecnológicos do ensino artístico especializado (vertente Artes Visuais). Estes cursos conferem o diploma de conclusão do ensino secundário, possibilitando a candidatura ao ensino superior. Os Cursos Técnicos e Tecnológicos conferem, cumulativamente, um diploma de qualificação profissional de nível 3.

Os Cursos do Ensino Secundário Recorrente proporcionam uma segunda oportunidade de formação para os que não usufruíram dela na idade própria, ou que abandonaram a escola precocemente. Destinam-se a indivíduos com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente e com idade igual ou superior a 18 anos.

Por outro lado, a Educação Extra-Escolar *“abrange o conjunto de actividades, formais ou não formais que se processam fora do sistema de ensino, distinguindo-se do Ensino Recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um diploma escolar”*.

Os seus principais objectivos são:

- O combate ao analfabetismo literal e funcional;
- A promoção do desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências, em substituição ou em complemento da educação escolar;
- A promoção da ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

As acções da Educação Extra-Escolar em Abrantes destinam-se, prioritariamente a adultos com baixos níveis de escolaridade.

I.9.1. Ensino Recorrente

No concelho de Abrantes, tal como ilustra o Quadro I.30, tem-se verificado nos últimos dois anos um ligeiro decréscimo de alunos matriculados no 3.º ciclo e Secundário no ensino recorrente público, já não existindo actualmente ensino recorrente para os outros níveis de ensino.

Quadro I.30 – Estabelecimentos onde é ministrado o ensino recorrente público e evolução do nº de alunos matriculados de 04/05 a 06/07

Nível de ensino	Local	Curso	Nº de alunos		
			04/05	05/06	06/07
1º Ciclo	Junta de Freguesia de Aldeia do Mato		11	0	0
	E.B.1 de Arreciadas		14	0	0
	E.B.1 de Arrifana		13	0	0
	E.B.1 de Chainça		16	16	0
	E.B.1 de Rio de Moinhos		12	0	0
	E.B.1 de Tramagal		10	0	0
	Total 1º Ciclo		76	16	0
2º Ciclo	E.B.1 n.º 4 de Abrantes (Chainça)		10	0	0
	E.B.1 n.º 3 de Abrantes (Alferrarede)		7	0	0
	Total 2º Ciclo		17	0	0
3º Ciclo	E.S. Dr Solano de Abreu	Administração Serviços e Comércio		17	18
		Electricidade e Electrónica		6	5
	Total 3º Ciclo			23	23
Secundário	10º Ano - Módulos	Ciências Sociais e Humanas		41	40
	11º Ano - Módulos	Ciências Sociais e Humanas		10	14
	12º Ano - Módulos	Ciências Sociais e Humanas			9
	Secundário - Unidades	E.S. Dr Solano de Abreu		81	80
		Técnico de Contabilidade		9	5
		Técnico de Informática		13	9
		Técnico de Electrotecnia		14	10
		Técnico de Secretariado		18	10
	Total do Secundário			186	177

Fonte: CMA

Actualmente o Ensino Recorrente Público perfaz um total de 200 alunos, abrangendo o 3º ciclo do ensino básico e secundário e é ministrado apenas na ES Dr. Solano de Abreu.

I.9.2. Educação Extra-Escolar

A Coordenação Concelhia do Ensino Recorrente e Extra-Escolar de Abrantes promove a alfabetização de adultos e outros cursos de extensão educativa, pelo que no ano lectivo de 2005/2006, foram implementados no concelho os seguintes cursos:

Quadro I.31– Cursos de Educação Extra-Escolar ministrados no Ano Lectivo de 2005/06

Nome do Curso	Local	N.º de Alunos
Artes Decorativas	Arrifana	8
	Pego	8
	Rio de Moinhos	6
	S. Miguel do Rio Torto	6
	Rossio ao Sul do Tejo	15
Iniciação a Inglês	Chainça	4
	S. Facundo	13
Saúde em Movimento	Ribeira da Pucariça	18
Total Educação Extra-Escolar		78

Fonte: CMA

I.10. Ensino Especial

“A Educação Especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino - aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, que frequentam os estabelecimentos públicos dos níveis básicos e secundário.”

O apoio fornecido aos alunos com necessidades educativas especiais processa-se sobretudo através da sua integração nas escolas do ensino regular, tomando tal situação a designação de Escola Inclusiva, ou seja, *“o desenvolvimento de uma educação apropriada para todos os alunos com necessidades especiais”*. Porém, para os casos de deficiência mais graves, existem escolas especiais dependentes de associações diversas, mas tuteladas pelo Ministério da Educação.

No concelho de Abrantes a maioria dos estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário funcionam como escolas inclusivas, contando actualmente com 267 alunos que se enquadram no estatuto de “Aluno com Necessidades Educativas Especiais” (NEE). Dos 267 alunos com necessidades educativas especiais, existem 24 crianças no pré-escolar, 179 no 1.º ciclo e 64 no 3.º ciclo e Secundário, cujo grau de deficiência obriga à constituição de turmas reduzidas. Deste modo, e ao abrigo do *Decreto Lei de 319/91 de 23 Agosto, artigo 9.º*, turmas com alunos que detenham NEE’s em determinado grau, só poderão funcionar com um máximo de 20 indivíduos e, por outro lado, não é permitida a colocação de mais de dois alunos com NEE’s em cada turma reduzida.

I.11. Transporte Escolar

Segundo a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no que se refere à rede pública, assegurar os transportes escolares no Concelho. Porém, o facto do Governo Central ter transferido para as Câmaras a responsabilidade dos transportes escolares, o esforço financeiro por parte destas é muito grande, não sendo por vezes suficiente para oferecer um serviço de qualidade, uma vez que a contrapartida financeira disponibilizada fica aquém das expectativas.

Num concelho com grandes assimetrias na distribuição espacial da população e da própria rede escolar, o transporte escolar assume importância no futuro dimensionamento e reorganização da rede.

Há uma enorme necessidade de resposta em termos de transportes escolares, devido ao facto do Concelho de Abrantes estar dotado de várias escolas: duas EB23, uma EB23/S, duas ES/3 e uma Escola Profissional, com grande variedade de cursos e formações vocacionais e distribuídas por várias áreas. Esta abundante oferta leva a que muitos alunos, mesmo de outros concelhos, procurem aqui a continuidade dos seus estudos.

Em virtude, da Câmara Municipal não possuir estruturas suficientes para dar cabal resposta a este tipo de serviços, agravado pela grande dispersão dos núcleos habitacionais, só com uma boa colaboração dos estabelecimentos de ensino é possível levar por diante, com o mínimo de eficiência, os Transportes Escolares. Face à boa colaboração existente, tem sido até agora possível às empresas transportadoras e táxis, prestar um serviço eficiente.

Os Transportes Escolares são, na sua esmagadora maioria, efectuados pela empresa responsável pelos transportes colectivos do concelho de Abrantes -Rodoviária do Tejo, S.A., sediada em Torres Novas.

Para além dos Transportes Escolares, estarem cobertos pelas empresas transportadoras, é ainda, necessário continuar a fazer-se os circuitos de táxis, devido ao facto de não existirem carreias públicas com horários compatíveis com as necessidades dos alunos e também devido à própria localização de algumas terras e lugares onde vivem certos alunos que não permitem que outro tipo de transporte se lá desloque para os servir.

Em conclusão, é legítimo afirmar que o Transporte Escolar pode ser subdividido em duas categorias:

1. **Ensino Básico** – transporte de alunos, como é possível observar no Quadro I.32, que vivem em pequenos aglomerados e com população dispersa, onde não se justifica a construção de escolas do 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Este tipo de transporte é inevitável.
2. **Ensino Secundário** – Actualmente cerca de 916 jovens são cobertos por este tipo de transporte dentro do concelho.

Quadro I.32 – Total de Alunos que utilizam os Transportes Escolares no ano lectivo 2006/07

Estabelecimento de Destino	Total de Alunos
Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico	89
Escolas com oferta do 2º Ciclo Ensino Básico	177
Escolas com oferta do 3º Ciclo Ensino Básico	313
Total	579

No *Anexo I.G*, apresentam-se as estatísticas do transporte escolar para o ano lectivo de 2006/07.

I.12. Projectos Educativos no concelho de Abrantes

Têm sido desenvolvidos nos últimos anos, no concelho de Abrantes, vários projectos educativos, destacando-se nos pontos seguintes os de maior visibilidade, por serem projectos continuados e envolverem um maior número de participantes.

I.12.1. Mocho XXI – 4 anos para revolucionar a educação no 1º Ciclo em Abrantes

Este projecto contribui para a promoção do conhecimento e da aprendizagem nos primeiros anos de escolaridade pelo adequado recurso às novas tecnologias de informação e comunicação. As salas do 1º ciclo são informatizadas com: 1 computador portátil para cada 2 alunos, ligação à Internet através de rede sem fios que permite a organização de trabalhos escolares em formato digital e um sistema de interacção e partilha de ambientes de trabalho entre professor e alunos (Virtual Network Computing). Promove-se a constituição de uma rede de conhecimento, cooperação e partilha entre docentes com vista à construção de novos modelos de ensino-aprendizagem.

Assim, promove-se o enriquecimento das actividades de aprendizagem, com:

- ◆ a utilização de ferramentas de pesquisa, comunicação e produção que colocam as metodologias de ensino a par dos mais actuais processos de trabalho e produção;
- ◆ Acesso a conteúdos multimédia interactivos;
- ◆ Aquisição e consolidação de conhecimentos através de tarefas intelectualmente mais activas e estimulantes:
 - ◆ produção e animação de textos com software de produção multimédia;
 - ◆ consolidação de conhecimentos pela criação de questionários electrónicos (Quizes) para aplicação a outros grupos de aprendizagem distintos na mesma sala;
 - ◆ realização de tarefas específicas de pesquisa e aprendizagem através de recursos digitais;
- ◆ Promoção da autonomia e auto-gestão da aprendizagem;

- ◆ Formação dos alunos para a utilização das tecnologias de comunicação enquanto factor de construção da cidadania;

Este projecto contempla ainda a formação de professores através da formação informática de docentes no âmbito do protocolo entre a Câmara de Abrantes, a Escola Superior de Tecnologia e a Fundação do Desenvolvimento das Tecnologias de Informação.

Promove-se ainda a Coordenação pedagógica e formação contextualizada no âmbito da actividade do Centro de Formação de Associação de Escolas ABRANFOCO:

- Já foram realizadas 2 oficinas de formação com um total de 50 participantes, na sua maioria docentes integrados ou em perspectiva de integração no programa MOCHO XXI;
- Encontros quinzenais de partilha e formação cooperativa;
- Em fase de arranque o curso de formação **MOCHO XXI - RECURSOS E MODELOS PARA INTEGRAÇÃO DO COMPUTADOR NA SALA DE AULAS**, acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, com a finalidade de apoiar e fomentar a actividade prática já implementada nos encontros quinzenais;

Este projecto teve início em 2005, utilizando a EB1 de S.Facundo como escola piloto, com 12 alunos e 6 computadores portáteis e diverso software didáctico. Progressivamente o número de escolas aderentes foi aumentando atingindo 11 escolas, 18 salas informatizadas, 232 alunos e 121 computadores portáteis no ano lectivo de 2006. Em 2007 passaram a estar envolvidas 15 escolas, 46 salas informatizadas de acordo com o modelo de utilização já criado, 1088 alunos, 426 computadores portáteis especialmente produzidos com sistema de detecção anti-roubo, 42 postos fixos de gestão e partilha de ficheiros e 30 pontos *wireless* de acesso à Internet. O objectivo para 2008 prende-se com a extensão do projecto a todo o concelho abrangendo 1540 alunos e 738 portáteis.

I.12.2 Pirâmide Mágica

A "Pirâmide Mágica" é um projecto que está a ser desenvolvido no Centro de Novas Tecnologias (Edifício Pirâmide), desde 28 de Fevereiro de 2005, em resultado do protocolo de cooperação para a divulgação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no concelho de Abrantes, celebrado entre o Município, a Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação e Comunicação (FDTI).

O propósito deste projecto é o de dar a oportunidade às crianças do concelho, oriundas do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, de contactar com as novas tecnologias de uma forma lúdico-pedagógica. As actividades desenvolvidas são elaboradas recorrendo à utilização de softwares educativos e de métodos pedagógicos, onde se aplica a máxima de: "A brincar também se aprende!", que visam promover nos jovens o gosto por este domínio e, sobretudo, a compreensão de que esta é uma área onde o conhecimento é indispensável e está em constante evolução. Cientes disso mesmo, todos os anos o projecto tem a preocupação de se focar num determinado tema e abordar as questões centrais, sem nunca perder de vista o objectivo de divulgar e promover as Tecnologias de Informação e Comunicação como meios importantes no seu desenvolvimento integral (escolar, pessoal, cognitivo e social).

Existem ainda as Bit e Byte - Férias Interactivas, que se realizam durante o período de férias escolares com o objectivo de conciliar diferentes actividades temáticas com a sensibilização para as Tecnologias de Informação e Comunicação, proporcionando experiências com uma componente lúdico-pedagógica, destinando-se às crianças e jovens do concelho.

Em cada fase deste projecto, e consoante o público a que se destina, são considerados os princípios pedagógicos que melhor se enquadram no estágio de desenvolvimento em que a criança se encontra permitindo, assim, potenciar as competências a serem adquiridas.

Uma vez que é objectivo do projecto Pirâmide Mágica favorecer a inclusão e a adopção das Tecnologias de Informação e Comunicação, de uma forma criativa, em todas as idades e em todos os níveis da sociedade, não poderia ficar excluída a população sénior, para a qual o mundo das tecnologias, ainda que, por vezes, distante e desconhecido, exerce uma forte atracção. Prova disso é a acção que se desenvolve com os alunos da Universidade da Terceira Idade de Abrantes (UTIA), cujos conteúdos permitem aos alunos aprender os conceitos básicos

da constituição e funcionamento de um computador, desenvolver tarefas usando os diferentes programas e aventurar-se na Internet. E assim se caminha para que o mundo informatizado de hoje esteja ao alcance de todos.

I.12.3 Animação de Bibliotecas e Centros de Recursos

Este é um projecto do Agrupamento de Escolas Abrantes Oeste e que ao longo de vários anos tem desenvolvido projectos de animação nas Bibliotecas/Centro de Recursos do Agrupamento. O projecto envolve todas as escolas do Agrupamento, que passam regularmente por actividades nos centros de recursos das escolas António Torrado e EB1 Nº2 de Abrantes.

No ano transacto desenvolveram o projecto “Palavras à Solta” que envolveu alunos e professores das escolas de 1º ciclo e pré-escolar de todo o Agrupamento, escritores locais (pessoas com livros publicados) e pintores locais. Neste projecto os escritores iam à sala de aula, com os alunos faziam uma história, em torno de um objecto, que posteriormente era ilustrada por outra turma e um pintor local.

Do projecto resultou um livro de histórias ilustradas, feito com a colaboração da ESTA, Escola Superior de Tecnologia de Abrantes e uma exposição de quadros e histórias que está patente na escola António Torrado.

Foi um projecto muito interessante que teve a particularidade de envolver a comunidade local que o ajudou a desenvolver e financiou.

Este ano está a ser desenvolvido o projecto “Histórias de Livros, Livros de Histórias”. Projecto integrado no Plano Nacional de Leitura, em que foram seleccionados 30 livros, tantos quantas as turmas do Agrupamento. Foram convidadas pessoas da 3ª Idade para irem às salas de aula trabalhar com os alunos e professores. Este é um projecto, que mais uma vez, envolve toda a comunidade educativa e a comunidade em geral.

I.12.4 Programa de apoio à expressão físico-motora no pré-escolar

Este é um programa coordenado pelo sector do desporto da Autarquia e integra cerca de 800 crianças de todos os Jardins-de-Infância oficiais e de alguns IPSS.

O projecto é orientado de forma a fomentar momentos, experiências e práticas desportivas directamente relacionadas com as áreas de trabalho curricular. É, desta forma, uma maneira de dar apoio aos educadores de infância na área da expressão física e motora.

As aulas que são desenvolvidas pelos técnicos de desporto da Autarquia com a colaboração de dois estagiários da mesma área, são realizadas nos espaços escolares e nas infra-estruturas desportivas (estádio, piscinas municipais e pavilhões municipais.)

I.12.5 Programa de Enriquecimento Curricular

A Câmara Municipal juntamente com os Agrupamentos de Escolas tem em funcionamento o Programa de Enriquecimento Curricular, em todas as escolas do 1º ciclo do ensino básico. Estão a ser leccionadas as seguintes disciplinas aos 1º e 2º anos: educação física, música e uma terceira disciplina de um leque de várias (inglês, expressão plástica, expressão dramática e robótica). Aos 3º e 4º anos poderam ser leccionados inglês, música e educação física.

Parte II – A Procura de Ensino

II.1 Introdução

O desenvolvimento de modelos de previsão da procura de Equipamentos de Ensino, tendo como horizonte temporal o ano 2011, para a educação Pré-escolar, para o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º ciclos) e para o ensino secundário é um elemento fundamental para apresentar uma proposta coerente de redimensionamento da rede.

O presente relatório e respectivos anexos apresentam o resultado do trabalho desenvolvido no âmbito das projecções da população, para o horizonte de 2011, tomando em consideração os estudos demográficos do PDM para o concelho, dados disponibilizados pelo INE e a informação e opiniões recolhidas junto da Câmara Municipal de Abrantes.

II.2. A Evolução Demográfica do Concelho e o seu impacto na procura de ensino

O concelho de Abrantes traduz uma certa especificidade que lhe é conferida pela fusão de diferentes elementos no espaço e está situado no centro geográfico de Portugal, na zona de transição entre o Ribatejo, o Alto Alentejo e a Beira Baixa, apenas a 150 Km de Lisboa ou Coimbra e 250 Km do Porto.

Sendo um dos maiores concelhos do País, integra a NUTIII do Médio Tejo e possui 19 freguesias, 15 das quais com características rurais e as restantes quatro, Alferrarede, Rossio ao Sul do Tejo, São João e São Vicente inseridas no perímetro urbano. Os concelhos limítrofes são Sardoal e Vila de Rei a Norte, Mação e Gavião a Este, Ponte de Sôr e Chamusca a Sul e Constância e Tomar a Oeste. Pertence ao distrito de Santarém e com mais 51 concelhos forma a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Nos últimos sessenta anos, a população do concelho de Abrantes tem vindo a observar a diminuição do número dos seus efectivos; contudo, essa evolução não é constante, nem acompanha o comportamento registado na R.L.V.T (Quadro II.1).

Quadro II.1 – Evolução da População Residente – 1950/1991

	1950	1960	1970	1981	1991
Abrantes	48925	51869	48675	48653	45697
Médio Tejo	246922	245667	226285	234450	227339
R.L.V.T.	2053955	2276418	2532395	3261578	3296715
Continente	7921913	8292975	8074975	9336760	9375926

Fonte: Caracterização Sócio-Económica da RLVT, CCRLVT, 1997

O concelho de Abrantes cresceu cerca de 8% na década de 40, o mesmo verificou-se na de 50 em cerca de 6% e é marcado por um decréscimo de 6% nos anos 60. A maioria deve ter migrado para a aglomeração de Lisboa – Setúbal e para os países industrializados da Europa, em busca de melhores condições de vida.

Entre 1970 e 1981 a população estabilizou, ao contrário do que se poderia esperar, dado que ocorreu uma entrada significativa de população para o concelho. Após 1973 Abrantes recebeu 1600 pessoas vindas das ex-colónias; 300 vindas de outros países estrangeiros, tendo atraído também população do país, com relevância para os distritos de Lisboa (784 pessoas), Portalegre (266) e Castelo Branco (136). Se a população estabilizou, significa que durante a década de 70, houve ainda uma migração significativa de população para fora do concelho.

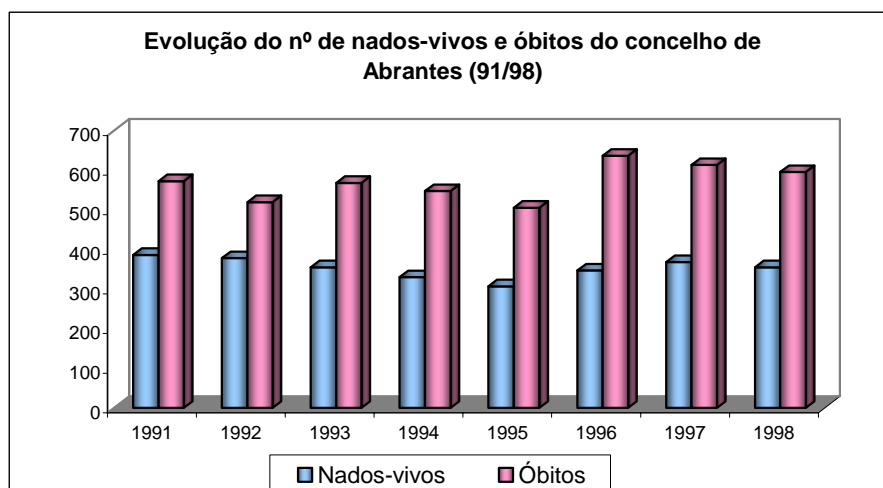
O decréscimo do número de efectivos manteve-se nas décadas posteriores, atingindo na década de 80 e 90 o valor de 6% e 7%, respectivamente. Actualmente o concelho possui 42.436 habitantes.

Como se verifica na Figura II.1, o saldo demográfico na década de 90 apresenta sempre valores negativos, ou seja o número de óbitos verificados é sempre superior ao número de nados-vivos, sendo essa diferença de um modo geral acentuada.

Figura II.1 – Evolução do nº de nados-vivos e óbitos do concelho de Abrantes (91/98)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Nados-vivos	386	378	355	330	307	347	368	355
Óbitos	572	519	568	547	505	636	613	595
Óbitos <1 ano	4	2	2	5	2	0	5	1
Saldo Demográfico	-186	-141	-213	-217	-198	-289	-245	-240

Fonte: INE

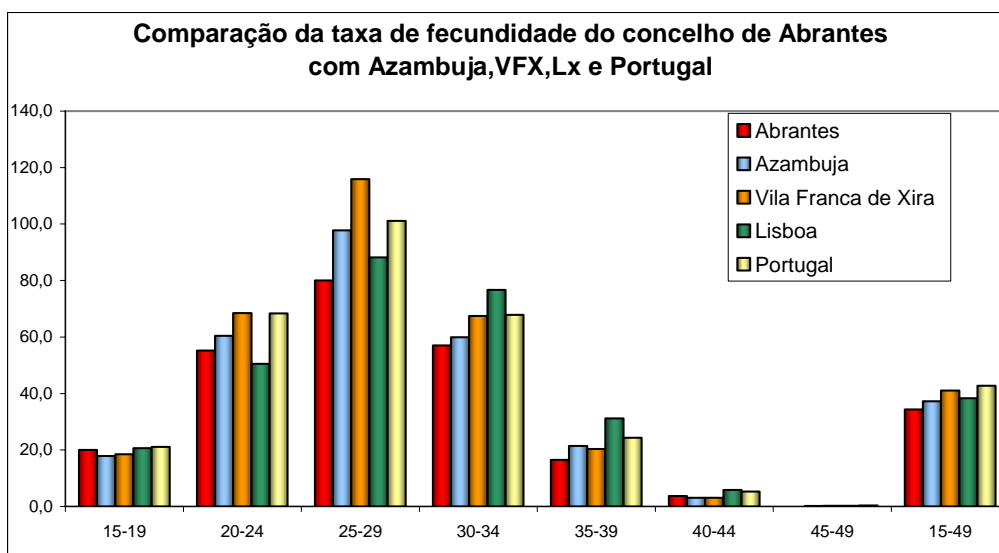


Se observarmos as componentes do crescimento da população verificamos que estas também se alteraram. Na década de 70 a taxa de crescimento da AML foi de 36.8%, mais do dobro da taxa verificada para o Continente. Na década de 80, os valores do crescimento populacional diminuíram em todo o país, com saldos migratórios negativos e acentuada diminuição do crescimento natural, fruto de uma intensa quebra dos índices de fecundidade. No concelho de Abrantes estes atingiram valores inferiores à média do Concelho de Azambuja, Vila Franca de Xira, de Lisboa e da média nacional, como se pode verificar na Figura II.2.

Figura II.2 – Comparação da taxa de fecundidade do concelho de Abrantes com Vila Franca de Xira, Lisboa e Portugal

Taxas de fecundidade					
Idade das mulheres	Abrantes (média de 91-98)	Azambuja (média de 91-98)	Vila Franca de Xira (média de 91-97)	Lisboa (1994)	Portugal (média de 91-97)
15-19	20,0	17,9	18,5	20,7	21,1
20-24	55,2	60,4	68,5	50,5	68,4
25-29	80,0	97,8	115,9	88,2	101,1
30-34	57,0	59,9	67,5	76,7	67,8
35-39	16,5	21,5	20,4	31,2	24,4
40-44	3,7	3,1	3,1	5,9	5,3
45-49	0,0	0,2	0,3	0,3	0,4
15-49	34,4	37,3	41,0	38,3	42,8

Fonte: INE



Ao compararmos o valor da taxa de fecundidade no grupo etário das mães dos 20 aos 29 anos, verificamos que o concelho de Abrantes, quando comparado com os concelhos da Figura II.2 e inclusivé a nível nacional apresenta valores inferiores aos demais.

Quadro II.2 – Índice de envelhecimento (1981-1991)

%	1981	1991
Abrantes	70,1	117,7
Médio Tejo	66	100,1
RLVT	45,4	73,2
Continente	45,4	69,5

Fonte: Base Estatística Regional, DRPD/ CCRLVT, 1995

Como se pode verificar através do Quadro II.2, o índice de envelhecimento em Abrantes apresenta a mesma tendência crescente que o resto do país.

A variação populacional intercensitária (1991-2001) tem expressões muito diversificadas nas diferentes freguesias do concelho como se pode observar no Quadro II.3. Apenas nas freguesias de São João e São Vicente se verifica um aumento de população, atingindo o conjunto do concelho a variação negativa de - 7,1%.

Quadro II.3 – Taxas de variação anual da população por freguesia (1991-2001)

Freguesias	1991	2001	Taxa de variação por ano 1981-1991	Taxa de variação na década 1981-1991
Aldeia do Mato	768	559	-3,13%	-27,2%
Alferrarede	4332	3834	-1,21%	-11,5%
Alvega	2175	1702	-2,42%	-21,7%
Bemposta	2606	2208	-1,64%	-15,3%
Martinchel	747	707	-0,55%	-5,4%
Mouriscas	2243	1992	-1,18%	-11,2%
Pego	3032	2599	-1,53%	-14,3%
Rio de Moinhos	1665	1391	-1,78%	-16,5%
Rossio ao Sul do Tejo	2343	2224	-0,52%	-5,1%
São Facundo	1392	1171	-1,71%	-15,9%
São João	2130	2149	0,09%	0,9%
São Miguel Rio Torto	4022	3370	-1,75%	-16,2%
São Vicente	8711	10691	2,07%	22,7%
Souto	852	567	-3,99%	-33,5%
Tramagal	4568	4018	-1,27%	-12,0%
Vale das Mós	822	717	-1,36%	-12,8%
Concavada	858	729	-1,62%	-15,0%
Fontes	1256	805	-4,35%	-35,9%
Carvalhal	1175	1003	-1,57%	-14,6%
Concelho Abrantes	45697	42436	-0,74%	-7,1%

Fonte: INE

As restantes freguesias observaram decréscimos populacionais mais ou menos acentuados, sendo de assinalar a quebra significativa registada pelas freguesias de Fontes, Souto e Aldeia do Mato o que se deve principalmente à sua interioridade e difícil acessibilidade.

No ponto de vista da estrutura etária da população do concelho observa-se um envelhecimento que resulta de um conjunto de fenómenos a saber:

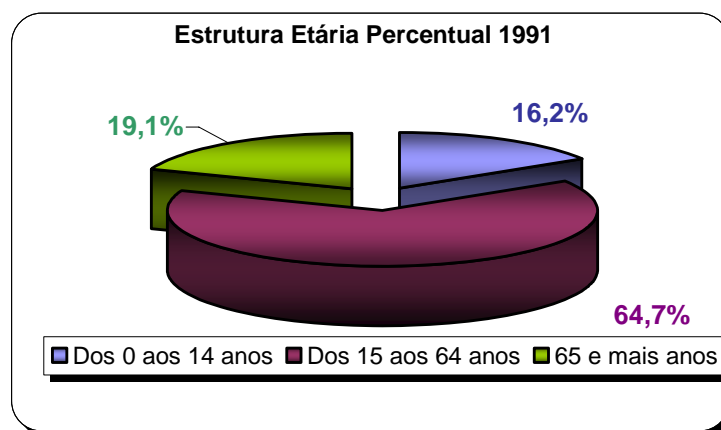
- ◆ Acentuada diminuição das taxas de fecundidade;
- ◆ Diminuição das taxas de mortalidade por grupo etário.

Esta evolução teve reflexo na procura de ensino que depois do pico verificado na década de oitenta tem vindo a diminuir, comportamento que ainda se vai fazer sentir por mais algum tempo à medida que o efeito de onda, da quebra de natalidade dos anos oitenta e começo dos anos 90, se propaga aos níveis mais avançados de escolaridade.

Figura II.3 – Evolução da População por grupos etários, 1981-1991

	Estrutura Percentual 1981	Estrutura Percentual 1991
Dos 0 aos 14 anos	21,7%	16,2%
Dos 15 aos 64 anos	63,0%	64,7%
65 e mais anos	15,2%	19,1%

Fonte: Base Estatística Regional, DRPD/ CCRLVT, 1995



II.3 - Metodologia adoptada para a projecção da população

A metodologia utilizada, bem como as projecções demográficas para 2001 e 2011, encontram-se descritas no Anexo – Projecções Demográficas que acompanha este relatório. Apenas serão apresentados de seguida os quadros resumo, resultado dessa análise.

II.4 - Projecções Demográficas 2001, 2011

II.4.1 - Projecções em Crescimento Natural

Utilizando o modelo do *cohort survival* e os indicadores demográficos (Taxas de Fecundidade e Mortalidade), fizeram-se projecções demográficas em crescimento natural para o ano de 2001.

Quadro II.5 - Projecção da população do Concelho de Abrantes em Crescimento Natural por grupo etário

Idade	1991	2001	2011
Menos de 1 ano	435	347	276
1-9	3991	3118	2828
10-19	6505	4409	3463
20-29	6325	6469	4287
30-39	5731	6251	5954
40-49	5148	5635	5724
50-59	5784	4911	5277
60-69	5882	5277	4465
70-79	3966	4729	4189
80-89	1724	2143	2476
90+	206	226	264
Total	45697	43515	39203

Fonte: Censo 91 -INE

II.4.2 - Projecções com Taxas Migratórias

Apresentam-se no Quadro II.6 os três cenários prospectivos construídos.

Quadro II.6 – Comparação dos três cenários demográficos prospectivos

	2001		2011	
	Crescimento Natural	Crescimento Natural e Migratório	Crescimento Natural	Crescimento Natural e Migratório
Cenário Pessimista	43406	42436	39203	37800
Cenário Intermédio	43406	42436	39203	38543
Cenário Optimista	43406	42436	39203	39203

No Quadro II.7 estão indicados os valores das projecções, freguesia a freguesia, para o cenário intermédio adoptado para efeitos da Carta Educativa, juntamente com as respectivas taxas de variação total, taxa de crescimento natural e taxa de crescimento migratório.

Quadro II.7 - Projecções Demográficas em crescimento natural, com taxas de migração e taxas de variação total, para os anos 2001 e 2011 (cenário intermédio)

Zona geográfica	1991	2001	Tx cn 1991-2001	Tx Mig 2001	Tx Var 1991 2001	2001 cn+tx mig
	HM	HM	HM	HM	HM	HM
C: ABRANTES	45697	43406	-0,005	-0,002	-0,007	42436

2011	Tx cn 2001-2011	Tx Mig 2001	Tx Var 2001 2011	2011 cn+tx mig
HM	HM	HM	HM	HM
39203	-0,0079	-0,002	-0,010	38543

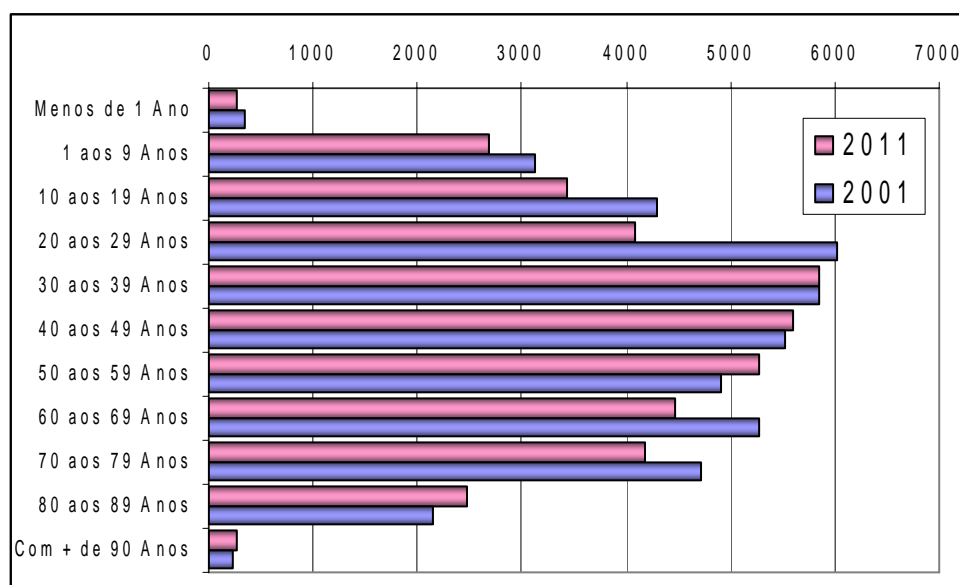
Aldeia do Mato	768	650	-0,017	-0,015	-0,032	559
Alferrarede	4332	4278	-0,001	-0,011	-0,012	3834
Alvega	2175	2002	-0,008	-0,016	-0,024	1702
Bemposta	2606	2466	-0,006	-0,011	-0,016	2208
Martinchel	747	634	-0,016	0,011	-0,005	707
Mouriscas	2243	1896	-0,017	0,005	-0,012	1992
Pego	3032	2775	-0,009	-0,007	-0,015	2599
Rio de Moinhos	1665	1545	-0,007	-0,010	-0,018	1391
Rossio ao Sul do Tejo	2343	2241	-0,004	-0,001	-0,005	2224
São Facundo	1392	1253	-0,010	-0,007	-0,017	1171
São João	2130	1933	-0,010	0,011	0,001	2149
São Miguel Rio Torto	4022	3727	-0,008	-0,010	-0,018	3370
São Vicente	8711	9056	0,004	0,017	0,021	10691
Souto	852	757	-0,012	-0,028	-0,040	567
Tramagal	4568	4303	-0,006	-0,007	-0,013	4018
Vale das Mós	822	789	-0,004	-0,010	-0,014	717
Concavada	858	829	-0,003	-0,013	-0,016	729
Fontes	1256	1167	-0,007	-0,036	-0,044	805
Carvalhal	1175	1105	-0,006	-0,010	-0,016	1003

443	-0,023	-0,015	-0,038	381
3659	-0,0047	-0,011	-0,016	3240
1506	-0,0122	-0,016	-0,028	1241
2037	-0,008	-0,011	-0,019	1785
601	-0,0161	0,011	-0,005	631
1712	-0,015	0,005	-0,010	1760
2286	-0,0128	-0,007	-0,019	2102
1278	-0,0084	-0,010	-0,019	1111
2161	-0,0029	-0,001	-0,004	2105
965	-0,0192	-0,007	-0,026	863
2037	-0,0053	0,011	0,005	2225
2905	-0,0147	-0,010	-0,025	2588
10577	-0,0011	0,017	0,016	12447
498	-0,0129	-0,028	-0,041	373
3570	-0,0118	-0,007	-0,019	3294
633	-0,0124	-0,010	-0,022	536
704	-0,0035	-0,013	-0,016	580
739	-0,0085	-0,036	-0,045	510
892	-0,0117	-0,010	-0,021	771

No Quadro II.8 e Figura II.4 apresentam-se as projecções por grupo etário para o Concelho para 2001 e 2011. Apresenta-se também a percentagem de cada grupo etário no total da população. Pode observar-se que há um envelhecimento progressivo da população passando o grupo etário dos 30-39 anos a ter o maior peso relativo em 2011 quando tal posição era ocupada pelo grupo 10-19 anos em 1991. Esta alteração da pirâmide etária vai ter influência no número de crianças a frequentar o sistema de ensino.

Quadro II.8 e Figura II.4 – Projecção por grupo etário para 2001 e 2011 para o Concelho de Abrantes (Cenário Intermédio)

Concelho de Abrantes	1991	2001	2011	Percentagem		
	HM	HM	HM	1991	2001	2011
Total	45697	42436	38543	100	100	100
Menos de 1 Ano	435	346	261	1,0	0,8	0,7
1 aos 9 Anos	3991	3124	2682	8,7	7,4	7,0
10 aos 19 Anos	6505	4301	3426	14,2	10,1	8,9
20 aos 29 Anos	6325	6016	4076	13,8	14,2	10,6
30 aos 39 Anos	5731	5851	5849	12,5	13,8	15,2
40 aos 49 Anos	5148	5514	5594	11,3	13,0	14,5
50 aos 59 Anos	5784	4911	5277	12,7	11,6	13,7
60 aos 69 Anos	5882	5277	4465	12,9	12,4	11,6
70 aos 79 Anos	3966	4727	4173	8,7	11,1	10,8
80 aos 89 Anos	1724	2143	2476	3,8	5,0	6,4
Com + de 90 Anos	206	226	264	0,5	0,5	0,7



II.5 - Projeções da População em Idade Escolar

Como as idades dos vários ciclos de estudos não coincidem com os grupos etários usualmente utilizados em projecções demográficas, aplicou-se o modelo do *cohort survival* e taxas migratórias, do grupo etário correspondente, para obter estimativas, ano a ano, dos jovens que em 2001 e 2011 terão entre 3 e 17 anos.

No Anexo II.A, apresenta-se o número de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos, por freguesia e para o total do concelho, no ano de 1991, e estimativas para 2001 e 2011.

No Quadro II.9 pode-se ver as projecções da população em idade escolar baseadas nas projecções demográficas, para o concelho de Abrantes.

Quadro II.9 – Total de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos no concelho – 1991, 2001 e 2011

	Idade	Grau de ensino	1991	2001	2011
Concelho de Abrantes	3 aos 5 anos	Pré-Escolar	1184	1066	865
	6 aos 9 anos	1º Ciclo	1933	1330	1253
	10 aos 11 anos	2º Ciclo	1071	791	661
	12 aos 14 anos	3º Ciclo	1822	1125	1058
	15 aos 17 anos	Sec.	2050	1303	966
	18 anos	Sec.	698	456	339
	Total (6 aos 18)		7574	5005	4277
	Total (3 aos 18)		8758	6071	5142

Os valores encontrados levam a considerar que, na evolução do número de jovens no concelho entre 2001 e 2011, se irá verificar uma diminuição de frequência em todos os ciclos do ensino básico e secundário.

As quebras de população escolar em 2001 estão claramente associadas aos valores de baixa da natalidade da década de noventa. Em 2011 dá-se uma diminuição da população escolar, fruto das elevadas taxas migratórias negativas admitidas para certas freguesias na primeira década do novo milénio.

II.6 - Projecção do Número de Alunos na Rede Pública

O número de alunos na rede pública depende não só do número de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos como de outros aspectos já abordados no Módulo I e outros que serão abordados de seguida.

Alguns jovens frequentam o sistema de ensino da capital ou concelhos limítrofes (público e privado) acompanhando os pais nas suas deslocações pendulares casa-trabalho ou procurando oferta mais diversificada de opções do ensino secundário.

Este fenómeno diminui o número de alunos que frequenta a rede pública no concelho de Abrantes, tendo-se admitido que 5% das crianças de 6 anos não opta pela rede pública do concelho. Assim, no modelo utilizado para projecção do número de alunos na rede pública, proposto pela DREL, considerou-se que em cada freguesia, 95% das crianças que completam 6 anos em cada um dos anos 1999 a 2011 entrarão no sistema de ensino público.

Admitiu-se que o abandono durante o ensino básico é zero (objectivo ainda não atingido que exigirá medidas pedagógicas adequadas) e que na transição entre o 3.º ciclo e o ensino secundário nenhum aluno abandona o sistema de ensino público do concelho (convergindo com as novas directivas para o ensino em Portugal, nomeadamente o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos). Finalmente, a retenção causa uma sobrecarga na rede pública, atrasando o percurso escolar dos jovens. Os valores adoptados para a retenção foram os referidos no capítulo I, tendo-se considerado uma diminuição anual de 1% no valor da taxa de repetência para o ensino secundário.

Os valores utilizados para a retenção, bem como o modelo do tipo *cohort survival* utilizado para projectar o número de alunos no sistema, por freguesia, ano de escolaridade e ano lectivo, apresentam-se no Anexo II.B.

Finalmente, no Anexo II.C apresenta-se a projecção do número de crianças em idade própria da educação pré-escolar, entre 1999 e 2011 por idade e ano.

II.7 - Considerações Finais

Nos pontos anteriores deste relatório e no Anexo – Projeções Demográficas apresentou-se a metodologia utilizada bem como os resultados obtidos para o concelho de Abrantes, desde o ano de 2001 a 2011. Crê-se que os referidos valores são uma boa base de trabalho para efeito de planeamento da Carta Educativa. No entanto, devem ser apenas considerados como valores indicativos a corrigir, no âmbito da monitorização da Carta.

PARTE III – Proposta de Reorganização da Rede

III.1. Conceito de Território Educativo

O elemento estruturante das novas redes escolares é o Território Educativo (TE), que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas que asseguram o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical, contendo assim uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. É na Escola Nuclear que se realizam certas funções e actividades que não são possíveis de desenvolver em escolas mais pequenas e menos equipadas.

A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica 2,3 (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI²²). Todavia, a nova Lei de Bases da Educação introduzia substanciais alterações na forma de estruturar os territórios educativos, uma vez que estabelecia uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Deste modo, a escola nuclear passaria a ser uma Escola Secundária²³.

No âmbito deste trabalho, irá ser tido em consideração o estabelecido pelo Programa do Governo, particularmente no que respeita ao alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, embora obviamente sem ignorar a legislação em vigor (Lei 46/86 - LBSE).

²² Escola onde é ministrada a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico (EPE + EB1,2,3). Uma EBI pode ser constituída num único edifício ou num conjunto de edifícios fisicamente separados, mas cuja utilização (sob o ponto de vista de gestão pedagógica e de gestão dos recursos físicos) é feita de forma interdependente e complementar.

²³ O Ensino Secundário seria, segundo a nova Lei de Bases da Educação, constituído pelo actual 3.º ciclo e pelo actual ensino secundário, constituindo-se em 1.º e 2.º ciclo do ensino secundário, respectivamente, o que significa que a Escola Secundária seria uma instalação que ministraria do 7.º ao 12.º ano de escolaridade.

III.2. Características do Território Educativo

O conceito de Território Educativo estabelece-o *“como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras.”*

Em suma, o território educativo é o espaço geográfico onde se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. A característica principal do Território Educativo é garantir que os alunos que integram aquele espaço geográfico, tenham assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória, através da existência de uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, das restantes escolas que o compõem, além de possuir transporte escolar próprio.

Para efeitos de identificação dos Territórios Educativos foram consideradas como fundamentais as seguintes características:

- a) Conter população a escolarizar que, segundo os critérios de dimensionamento da rede pública de equipamento escolar, justifique a existência de instalações escolares de ensino pré-escolar e dos três ciclos do ensino básico;
- b) Conter instalações escolares públicas destinadas ao ensino pré-escolar e aos três ciclos do ensino básico, com capacidades suficientes face à respectiva população a escolarizar;
- c) Conter uma escola que, pelas suas características físicas, possa desempenhar as funções de Escola Nuclear;
- d) Nas zonas urbanas densamente habitadas, ter uma dimensão compatível com a distância que se considere aceitável os alunos, de cada grupo etário, percorrerem a pé, nas suas deslocações diárias entre a casa e a escola. Nas zonas rurais, existir

transporte colectivo ou transporte escolar que permita uma fácil (sobretudo a nível de tempo de percurso) ligação casa-escola²⁴;

- e) Não ser atravessada por barreiras físicas que dificultem ou tornem inseguras as deslocações pedonais de acesso às escolas. Estas barreiras físicas são fundamentalmente:
- a rede viária principal,
 - a rede ferroviária de superfície,
 - situações topográficas que dificultem as deslocações pedonais (por exemplo declives muito acentuados ou vales muito marcados),
 - grandes áreas de usos não habitacionais ou de atravessamento inseguro (por exemplo instalações industriais);
- f) Coincidir, sempre que possível, com os limites administrativos das freguesias.

²⁴ Um dos indicadores utilizados para a programação dos equipamentos escolares que servem zonas rurais, é o tempo de percurso percorrido pelos utilizadores entre o local de origem e o equipamento utilizando transporte colectivo. Este valor foi determinado a partir da representação da rede viária num Sistema de Informação Geográfica e uma estimativa da velocidade do transporte colectivo (25 km/h excepto nas vias urbanas em que se considerou 15 km/h). O tempo de percurso máximo directo (duração em minutos da deslocação entre o local de origem e de destino sem desvios e paragens adicionais) considerado foi de 40 minutos para o 1.º ciclo e 2.º ciclos e de 60 minutos para o 3.º e secundário. Para efeitos de planeamento da rede admitiu-se que, face ao sistema de transporte, o tempo de percurso real é superior à ligação directa, devido ao facto de os circuitos servirem efectivamente mais do que um aglomerado populacional, não devendo ultrapassar os 60 minutos para o 1.º e 2.º ciclos e 80 minutos no caso do 3.º e secundário.

III.3. Metodologia de Identificação dos Territórios Educativos

A metodologia a utilizar para a identificação dos Territórios Educativos desenvolve-se em dois níveis.

Num primeiro nível, a análise é efectuada à escala do concelho, tendo como aspectos mais relevantes o ordenamento do território, a rede ferroviária, a rede viária principal, o relevo e os limites administrativos das freguesias.

Num segundo nível, cada território educativo é estudado a uma escala maior, para testar a sua funcionalidade face a aspectos mais pormenorizados, como por exemplo, a sua população por escalão etário, as características físicas e equipamentos das escolas candidatas a Escola Nuclear, a localização das restantes escolas, a existência de barreiras físicas não detectadas à escala do concelho, etc.

III.3.1. Ordenamento do Território

Relativamente ao ordenamento do território, consultaram-se os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano Director Municipal (P.D.M.).

O P.D.M. classifica o espaço urbano em categorias de uso de solo (isto é, espaços onde um dado uso de solo deverá ser dominante) e define, para cada uma delas, as regras de ocupação, uso e transformação do solo.

As categorias de uso do solo identificadas no Regulamento do P.D.M. permitem perceber onde se localizam os usos de solo determinantes para a delimitação dos territórios educativos, especialmente as zonas de concentração da habitação, as localizações preferenciais para os equipamentos escolares ou as barreiras físicas às deslocções pedonais.

III.3.2. Limites Administrativos das Freguesias

Na elaboração da carta educativa, não pode ser ignorada a importância das freguesias tanto ao nível do planeamento (alguns dos dados necessários só estão facilmente disponíveis por freguesia) como ao nível da gestão da rede de infra-estruturas (a freguesia é a menor divisão administrativa territorial).

Neste sentido, é conveniente que um território educativo corresponda a uma freguesia, a um número inteiro de freguesias ou a uma parte de uma única freguesia.

Tendo em conta que cada território educativo se deve articular em torno de uma Escola Nuclear e que deve conter população a escolarizar, que justifique a existência de instalações escolares, é possível identificar as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos.

Um indicador da necessidade de agregação ou de divisão das freguesias é a relação entre o número de jovens com idades até 18 anos residentes na freguesia e o número de alunos aceitável para uma escola nuclear.

III.3.3. Gestão Educativa

Para além dos aspectos referentes às infra-estruturas, a gestão da rede escolar tem uma vertente de carácter pedagógico/administrativo que convém acautelar aquando da constituição dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio criar o conceito de Agrupamento Escolar, propiciando assim a articulação do funcionamento da rede educativa. A constituição destes Agrupamentos Escolares, visou permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. Existe uma grande liberdade na forma de constituição desses agrupamentos de natureza vertical, os quais apresentam escolas de níveis complementares de ensino. Deste

modo, o funcionamento da rede será facilitado se os agrupamentos de escolas se situarem dentro do mesmo território educativo, pois este último tem como finalidade permitir que os alunos completem a escolaridade obrigatória em escolas localizadas na sua área de influência.

Assim, o conhecimento atempado dos Territórios Educativos em que cada escola se vai inserir, poderá funcionar como um dado importante para a constituição dos Agrupamentos de Escolas. Tal situação, não se verificou no Concelho de Abrantes, onde os agrupamentos foram instituídos por iniciativa das escolas, antes que os Territórios Educativos fossem definidos.

A proposta que se apresenta no ponto seguinte é a solução final dum processo que teve várias iterações, amplamente discutidas, e onde intervieram, empenhadamente, todos os elementos da equipa de projecto, incluindo portanto contribuições do IST, CMA e DREL.

III.4. Esquematização dos Territórios Educativos

Tendo em conta a análise aprofundada ao concelho de Abrantes, realizada pelo CESUR, quer a nível de ordenamento do território, da rede viária principal, do relevo e dos limites administrativos, bem como, a nível do parque escolar, foi possível, através de reuniões, que contaram com a presença da CMA e da DREL, propor três Territórios Educativos.

A informação mais relevante para a análise das situações actual e proposta dos territórios educativos está estruturada da seguinte forma:

1. **Quadro síntese do Território Educativo:** Este quadro, preparado de acordo com o modelo utilizado pela DREL, destina-se a facilitar a tarefa de implementação e gestão dos Territórios Educativos;
2. **Quadro de Equipamentos e Capacidades:** Nestes quadros indicam-se as escolas existentes em 2006/07 com a capacidade respectiva (calculada com base no número de turmas que podem acolher sem desdobramento), a procura na rede pública projectada para 2011, bem como a diferença entre capacidade e procura se não houvesse alteração na rede actualmente existente. Um segundo quadro, com a mesma estrutura e informação contida no anterior, mas apresentando a rede proposta no âmbito desta Carta Educativa. Para efeito de dimensionamento da rede, é comum utilizar-se a tipologia inicial para a qual as escolas foram dimensionadas. No entanto, nem sempre estas tipologias correspondem à realidade, estando muitas vezes ultrapassadas, pois verifica-se a conversão de salas de aula para outros fins tais como bibliotecas, centro de recursos, laboratórios, salas de computadores, etc.. Descreve-se ainda a oferta assegurada por instituições da rede não pública. A inclusão desta informação tem por objectivo perspectivar eventuais acertos de pormenor nas propostas apresentadas. Crê-se que, sobretudo a nível do ensino pré-escolar, a rede pública deva funcionar em complementaridade com a rede Privada, pelo que os Jardins-de-Infância que eventualmente sejam propostos no âmbito deste documento, se devam situar em zonas onde a oferta da rede não pública é inexistente ou deficitária e/ou se considera que existem populações mais carenciadas;

3. **Carta do Território Educativo:** Indicação de todas as infra-estruturas educativas, equipamentos programados e propostos no âmbito da Carta Educativa (a construir e a desactivar).

III.4.1 Propostas de Territórios Educativos

Adoptando a metodologia apresentada na secção III.3. e admitindo como horizonte de planeamento a procura da rede pública no ano de 2011, foram configurados 3 Territórios Educativos, como se representa na Carta III.1, constituídos pelas seguintes freguesias:

- TE 1 – Norte/ Oeste do Concelho – Carvalhal, Fontes, Souto, Aldeia do Mato, Martinchel, São Vicente e Rio de Moinhos;
- TE 2 – Oeste/ Sul do Concelho – Tramagal e São Miguel do Rio Torto;
- TE 3 – Centro/ Sul/ Este do Concelho – São João, Rossio ao Sul do Tejo, Bemposta, São Facundo, Vale das Mós, Pego, Concavada, Mouriscas, Alferrarede e Alvega.

A base dos Territórios Educativos é a sua articulação em torno de uma Escola Nuclear e a própria população a escolarizar. Esta tem de justificar a existência de instalações escolares que cubram, segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo, desde o Pré-Escolar ao 3.º ciclo do Ensino Básico.

Deste modo, é possível identificar, para cada área em estudo, as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos.

O concelho de Abrantes encontra-se dividido em 19 freguesias apresentando características urbanas e rurais. Da análise efectuada a este concelho foi possível detectar que existe um “corredor” essencialmente urbano, concentrado ao longo do rio Tejo e composto pelas freguesias de Rio de Moinhos, São Vicente, Tramagal, São Miguel do Rio Torto, São João, Rossio ao Sul do Tejo, Alferrarede, Pego e Mouriscas. As restantes freguesias são essencialmente rurais e caracterizadas por um povoamento disperso em torno de pequenos aglomerados. Com base na análise de ordenamento do território, no tipo de povoamento, nas características urbanas e rurais, no relevo, nos equipamentos desportivos e culturais existentes, na rede de transportes

escolares e colectivos e na população a escolarizar, é nos possível propor a divisão do concelho em 3 territórios educativos. Dadas as características atrás enunciadas todos os territórios educativos propostos resultam da agregação de várias freguesias para poderem satisfazer os requisitos necessários à sua constituição.

Dois dos três territórios educativos propostos, já possuem Escola Nuclear, ou seja, uma Escola Básica com oferta de 2º e 3º Ciclos e poderão funcionar assim que se considere oportuno. Está prevista já no próximo ano lectivo a conversão da ES/3 Dr. Manuel Fernandes em ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico que passará a funcionar como escola nuclear do Território Educativo 1 – Norte/ Oeste do Concelho. De um modo geral, as escolas nucleares destes territórios educativos necessitam de obras profundas de requalificação e apetrechamento. Muitas das escolas do 1º ciclo (ver qualificação de infra-estruturas no Quadro I.12) estão deficitárias de infra-estruturas, em especial cozinha/refeitório, sala de ginástica, sala de informática, sala de recursos diversificados, biblioteca, etc. A maioria são também muito pequenas apresentando situações desfavoráveis de isolamento socio-educativo.

Nas situações em que a projecção da população para 2011 não prevê um rejuvenescimento da população como consequente aumento de procura de escolas EB1/JI (como acontece nas freguesias de Fontes, Souto, Aldeia do Mato, Martinchel, Carvalhal, Bemposta, São Facundo, Vale das Mós, Concavada e Alvega), optou-se por concentrar os alunos em escolas maiores, em localidades com população suficiente para justificar a constituição e funcionamento equilibrado de uma “Escola Completa”. Estas escolas acolherão os alunos das zonas de população dispersa proporcionando-lhe transporte escolar e uma vivência socio-educativa que evite futuras situações de exclusão social a que estão votadas as poucas crianças que permanecem nas pequenas escolas.

Existem ainda situações onde se pode melhorar o desempenho pedagógico do funcionamento da rede educativa, de que são exemplos: - o funcionamento em simultâneo numa mesma sala de dois anos de escolaridade; ou a realização do percurso escolar do 1.º ciclo do ensino básico em Escolas diferentes²⁵. Estas situações são de evitar e serão pontos contemplados nas propostas que se apresentam.

²⁵ Por exemplo efectuar o 1.º e 2.º ano de escolaridade numa escola, o 3.º e 4.º noutra – Situação que não se regista no concelho de Abrantes.

Carta III.1 – Divisão do concelho em TE's

Situação Proposta

III.5.1. Território Educativo 1 – Norte/Oeste do Concelho

Escola Nuclear: ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Dr. Manuel Fernandes

Descrição Sumária: Tendo em conta a projecção demográfica para 2011, propõe-se juntar as freguesias de Fontes, Souto, Aldeia do Mato, Martinchel, Carvalhal, Rio de Moinhos, São Vicente, perfazendo um total de 1877 crianças e alunos, num único território educativo, desde o pré-escolar ao 3º ciclo do Ensino Básico.

Este Território Educativo compõe-se por duas áreas de influência distintas, uma área extensa, essencialmente rural, caracterizada por um povoamento disperso em torno de pequenas vilas e casais, e outra urbana, composta pela freguesia de São Vicente.

A diversidade territorial encontrada, levou à constituição deste território educativo, centrado em torno da futura ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Dr. Manuel Fernandes. A introdução do 2º ciclo nesta escola permitirá o descongestionamento da escola nuclear do território educativo 3, a EB23 D. Miguel de Almeida.

Relativamente à Educação Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, uma vez que não existem na freguesia de Rio de Moinhos escolas primárias suficientemente grandes e apetrechadas para serem reconvertidas numa Escola Básica de 1.º Ciclo com Jardim de Infância a solução passará obviamente pela construção de uma instalação deste tipo. Todavia, quando é analisada a procura de ensino pré-escolar, constata-se um claro défice de oferta pública a nível dos Jardins-de-Infância, quando o Ministério da Educação continua a apostar na integração do ensino pré-escolar nas escolas básicas. Deste modo, não será descabido propor que a Escola Básica de 1.º Ciclo não seja só isso mesmo, mas sim uma EB1+JI, respondendo-se, desta forma, eficazmente às necessidades de procura de ensino existentes neste Território Educativo. Desta forma, garante-se neste território educativo uma taxa de cobertura de pré-escolar mínima de 65% e máxima de 77%, se se considerar 20 ou 24 crianças por sala de actividade.

É também proposto o encerramento das escolas do 1º ciclo (escolas muito pequenas e com um reduzido número de alunos) localizadas nas freguesias de Fontes, Souto, Martinchel e Rio de

Moinhos e da EB1 Abrançalha de Baixo e da EB1 da Amoreira na freguesia de São Vicente. Os alunos que as frequentam deverão ser canalizados para uma das escolas do 1º ciclo (EB1 Carvalho, EB1 nº2 de Abrantes, EB1 de Chainça, EB1/JI Encosta da Barata e nova EB1/JI de Rio de Moinhos), que oferecem condições sócio-pedagógicas e infra-estruturas adequadas a um ensino de qualidade, depois de sujeitas a uma requalificação. De reforçar o aumento de capacidade que é ainda proposto para a EB1 de Chainça além da já referida requalificação. A escolha da(s) escola(s) de acolhimento para estes alunos fica a cargo da gestão local por forma a melhor satisfazer os interesses dos alunos e dependerá das vagas disponíveis em cada uma delas. É de reforçar que tal medida implica necessariamente um bom funcionamento dos transportes escolares.

Todas as opções tomadas estão explicitadas nos Quadro III. 1, Quadro III. 2 e Carta III.2 que se seguem.

Quadro III. 1 – Perspectiva de Actuação no TE Norte/ Oeste do Concelho

TERRITÓRIO EDUCATIVO 1 - Norte/ Oeste do Concelho
Escola Nuclear - ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Dr. Manuel Fernandes

Área de Influência	O Território Educativo abrange as freguesias de Fontes, Souto, Carvalhal, Aldeia do Mato, Rio de Moinhos, Martinchel e São Vicente			
População a Escolarizar 2011	Equipamentos Existentes (Rede Pública)		Proposta de Redimensionamento (Rede Pública)	
	Código	Nome	Código	Nome
Educação Pré-escolar 404		Educação Pré-escolar		Educação Pré-escolar
	0339	JI Carvalhal	0339	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0264
	0831	JI Fontes	0831	JI Fontes
	0140	JI Amoreira	0140	JI Amoreira - a encerrar
	0409	JI Abrançalha de Baixo	0409	JI Abrançalha de Baixo
	0460	JI Rio de Moinhos	0460	JI Rio de Moinhos - a encerrar
	0794	JI Ribeira da Pucariça	0794	JI Ribeira da Pucariça - a encerrar
	0908	JI Chainça	0908	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0716. Aumento de capacidade.
	0812	JI Martinchel	0812	JI Martinchel
	1001	EB1/JI Encosta da Barata	2001 1001	Nova EB1/JI Rio de Moinhos EB1/JI Encosta da Barata
Rede Pública Ensino Básico 1º Ciclo - 593 / 25 T 2º+ 3º Ciclos - 880 / 37 T		Ensino Básico		Ensino Básico
	0264	EB1 Carvalhal	0264	Passa a EB1/JI funcionando de forma integrada com o JI 0339. Requalificação
	0308	EB1 Fontes	0308	EB1 Fontes - a encerrar
	0964	EB1 Souto	0964	EB1 Souto - a encerrar
	0400	EB1 Ribeira da Pucariça	0400	EB1 Ribeira da Pucariça - a encerrar
	0451	EB1 nº2 de Abrantes	0451	EB1 nº2 de Abrantes
	0540	EB1 Amoreira	0540	EB1 Amoreira - a encerrar
	0581	EB1 Rio de Moinhos	0581	EB1 Rio de Moinhos - a encerrar
	0716	EB1 de Chainça	0716	Passa a EB1/JI funcionando de forma integrada com o JI 0908. Aumento de capacidade.
	0777	EB1 Abrançalha de Baixo	0777	EB1 Abrançalha de Baixo - encerrar
	0939	EB1 Martinchel	0939	EB1 Martinchel - a encerrar
	1001	EB1/JI António Torrado	2001 1001	Nova EB1/JI Rio de Moinhos EB1/JI António Torrado
	0539	ES/3 Dr. Manuel Fernandes	0539	EB23/S Dr. Manuel Fernandes
	0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu	0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu
Ensino Secundário 550 / 23 T		Ensino Secundário		Ensino Secundário
	0539	ES/3 Dr. Manuel Fernandes	0539	ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Dr. Manuel Fernandes
	0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu	0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu

Educação Pré-escolar Privado	0617	JI O Dentinho
	0829	Casa de Santa Maria

Ensino Básico Privado	0591	Colégio de Nossa Senhora de Fátima
------------------------------	------	------------------------------------

Quadro III. 2 – Quantificação da Actuação no TE Norte/ Oeste do Concelho

Território Educativo 1 - Norte/ Oeste do Concelho

Escola		Capacidade Actual				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.
0339	Jl Carvalhal	24											
0831	Jl Fontes	24											
0140	Jl Amoreira	24											
0409	Jl Abrançalha de Baixo	24											
0460	Jl Rio de Moinhos	24											
0794	Jl Ribeira da Pucariça	24											
0908	Jl Chainça	48											
0812	Jl Martinchel	24											
0264	EB1 Carvalhal		72										
0308	EB1 Fontes		48										
0964	EB1 Souto		24										
0400	EB1 Ribeira da Pucariça		24										
0451	EB1 nº2 de Abrantes		144										
0540	EB1 Amoreira		24										
0581	EB1 Rio de Moinhos		48										
0716	EB1 de Chainça		144										
0777	EB1 Abrançalha de Baixo		24										
0939	EB1 Martinchel		48										
1001	EB1/Jl António Torrado	96	192										
0539	ES/3 Dr. Manuel Fernandes			504	504								
0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu			504	504								
TOTAIS		312	792	1008	1008	404	593	880	550	-92	199	128	458

Pré-escolar Privado

0617	Jl O Dentinho	24
0829	Casa de Santa Maria	96
TOTAL		120

Ensino Básico Privado

0591	Colégio de Nossa Senhora de Fátima	48
------	------------------------------------	----

Quadro III. 2 – Quantificação da Actuação no TE Norte/ Oeste do Concelho (continuação)

Escola		Capacidade Proposta em 2011				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.
0831	Jl Fontes	24											
0140	Jl Amoreira	0											
0409	Jl Abrançalha de Baixo	24											
0460	Jl Rio de Moinhos	0											
0794	Jl Ribeira da Pucariça	0											
0812	Jl Martinchel	24											
0400	EB1 Ribeira da Pucariça		0										
0451	EB1 nº2 de Abrantes		144										
0540	EB1 Amoreira		0										
0939	EB1 Martinchel		0										
0581	EB1 Rio de Moinhos		0										
0716	EB1/Jl de Chainça	72	192										
0777	EB1 Abrançalha de Baixo		0										
1001	EB1/Jl António Torrado	96	192										
2001	Nova EB1/Jl Rio de Moinhos	48	96										
0264	EB1/Jl Carvalhal	24	72										
0308	EB1 Fontes		0										
0809	EB1 Casais de Revelhos		0										
0964	EB1 Souto		0										
0539	ES com 2º e 3º Ciclos Dr. Manuel Fernandes			480	528								
0588	ES/3 Dr. Solano de Abreu			480	528								
TOTAL		312	696	960	1056	404	593	880	550	-92	103	80	506

Carta III.2 – TE1

III.5.2. Território Educativo 2 –Oeste/ Sul do Concelho

Escola Nuclear: ***EB23/S Octávio Duarte Ferreira***

Descrição Sumária: Tendo em conta a projecção demográfica para 2011, propõe-se juntar as freguesias de Tramagal, São Miguel do Rio Torto com excepção dos aglomerados de Arreciadas e Arrifana perfazendo um total de 393 crianças e alunos, num único território educativo, desde o pré-escolar ao 3º ciclo do Ensino Básico.

Este território educativo apesar de se apresentar com características mais urbanas do que rurais, não poderá ser considerado como um pólo urbano atractivo em termos de crescimento. Por esta razão é possível verificar que há uma considerável diminuição, em termos populacionais, no decorrer dos próximos anos.

A EB23/S Octávio Duarte Ferreira funcionará como escola nuclear deste território educativo.

Propõe-se o encerramento de todas as escolas básicas do 1º Ciclo com excepção da EB1 nº1 do Tramagal e da EB1 de São Miguel do Rio Torto, respectivamente localizadas na freguesia de Tramagal e de São Miguel do Rio Torto, por razões semelhantes às já enunciadas no território educativo 1. A EB1 nº 1 de Tramagal sofrerá também uma alteração de tipologia para EB1/JI, isto é, passará a oferecer a educação de pré-escolar através da reformulação de duas salas anteriormente afectas ao 1º ciclo.

A educação pré-escolar conta ainda neste território educativo com mais duas salas de actividades, uma no JI do Crucifixo e outra no JI de São Miguel do Rio Torto que passará a funcionar de forma integrada com a EB1/JI São Miguel do Rio Torto.

Todas as opções tomadas estão explicitadas nos Quadro III. 3, Quadro III. 4 e Carta III.3 que se seguem.

Quadro III. 3 – Perspectiva de Actuação no TE Oeste/Sul do Concelho

TERRITÓRIO EDUCATIVO 2 - Oeste/ Sul do Concelho
Escola Nuclear - EB23/S Octávio Duarte Ferreira

Área de Influência	O Território Educativo abrange as freguesias de Tramagal, São Miguel do Rio Torto com excepção dos aglomerados de Arreciadas e Arrifana
---------------------------	---

População a Escolarizar 2011	Equipamentos Existentes		Proposta de Redimensionamento	
	Código	Nome	Código	Nome
Educação Pré-escolar		Educação Pré-escolar		Educação Pré-escolar
82	0389	JI Tramagal	0389	JI Tramagal - a encerrar
	0586	JI São Miguel do Rio Torto	0586	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0579
	0799	JI Bicas	0799	JI Bicas - a encerrar
	0949	JI Crucifixo	0949	JI Crucifixo
Rede Pública		Ensino Básico		Ensino Básico
Ensino Básico	0298	EB1 Bicas	0298	EB1 Bicas - a encerrar
	0318	EB1 Crucifixo	0318	EB1 Crucifixo - a encerrar
1º Ciclo - 133 / 6 T	0579	EB1 São Miguel Rio Torto	0579	Passa a EB1/JI funcionando de forma integrada com o JI 0586
2º+ 3º Ciclos - 178 / 8 T	0619	EB1 nº2 de Tramagal	0619	EB1 nº2 de Tramagal
	0972	EB1 nº1 de Tramagal	0972	Passa a EB1/JI com alteração de tipologia
	0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira	0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira
Ensino Secundário		Ensino Secundário		Ensino Secundário
155 / 6 T	0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira	0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira

Educação Pré-escolar Privado	0710	JI João de Deus
	0761	JI Nossa Senhora da Oliveira

Quadro III. 4 – Quantificação da Actuação no TE Oeste/ Sul do Concelho
Território Educativo 2 - Oeste/ Sul do Concelho

Escola		Capacidade Actual				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.
0389	Jl Tramagal	24											
0586	Jl São Miguel do Rio Torto	24											
0799	Jl Bicas	24											
0949	Jl Crucifixo	24											
0298	EB1 Bicas		24										
0318	EB1 Crucifixo		72										
0579	EB1 São Miguel Rio Torto		48										
0619	EB1 nº2 de Tramagal		96										
0972	EB1 nº1 de Tramagal		144										
0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira			288	288								
TOTAIS		96	384	288	288	82	133	178	155	14	251	110	133

Pré-escolar Privado

0710	Jl João de Deus	72
0761	Jl Nossa Senhora da Oliveira	24
TOTAL		96

Escola		Capacidade Proposta em 2011				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec.
0949	Jl Crucifixo	24											
0389	Jl Tramagal	0											
0799	Jl Bicas	0											
0318	EB1 Crucifixo		0										
0298	EB1 Bicas		0										
0579	EB1/Jl São Miguel Rio Torto	24	48										
0619	EB1 nº2 de Tramagal		0										
0972	EB1/Jl nº1 de Tramagal	48	96										
0606	EB23/S Octávio Duarte Ferreira			192	384								
TOTAL		96	144	192	384	82	133	178	155	14	11	14	229

Carta III.3 – TE2

III.5.3. Território Educativo 3 – Centro/ Sul/ Este do Concelho

Escola Nuclear: ***EB23 D. Miguel de Almeida***

Descrição Sumária: Tendo em conta a projecção demográfica para 2011, propõe-se juntar as freguesias de São João, Rossio ao Sul do Tejo, Pego, Concavada, Alvega, São Facundo, Vale das Mós, Bemposta, Mouriscas, Alferrarede e os aglomerados de Arrifana e Arreciadas perfazendo um total de 1805 crianças e alunos, num único território educativo, desde o pré-escolar ao 3º ciclo do Ensino Básico.

Este território educativo compõe-se por duas áreas de influência distintas, uma área extensa, essencialmente rural, caracterizada por um povoamento disperso em torno de pequenas vilas e casais e outra, urbana, composta essencialmente pelas freguesias de São João, Rossio ao Sul do Tejo, Alferrarede e Pego, sendo que as duas últimas se encontram em franca expansão de desenvolvimento industrial e habitacional.

Propõe-se assim para este território educativo:

- ❖ Encerramento dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo das freguesias de Alvega e Concavada com a alteração de tipologia da EB23 Dr. Fernando Loureiro para EB1/JI. Esta medida deverá ser especialmente monitorizada afim de se re-avaliarem as necessidades descritas neste Território Educativo ao longo do horizonte de projecto;
- ❖ Requalificação em termos de infra-estruturas das escolas EB1 nº2 do Pego, EB1 das Mouriscas e EB1 de Vale das Mós, uma vez que serão as únicas escolas do 1º ciclo das respectivas freguesias;
- ❖ Encerramento dos jardins de infância e das escolas do 1º ciclo localizados nas freguesias de Bemposta e São Facundo canalizando a respectiva população escolar para a nova EB1/JI a construir na freguesia da Bemposta;
- ❖ Encerramento da EB1 nº3 de Abrantes com a construção da nova EB1/JI a construir na freguesia de Alferrarede;

- ❖ Encerramento da EB1 nº1 de Abrantes com a construção da nova EB1 da Encosta Sul a construir na freguesia de São João e que funcionará de forma integrada com o futuro JI Dr. Raúl Figueiredo (após alteração de tipologia da actual EB1);
- ❖ Requalificação em termos de aumento de capacidade, quer de pré-escolar (com a integração do JI Rossio ao Sul do Tejo), quer de 1º ciclo e de infra-estruturas, da EB1 nº5 de Abrantes.

Na tentativa de evitar a desertificação da freguesia de Bemposta e arredores, propõe-se que se avaliem os interesses futuros da população escolar, em termos de carreira profissional e, conjuntamente com o Centro de Formação Profissional, sejam desenvolvidos cursos profissionais que satisfaçam as suas necessidades. Esta medida, tem por objectivo evitar que aos poucos a região Sul do concelho vá ficando cada vez mais despovoada, bem como tentar travar o considerável abandono escolar verificado nesta região.

Área de Influência	O Território Educativo abrange as freguesias de São João, Rossio ao Sul do Tejo, Pego, Concavada, Alvega, São Facundo, Vale das Mós, Bemposta, Mouriscas, Alferrarede e os aglomerados de Arrifana e Arreciadas			
População a Escolarizar 2011	Equipamentos Existentes		Proposta de Redimensionamento	
	Código	Nome	Código	Nome
394		Educação Pré-escolar		Educação Pré-escolar
	0203	JI Mouriscas	0203	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0062
	0038	JI Bemposta	0038	JI Bemposta - a encerrar
	0776	JI Alferrarede	0776	JI Alferrarede - a encerrar
	0820	JI Alferrarede Velha	0820	JI Alferrarede Velha - a encerrar
	0524	JI Casais de Revelhos	0524	JI Casais de Revelhos - a encerrar
	0166	JI São João Batista	0166	JI São João Batista
	0283	JI Alvega	0283	JI Alvega - a encerrar
	0333	JI Brunheirinho	0333	JI Brunheirinho - a encerrar
	0388	JI Rossio ao Sul do Tejo	0388	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0720 com reforço da capacidade.
	0472	JI Casa Branca	0472	JI Casa Branca - a encerrar
	0488	JI Concavada	0488	JI Concavada - a encerrar
	0600	JI Arreciadas	0600	JI Arreciadas
	0952	JI Pego	0952	Passa a funcionar de forma integrada com a EB1 0667
	0735	EB1 Dr. Raúl Figueiredo	0735	Alteração de tipologia para JI. Passa a funcionar de forma integrada com a 2003
	0171	EB23 Dr. Fernando Loureiro	0171	Passa a EB1/JI com alteração de tipologia e redução de capacidade
	0998	JI Carvalhal/Arrifana	0998	JI Carvalhal/Arrifana
			2002	Nova EB1/JI Alferrarede
			2004	Nova EB1/JI da Bemposta

Quadro III. 5 – Perspectiva de Actuação no TE Centro/ Sul/ Este do Concelho (continuação)

População a Escolarizar 2011	Equipamentos Existentes (Rede Pública)		Proposta de Redimensionamento (Rede Pública)	
	Código	Nome	Código	Nome
Rede Pública		Ensino Básico		Ensino Básico
Ensino Básico 1º Ciclo - 621 / 26 T 2º+ 3º Ciclos - 790 / 33 T	0062	EB1 Mouriscas	0062	Passa a EB1/JI funcionando de forma integrada com o JI 0203
	0055	EB1 nº6 de Abrantes	0055	EB1 nº6 de Abrantes - a encerrar
	0087	EB1 Alferrarede Velha	0087	EB1 Alferrarede Velha - a encerrar
	0809	EB1 Casais de Revelhos	0809	EB1 Casais de Revelhos - a encerrar
	0077	EB1 São Facundo	0077	EB1 São Facundo - a encerrar
	0312	EB1 nº1 de Alvega	0312	EB1 nº1 de Alvega - a encerrar
	0735	EB1 Dr. Raúl Figueiredo	0735	Alteração de tipologia para JI
	0365	EB1 Arreciadas	0365	EB1 Arreciadas - a encerrar
	0443	EB1 Bemposta	0443	EB1 Bemposta - a encerrar
	0457	EB1 Água Travessa	0457	EB1 Água Travessa - a encerrar
	0354	EB1 nº3 de Abrantes	0354	EB1 nº3 de Abrantes - a encerrar
			2002	Nova EB1/JI Alferrarede
	0545	EB1 Casa Branca	0545	EB1 Casa Branca - a encerrar
	0569	EB1 Concavada	0569	EB1 Concavada - a encerrar
	0664	EB1 Brunheirinho	0664	EB1 Brunheirinho - a encerrar
	0667	EB1 nº2 do Pego	0667	Passa a EB1/JI funcionando de forma integrada com o JI 0952 - Requalificação
	0720	EB1 nº5 de Abrantes	0720	Passa a EB1/JI nº5 de Abrantes funcionando de forma integrada com o JI 0388 e com reforço da capacidade.
	0879	EB1 nº1 de Abrantes	0879	EB1 nº1 de Abrantes - a encerrar
			2004	Nova EB1/JI da Bemposta
			2003	Nova EB1/JI Encosta Sul. Funcionará de forma integrada com o futuro JI 0735
	0947	EB1 Vale das Mós	0947	EB1 Vale das Mós
	0171	EB23 Dr. Fernando Loureiro	0171	Passa a EB1/JI com alteração de tipologia e redução de capacidade
	0565	EB23 D. Miguel de Almeida	0565	EB23 D. Miguel de Almeida
Ensino Secundário/ Profissional		Ensino Secundário/ Profissional		Ensino Secundário/ Profissional
570 / 24 T	0137	EPDRA	0137	EPDRA

Educação Pré-escolar Privado	0104	JI do Centro Social Paroquial do Rossio ao Sul do Tejo
	0570	Centro Social Paroquial de Vale das Mós
	0680	JI da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes
	0705	Centro Social de Alferrarede

Quadro III. 6 – Quantificação da Actuação no TE Centro/ Sul/ Este do Concelho
Território Educativo 3 - Centro/ Sul/ Este do Concelho

Escola		Capacidade Actual				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.
0038	Jl Bemposta	24											
0203	Jl Mouriscas	48											
0820	Jl Alferrarede Velha	24											
0776	Jl Alferrarede	24											
0166	Jl São João Batista	72											
0524	Jl Casais de Revelhos	24											
0283	Jl Alvega	24											
0333	Jl Brunheirinho	24											
0388	Jl Rossio ao Sul do Tejo	48											
0472	Jl Casa Branca	24											
0488	Jl Concavada	24											
0600	Jl Arreciadas	24											
0952	Jl Pego	48											
0998	Jl Carvalhal/Arrifana	24											
0055	EB1 nº6 de Abrantes		48										
0077	EB1 São Facundo		48										
0809	EB1 Casais de Revelhos		24										
0087	EB1 Alferrarede Velha		48										
0062	EB1 Mouriscas		96										
0354	EB1 nº3 de Abrantes		96										
0312	EB1 nº1 de Alvega		48										
0365	EB1 Arreciadas		48										
0443	EB1 Bemposta		72										
0457	EB1 Água Travessa		48										
0545	EB1 Casa Branca		48										
0569	EB1 Concavada		72										
0664	EB1 Brunheirinho		24										
0667	EB1 nº2 do Pego		96										
0720	EB1 nº5 de Abrantes		120										
0735	EB1 Dr. Raúl Figueiredo		48										
0947	EB1 Vale das Mós		48										
0879	EB1 nº1 de Abrantes		120										
0171	EB23 Dr. Fernando Loureiro			264									
0564	EB23 D. Miguel de Almeida			864									
0137	EPDRA				240								
TOTAIS		456	1152	1128	240	394	621	790	570	62	531	338	-330

Quadro III. 6 – Quantificação da Actuação no TE Centro/ Sul/ Este do Concelho (continuação)

Pré-escolar Privado

0104	Jl do Centro Social Paroquial do Rossio ao Sul do Tejo	24
0705	Centro Social de Alferrarede	96
0570	Centro Social Paroquial de Vale das Mós	48
0680	Jl da Santa Casa da Misericórdia de Abrantes	96
TOTAL		264

Escola		Capacidade Proposta em 2011				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
Código	Nome	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./Prof.
0283	Jl Alvega	0											
0038	Jl Bemposta	0											
0333	Jl Brunheirinho	0											
0776	Jl Alferrarede	0											
0820	Jl Alferrarede Velha	0											
0524	Jl Casais de Revelhos	0											
0472	Jl Casa Branca	0											
0166	Jl São João Batista	72											
0600	Jl Arreciadas	24											
0488	Jl Concavada	0											
0998	Jl Carvalhal/Arrifana	24											
0055	EB1 nº6 de Abrantes		0										
0809	EB1 Casais de Revelhos		0										
0077	EB1 São Facundo		0										
0312	EB1 nº1 de Alvega		0										
0365	EB1 Arreciadas		0										
0443	EB1 Bemposta		0										
0457	EB1 Água Travessa		0										
0545	EB1 Casa Branca		0										
0569	EB1 Concavada		0										
0087	EB1 Alferrarede Velha		0										
0664	EB1 Brunheirinho		0										
0354	EB1 nº3 de Abrantes	0	0										
2002	Nova EB1/Jl Alferrarede	72	192										
0062	EB1/Jl Mouriscas	48	96										
0667	EB1/Jl nº2 do Pego	48	96										
0947	EB1 Vale das Mós		48										
2004	Nova EB1/Jl da Bemposta	48	96										
2003	Nova EB1 Encosta Sul		192										
0720	EB1 nº5 de Abrantes	72	192										
0735	Jl Dr. Raúl Figueiredo	48	0										
0879	EB1 nº1 de Abrantes		0										
0171	EB1/Jl Dr. Fernando Loureiro	48	96	0									
0565	EB23 D. Miguel de Almeida			864									
0137	EPDRA				240								
TOTAL		504	1008	864	240	394	621	790	570	110	387	74	-330

Carta III.4 – TE3

III.6. Balanço Global dos Territórios Educativos

O Quadro III. 7 apresenta uma estimativa das taxas de cobertura da Rede Pré-escolar para o ano 2011, considerando apenas o aumento de capacidade da oferta pública. Esta taxa toma o valor de 155% em 2011, ultrapassando significativamente os objectivos do pré-escolar proposto pelo Governo no Decreto-Lei nº147/97.

Quadro III.7 - Taxa de Cobertura da Educação Pré-Escolar para 2011, considerando apenas as Alterações Propostas para a Rede Pública

Território	Jl Privado	Jl Público	Oferta Total	Crianças dos 3-5 anos	Tx Cobertura (%)
TE1	120	312	432	404	107
TE2	96	96	192	82	234
TE3	264	480	744	394	189
TOTAL	480	888	1368	880	155

Apresenta-se no Quadro III.8, a síntese da oferta e da procura para o ano de 2011, horizonte de planeamento da Carta Educativa do Concelho de Abrantes.

Quadro III.8 - Territórios Educativos do Concelho de Abrantes

Territórios Educativos	Capacidade Actual				Procura em 2011				Diferença entre capacidade e procura			
	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./ Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./ Prof.	Jl	1º ciclo	2º/3º ciclo	Sec./ Prof.
TE 1	312	696	960	1056	404	593	880	550	-92	103	80	506
TE 2	96	144	192	384	82	133	178	155	14	11	14	229
TE 3	504	1008	864	240	394	621	790	570	110	387	74	-330
TOTAL	912	1848	2016	1680	880	1347	1848	1275	32	501	168	405

No conjunto dos três Territórios Educativos, a oferta e a procura de ensino prevista para 2011 ficam equilibradas no que respeita à educação pré-escolar. Nos restantes níveis de ensino o balanço global revela a existência de folga em termos de capacidade principalmente no 1º ciclo do Ensino Básico. A capacidade das escolas destes três Territórios Educativos do Concelho deve ser re-avaliada no momento de implementação dos mesmos, em função da procura que se perspectivava para os vários níveis de ensino na rede pública.

III.7. Proposta para o Ensino Secundário

Tal como os demais níveis de ensino, o Ensino Secundário foi objecto de um cuidadoso estudo, no que diz respeito a satisfazer a população escolar em 2011. Procurou-se garantir que a capacidade global das escolas do concelho de Abrantes em 2011 com oferta de secundário/profissional (1680) pudesse satisfazer a respectiva procura prevista para 2011 (1275 alunos).

Quadro III.9 - Capacidade e Procura em 2011 para o Ensino Secundário/ Profissional

Territórios Educativos	Capacidade em 2011	Procura em 2011	Diferença entre Capacidade e Procura
TE 1	1056	550	506
TE 2	384	155	229
TE 3	240	570	-330
TOTAL	1680	1275	405

O ensino secundário, actualmente, é ministrado em três escolas, a ES/3 Dr. Solano de Abreu e a ES/3 Dr. Manuel Fernandes situadas na freguesia de São Vicente e a EB23/S Octávio Duarte Ferreira localizada na freguesia do Tramagal. O concelho de Abrantes encontra-se também apetrechado com um estabelecimento de ensino profissional, pertencente à rede pública: E.P.D.R.A – Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes. A procura do ensino secundário estimada para 2011 e a oferta destas escolas em termos de capacidade não justifica qualquer outra alteração à rede. Porém é de referenciar que os projectos pedagógicos destas escolas devem ser valorizados, procurando oferecer valências profissionais procuradas pelos jovens e empregadores.

Relativamente à caracterização das suas infra-estruturas, analisando a Figura I.19 (onde se incluem por oferecerem os 2º e 3º ciclos), verifica-se que de uma forma geral estas escolas encontram-se em estado de conservação precário, com insuficiente equipamento didáctico, bem como infra-estruturas inadequadas para este nível de ensino. De uma forma geral, as escolas secundárias necessitam de intervenção ao nível das infra-estruturas (paredes, soalhos, tectos) e de equipamentos (cantina, laboratórios, ginásio, sala de informática, etc.), que apesar de

razoavelmente apetrechadas, necessitam de melhores condições. A ES/3 Dr. Manuel Fernandes encontra-se bastante degradada mas está actualmente a sofrer obras de requalificação.

III.8 - Síntese das Propostas da Carta

O Quadro III.10 apresenta a síntese das propostas da Carta Educativa, recomendando a construção de quatro novos equipamentos escolares: 3 EB1/JI e uma EB1.

No que se refere à rede de Jardins-de-Infância, propõe-se a introdução deste nível de ensino em três das quatro novas escolas EB1 propostas na Carta Educativa e o encerramento de treze jardins de infância existentes.

No que se refere à rede de Escolas do 1º Ciclo, propõe-se o aumento de capacidade deste nível de ensino através da construção das quatro novas escolas EB1 e o encerramento de vinte e três estabelecimentos com oferta de 1º ciclo do Ensino Básico.

A proposta de extinguir escolas será progressiva e realizada à medida que existirem condições para transportar e acolher os alunos em outras escolas, bem equipadas, que reúnam condições para serem consideradas “Escolas Completas”.

Inclui-se ainda o Quadro III.11 com informação mais detalhada sobre as novas escolas a implantar. Apresentam-se o número de salas de aula e alunos para os vários graus de ensino, bem como a sua localização.

Este mapa apoiará o planeamento e gestão corrente da implantação das novas escolas que deverão ser calendarizadas durante o período 2007-2008 de acordo com informações recolhidas no âmbito da monitorização da Carta (confirmação da procura estimada, disponibilidade de terrenos e disponibilidade financeira).

Finalmente, inclui-se nas cartas dos territórios educativos, a localização dos terrenos para as escolas propostas.

Quadro III. 10 – Síntese de Novas Escolas e Alterações Propostas no âmbito da Carta Educativa

Território Educativo	Escolas Propostas			Escolas a Alterar Tipologia / Ampliar / Reduzir / Requalificar		Escolas a Desactivar ao longo do Tempo
	Escola	N.º de Salas	Prioridade	Escola	Prioridade	
1 - Norte/ Oeste do Concelho	EB1/JI Rio de Moinhos	2+4	1	EB1/JI Carvalhal - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	JI Amoreira, JI Rio de Moinhos, JI Ribeira da Pucariça, EB1 Fontes, EB1 Souto, EB1 Ribeira da Pucariça, EB1 Amoreira, EB1 Rio de Moinhos, EB1 Abrançãla de Baixo, EB1 Martinchel
				EB1 nº2 de Abrantes - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	2	
				EB1/JI de Chainça - necessita de requalificação e ampliação para melhor satisfação da população escolar	1	
				ES/3 Dr. Solano de Abreu - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
				ES/3 Dr. Manuel Fernandes - Alteração de tipologia para ES com oferta de 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico. Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	0	
2 - Oeste/ Sul do Concelho	Não existem escolas propostas			EB1/JI São Miguel do Rio Torto - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	2	JI Tramagal, JI Bicas, EB1 de Bicas, EB1 do Crucifixo, EB1 da Penha
				EB1/ JI do Tramagal - Alteração da EB1 para EB1/JI. Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
				EB23/S Octávio Duarte Ferreira - Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
3 - Centro/ Sul/ Este do Concelho	EB1/JI Alferrarede	3+8	1	EB1/JI Mouriscas - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	2	JI Bemposta, JI Alferrarede, JI Alferrarede Velha, JI Casais de Revelhos, JI Alvega, JI Brunheirinho, JI Casa Branca, JI Concavada, EB1 nº6 de Abrantes, EB1 Alferrarede Velha, EB1 Casais de Revelhos, EB1 São Facundo, EB1 nº1 de Alvega, EB1 Arreciadas, EB1 Bemposta, EB1 Água Travessa, EB1 nº3 de Abrantes, EB1 Casa Branca, EB1 Concavada, EB1 Brunheirinho, EB1 nº1 de Abrantes
				JI Rossio ao Sul do Tejo - necessita de requalificação e ampliação para melhor satisfação da população escolar	1	
	EB1/JI Bemposta	2+4	1	EB1/JI nº2 do Pego - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
				EB1Vale das Mós - necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	2	
				EB1 nº5 de Abrantes - necessita de requalificação e ampliação para melhor satisfação da população escolar	1	
	EB1 Encosta Sul	8	1	EB1 Dr. Raúl Figueiredo - Alteração de tipologia para JI. Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
				EB23D. Miguel de Almeida - Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	1	
				EB23 Dr. Fernando Loureiro - Alteração de tipologia para EB1/JI e redução da capacidade. Necessita de requalificação para melhor satisfação da população escolar	2	

Legenda de Prioridades:

- 0 - Já se encontra em Curso
- 1 - Início imediato do Processo
- 2 - Nos próximos quatro anos

Quadro III. 11 – Novas Escolas a Implantar no Concelho de Abrantes

Território Educativo	Escolas Propostas			Localização	Prioridade
	Escola	Código	N.º de Alunos / Salas / Turmas		
1 - Norte/ Oeste do Concelho	EB1/JI Rio de Moinhos	2+4	JI - 48 (2 salas) 1º Ciclo - 96 (4 Turmas)	Ver Carta III.2	1
3 - Centro/ Sul/ Este do Concelho	EB1/JI Alferrarede	3+8	JI - 48 (2 salas) 1º Ciclo - 192 (8 Turmas)	Ver Carta III.4	1
	EB1/JI Bemposta	2+4	JI - 48 (2 salas) 1º Ciclo - 96 (4 Turmas)	Ver Carta III.4	1
	EB1 Encosta Sul	8	1º Ciclo - 192 (8 Turmas)	Ver Carta III.4	1

III.8.1 Medidas complementares

Com a requalificação do parque escolar e o plano de reordenamento da rede educativa proposto estão criadas condições para proporcionar a alunos e professores, instalações e equipamentos adequados a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

Para que o plano apresentado seja alcançado com sucesso não devem ser esquecidas medidas de implementação de uma adequada rede de transporte escolar e do reforço da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições aos alunos deslocados.

Como medidas complementares, sugere-se:

- a dotação das escolas com equipamentos e recursos pedagógicos nomeadamente equipamentos informáticos e acessos rápidos à internet de forma a estimular nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação;
- a adopção de medidas de promoção da diversidade das ofertas educativas, nomeadamente com cursos alternativos, ensino recorrente e reforço do ensino tecnológico e profissional que seriam uma mais valia significativa para atrair à escola aqueles que, por razões diversas, a abandonaram precocemente.

No combate ao insucesso, abandono e saída antecipada verificados nos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, deverão ser promovidas ofertas educativas mais ajustadas ao perfil, motivação e interesses dos jovens do concelho de Abrantes, o que passa pelo desenvolvimento de ofertas formativas de cariz tecnológico e profissional. Assim, importa mobilizar diversos actores como associações profissionais e empresariais, escolas e centros de formação profissional implantados em concelhos vizinhos e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tirando partido de capacidades e *know-how* existentes e promovendo parcerias publico-privadas e complementaridades. Seria interessante também, se possível, desenvolver mecanismos de cooperação com municípios vizinhos no sentido de montar uma oferta educativa e formativa abrangente, de carácter supra-municipal.

III.9 - Programa de Intervenções

Através de fichas sintéticas, apresentam-se de seguida as acções que operacionalizam o planeamento desenvolvido no capítulo anterior.

ACÇÃO 1: Reforço da oferta educativa no Território Educativo 1

SUB-ACÇÃO 1.1: : Reforço da oferta de educação Pré-escolar/ 1º Ciclo do Ensino Básico

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de uma Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância em Rio de Moinhos (tipologia 6 turmas com 2 salas de actividades e 4 turmas de 1º ciclo).

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 385.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Requalificação da EB1/JI do Carvalhal e EB1 nº2 de Abrantes

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 650.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Ampliação e requalificação da EB1 de Chainça (construção de mais duas salas de aula)

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 399.824€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

SUB-ACÇÃO 1.2: : Reforço da oferta dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Requalificação da ES/3 Dr. Solano de Abreu
PRIORIDADE: Elevada.
CALENDÁRIO: a estabelecer pelo Ministério da Educação
ESTIMATIVA DE CUSTOS: valor a estimar pelo Ministério da Educação
ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Alteração de tipologia e requalificação da ES/3 Dr. Manuel Fernandes para ES com 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico com a introdução do 2º ciclo.
PRIORIDADE: Muito Elevada.
CALENDÁRIO: Setembro 2008
ESTIMATIVA DE CUSTOS: valor a estimar pelo Ministério da Educação
ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação

ACÇÃO 2: Reforço da oferta educativa no Território Educativo 2

SUB-ACÇÃO 2.1: : Reforço da oferta de educação Pré-escolar / 1º Ciclo do Ensino Básico

- DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Alteração de tipologia e requalificação da EB1 do Tramagal para EB1/JI com introdução da oferta de pré-escolar.
- PRIORIDADE:** Elevada.
- CALENDÁRIO:** Setembro 2009
- ESTIMATIVA DE CUSTOS:** 800.000€
- ENTIDADE RESPONSÁVEL:** Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

SUB-ACÇÃO 2.2: : Reforço da oferta dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Requalificação da EB23/S Octávio Duarte Ferreira
PRIORIDADE: Elevada.
CALENDÁRIO: a estabelecer pelo Ministério da Educação
ESTIMATIVA DE CUSTOS: valor a estimar pelo Ministério da Educação
ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação

Acção 3: Reforço da oferta educativa no Território Educativo 3

SUB-ACÇÃO 3.1: : Reforço da oferta de educação Pré-escolar/ 1º Ciclo do Ensino Básico

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de uma Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância em Alferrarede (tipologia 11 turmas com 3 salas de actividades e 8 turmas de 1º ciclo).

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 1.125.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de uma Escola Básica do 1º Ciclo com Jardim de Infância na Bemposta (tipologia 6 turmas com 2 salas de actividades e 4 turmas de 1º ciclo).

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 385.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Construção de uma Escola Básica do 1º Ciclo na Encosta Sul na freguesia de São João (tipologia 8 turmas).

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 700.000 €

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Requalificação das EB1/JI Mouriscas, EB1 Vale das Mós e EB1/JI nº2 do Pego

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2011

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 1.100.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Ampliação e requalificação da EB1 nº5 de Abrantes (construção de mais quatro salas de aula)

PRIORIDADE: Muito Elevada

CALENDÁRIO: Conclusão prevista até Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 400.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Alteração de tipologia e requalificação da EB1 Dr. Raúl Figueiredo para JI.

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 150.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Alteração de tipologia e requalificação da EB23 Dr. Fernando loureiro para EB1/JI.

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: Setembro 2009

ESTIMATIVA DE CUSTOS: 300.000€

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação e Câmara Municipal do Abrantes (com co-financiamento através de Programas Comunitários).

SUB-ACÇÃO 3.2: : Reforço da oferta dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário

- ❖ **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Requalificação da EB23 D. Miguel de Almeida

PRIORIDADE: Elevada.

CALENDÁRIO: a estabelecer pelo Ministério da Educação

ESTIMATIVA DE CUSTOS: valor a estimar pelo Ministério da Educação

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação

ACÇÃO 4: MEDIDAS DE APOIO COMPLEMENTAR PARA TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Dotação das escolas com equipamentos e recursos pedagógicos nomeadamente em equipamentos informáticos e acessos rápidos à internet.
- Desenvolvimento de programas de enriquecimento curricular e de animação desportiva de iniciativa autarquia.
- Reforço do transporte escolar e da Acção Social Escolar, nomeadamente no que respeita a serviço de refeições às crianças deslocadas.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Câmara Municipal de Abrantes, com o apoio do Ministério da Educação.

ACÇÃO 5: MEDIDAS DE PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS OFERTAS EDUCATIVAS

DESCRIÇÃO SUMÁRIA:

- Reforço do ensino tecnológico e profissional, quer na escola pública (nomeadamente nas escolas com oferta de ensino secundário da rede pública), quer através de parcerias publico-privadas.
- Implementação de currículos alternativos e reforço do ensino recorrente.

ENTIDADE RESPONSÁVEL: Ministério da Educação, em articulação com o IEEP e apoio da Câmara Municipal de Abrantes.

III.10 – Monitorização/ Considerações Finais

Como é sabido, o processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

As Cartas Educativas constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento que organizam o conhecimento sobre um domínio específico – os serviços de educação e ensino – e visam adequar a rede educativa às perspectivas de desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica estabelecidos e com as necessidades e aspirações das populações.

A presente Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento da rede educativa do Município de Abrantes, reflecte o conhecimento actual sobre esta rede e perspectiva a sua evolução com base na informação hoje disponível. Para se tornar num instrumento vivo e permanentemente actual, carece de aprofundamento sucessivo e de revisão e actualização dinâmicas face a evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, recomenda-se que a Câmara Municipal de Abrantes promova a monitorização do sistema e revisão da Carta Educativa, introduzindo dinamicamente as necessárias alterações ao plano agora estabelecido. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efectuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local com ênfase para o Conselho Municipal de Educação.

Em particular, julga-se recomendável monitorizar:

- As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências previstas.

- As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura que lhes estará associada.
- Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento, licenças de construção), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.
- A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respectivas inflexões de trajectória cujas determinantes importa tentar perceber.
- A evolução do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações.
- A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infra-estruturas escolares;
- Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida permite construir um "Tableau de Bord", com uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacto), que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do Município de Abrantes, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

A monitorização deverá ter por base uma estrutura organizativa que contemple três fases essenciais: recolha/organização da informação (disponibilizada anualmente pelos

estabelecimentos e agrupamentos de ensino, autarquia, DREL), instrumentos de acção (que permitam definir objectivos e recursos a utilizar) e avaliação de resultados (pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa e dos instrumentos de acção que poderão levar à mobilização de novos recursos e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes). Para tal será necessária a existência de um dispositivo de monitorização que inclua a previsão de alocação de Recursos Humanos, a identificação dos recursos técnicos necessários, um responsável político pelo acompanhamento da Carta Educativa e uma comissão de acompanhamento (externa, interna, mista). A definição de prazos para a revisão da própria Carta e respectivo calendário para o acompanhamento da execução das propostas deverão também estar incluídos, bem como as diversas intervenções ao nível do parque escolar, transportes escolares e ofertas educativas e respectivos dispositivos de alerta.

No que respeita ao quadro legislativo e orientador, não é por demais sublinhar as profundas alterações que se perspectivam com o previsível alargamento da escolaridade até aos 18 anos, como atrás discutido. É da maior importância que se procure acompanhar as evoluções deste processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intervenções expressas no Programa do Governo.

Por fim, refira-se a importância da participação da população nas soluções a erguer através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se compreenda o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização.

São todos os factores acima referidos que tornam esta Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade de periodicamente ser revista e actualizada à luz da informação actualizada sobre a conjuntura do momento em questão e perspectivas da sua evolução.

Ignorar esta folha